

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA DE ESTUDOS DE LITERATURA**

**A NAÇÃO BRASILEIRA ENTRE O FATO E A FICÇÃO:
LITERATURA E QUESTÃO NACIONAL
NA IMPRENSA PORTO-ALEGRENSE
ENTRE 1922 E 1937**

DILAMAR P. JAHN

**Dissertação apresentada como
requisito parcial para obtenção do
título de Mestre em Literatura
Brasileira.**

Orientador: Prof. Dr. Robert Ponge

Porto Alegre, dezembro de 2005.

SUMÁRIO

Agradecimentos /4

Resumo /7

Introdução – O mal-estar da *brasilidade* /9

1. O problema e como nele chegamos /9
2. Depois das muralhas, a estrada /11
3. Finalmente, a caminhada /12

Capítulo I – A busca do nacional /15

1. O “autêntico nacional”: ciência e ideologia /16
 - 1.1- Desleitura: pra início de conversa /16
 - 1.2- Os brasileiros: quem somos? /19
2. Cria-se a *Nação Brasileira*, algumas vezes /29

Capítulo II – Literatura brasileira e realidade nacional: elementos para uma descrição /48

1. Literatura, sociedade e história no Brasil: de 1900 ao futurismo paulista /49
2. Literatura, sociedade e história no Brasil: do futurismo paulista ao modernismo brasileiro, ou do tabu ao totem /62

Capítulo III – Literatura e questão nacional na imprensa porto-alegrense entre 1922 e 1937 /92

1. A imprensa porto-alegrense e a literatura moderna /99
 - 1.1- Crise da poesia e assimilação do poeta /99
 - 1.2- A arte moderna /103
 - 1.3- Os movimentos de vanguarda /104
2. A imprensa porto-alegrense e a questão nacional /110
 - 2.1- Futurismo e carta de ABC /110
 - 2.2- Apologética /111
 - 2.3- O debate /116
 - 2.3.1- Nos tempos do modernismo /116
 - 2.3.2- Nos tempos da arte social /132
3. Uma leitura da leitura: a questão nacional, a modernidade e outros imbróglis /145

Conclusão: a permanência de um impasse /153

Fontes e bibliografia /159

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não teria sido possível sem o apoio de algumas pessoas, que nos momentos da elaboração, quando a confiança descaía, souberam insuflar o alento moral para que prosseguisse. Agradeço, em particular, às seguintes:

Carina Alvarez, com seu jeito doce e louco de uruguaia baiana, pelo apoio moral constante, mesmo quando ausente;

Izolda e Alípio, mãe e pai – sem a paciência de ambos, minha própria paciência talvez se esgotasse;

Rodrigo Jacobus, que me salvou inúmeras vezes do desespero em que por pouco não me lançava a cada novo boicote do computador – sua presença, contudo, não se resume ao suporte técnico: seu amor à liberdade, ao planeta, à amizade é alimento vital, e nossa convivência um tanto anárquica é uma das belezas da vida;

José Alberto Nunes, outro desses anacrônicos seres que ama a liberdade e cultiva a verdadeira amizade, soube – com toda a prudência de quem não quer desorientar – dividir a alma do vinho em noites frias que por certo seriam ainda mais frias sem esses momentos de descanso e poesia.

A todos, agradeço a força.

Aos professores e professoras do Instituto de Letras da UFRGS, que souberam desafiar a passividade e instigar a curiosidade intelectual, respeitando sempre a divergência. Em especial, aqueles e aquelas que se tornaram, para mim, exemplos de seriedade intelectual e competência docente; aqueles e aquelas cujas aulas eram para mim momentos de alta reflexão e satisfação:

Luciene Simões, que me fez ver que a lingüística é tão fascinante quanto a poesia e a filosofia – que ela é, muitas vezes, poesia;

Jane Tutikian, que sempre me desafiou à superação, que leu Fernando Pessoa e me fez esquecer que estava numa sala de aula – já não sabia onde estava e, em desassossego, sentia que era melhor; também por alguns de seus contos, que uma amiga leu-me por telefone e me comoveram;

Luís Augusto Fischer, com quem não dialoguei, pessoalmente, o quanto devia – seus desafios, contudo, estiveram presentes de modo constante, enriquecendo as perspectivas;

Rita Terezinha Schmidt, que lamento não ter conhecido na graduação, talvez tivesse dado mais atenção às leituras de teoria, que me encantaram no mestrado; suas aulas foram para mim momentos essenciais – eu não estava discutindo teoria literária, estava discutindo a vida; pela longa conversa sobre *Dogville*, de Lars von Trier.

Há um professor, contudo, que merece menção especial. Até porque é ele o grande responsável pela existência deste trabalho, embora não possa ser penalizado pelas deficiências e impropriedades que eventualmente contenha.

O Prof. Robert Ponge, ainda nos meus tempos de graduação, cometeu um pequeno mas fatal deslize, que o levaria a ter de me suportar ao seu lado desde então: convidou-me a acompanhá-lo, como bolsista de iniciação científica CNPq-PIBIC, no projeto de pesquisa “A recepção das vanguardas artísticas européias na imprensa de Porto Alegre, no período 1900-1949”. Foi o início, para mim, de uma longa e enriquecedora convivência, que marcaria a minha vida; afinal, lá se vão sete anos de trabalho conjunto. Apesar de, à época, já ter experiência como bolsista de iniciação científica, posso dizer, sem exagero ou falsificação, que o pouco que hoje sei sobre pesquisa e método de trabalho, eu o devo a esses anos sob orientação do Prof. Ponge. Resultou daí minha monografia de conclusão de curso, além de alguns ensaios e apresentações em eventos. A paciência do Prof. Ponge para com, digamos, o meu ritmo e as minhas insuficiências é impressionante, se não inexplicável. Sua aposta pareceu-me sempre muito arriscada. Não creio que se tenha arrependido; se perdeu, nada disse. Das suas qualidades maiores – nem falarei de sua seriedade intelectual, de sua competência docente, do belo trabalho que desenvolve com seus estudos sobre o surrealismo, com publicações hoje incontornáveis –, das suas qualidades maiores, eu dizia, gostaria de sublinhar o imenso respeito com que lida com os estudantes. Não o conhecia, quando me convidou. Pude, depois de um ano de trabalho, transmitir-lhe justamente minha admiração pelo modo como conduzia a pesquisa, dando aos bolsistas (éramos dois, Sônia Regina Vieira e eu) liberdade de movimentos, mas sem incorrer no extremo de nos abandonar às próprias forças, arriscando nos resultados, situação aliás nada incomum. Suas observações, precisas, iluminadoras, foram feitas

sempre de modo elegante, com parcimônia de palavras, mas com palavras justas. Este trabalho, como disse, deve sua existência à confiança que em mim depositou, desde o começo. Sua generosidade intelectual, o estímulo constante e a afeição foram cruciais para a consecução desse processo.

Gostaria de agradecer também ao Sr. Canísio Scher, secretário do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Letras da UFRGS, pela disposição constante, pela gentileza sem reservas e pelo competente trabalho que desenvolve.

Finalmente, não poderia deixar de registrar o apoio financeiro recebido da agência CAPES, sob a forma de uma bolsa de estudos que tornou viável o mestrado e este trabalho.

RESUMO

O presente estudo propõe-se investigar os debates sobre literatura e questão nacional na imprensa porto-alegrense, entre os anos de 1922 e 1937. Para tanto, pesquisaram-se os jornais *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*, bem como as revistas *Máscara* e *Revista do Globo*.

O objetivo é verificar, de uma parte, de que modo a imprensa de Porto Alegre, no referido período, percebeu e debateu a literatura sua contemporânea, e, de outra, de que modo percebeu e debateu a questão da nacionalidade, da identidade nacional, da brasilidade. Com tal intuito, examina-se, inicialmente, a questão nacional e a literatura no largo período anterior, do romantismo às vésperas da Semana de Arte Moderna. Tal exame mostrou-se fundamental para fins de comparação e contraste, em suma, de alicerce para a leitura aqui proposta. O entrelaçamento de literatura, questão nacional, história e sociedade é igualmente ensaiado, objetivando um quadro mais completo do momento político, social e cultural do período.

Os resultados evidenciam a permanência do debate sobre a questão nacional, desde o romantismo brasileiro, não significando, contudo, continuidade invariável de respostas às questões em pauta. Grosso modo, um ufanismo legitimador e um pessimismo reformista são as posições dominantes e em disputa. A partir de 1924, com a virada nacionalizante dos modernistas, uma nova espécie surge: um ufanismo reformista, que será a tônica desses anos aqui estudados.

“Precisamos descobrir o Brasil!
Escondido atrás das florestas,
com a água dos rios no meio,
o Brasil está dormindo, coitado.
Precisamos colonizar o Brasil.

O que faremos importando francesas
muito louras, de pele macia,
alemãs gordas, russas nostálgicas para
garçonettes dos restaurantes noturnos.
E virão sírias fidelíssimas.
Não convém desprezar as japonesas...

Precisamos educar o Brasil.
Compraremos professores e livros,
assimilaremos finas culturas,
abriremos dancings e subvencionaremos as elites.

Cada brasileira terá sua casa
com fogão e aquecedor elétricos, piscina,
salão para conferências científicas.
E cuidaremos do Estado Técnico.

Precisamos louvar o Brasil.
Não é só um país sem igual.
Nossas revoluções são bem maiores
do que quaisquer outras; nossos erros também.
E nossas virtudes? A terra das sublimes paixões...
os Amazonas inenarráveis... os incríveis João-Pessoas...

Precisamos adorar o Brasil!
Se bem que seja difícil caber tanto oceano e tanta solidão
no pobre coração já cheio de compromissos...
se bem que seja difícil compreender o que querem esses homens,
por que motivo eles se ajuntaram e qual a razão de seus sofrimentos.

Precisamos, precisamos esquecer o Brasil!
Tão majestoso, tão sem limites, tão despropositado,
ele quer repousar de nossos terríveis carinhos.
O Brasil não nos quer! Está farto de nós!
Nosso Brasil é no outro mundo. Este não é o Brasil.
Nenhum Brasil existe. E acaso existirão os brasileiros?”

Carlos Drummond de Andrade, “Hino Nacional”,
in *Brejo das almas*, 1934

INTRODUÇÃO

O MAL-ESTAR DA *BRASILIDADE*

1. O problema e como nele chegamos

Em ensaio hoje famoso, Roberto Schwarz afirma: “Brasileiros e latino-americanos fazemos constantemente a experiência do caráter *postição, inautêntico, imitado* da vida cultural que levamos”. Para o crítico, essa experiência “tem sido um dado formador de nossa reflexão crítica desde os tempos da Independência”.¹ Nicolau Sevcenko, resgatando a frase de Sérgio Buarque de Holanda, inscrita no parágrafo inicial de *Raízes do Brasil*, segundo a qual “somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra”, afirma que Sérgio Buarque, com ela, “assinalou muito mais do que a agenda da sua geração, fixando de fato o núcleo elementar da consciência intelectual brasileira”. Para o historiador, continuamos vivendo a dicotomia apontada por Sérgio Buarque: “pés e mãos numa margem do Atlântico, cabeça na outra”.²

A questão da chamada *brasilidade* – da *identidade nacional*, do *caráter nacional brasileiro* – é uma constante no debate intelectual no Brasil. O ensaísmo e a literatura brasileira a têm abordado de diferentes modos. Livros como os de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, para ficarmos nos mais expressivos, buscaram pesquisar, estudar, analisar e interpretar, quando não *criar*, a essência da *brasilidade*. Oswald de Andrade e Mário de Andrade, ao seu modo, também o fizeram. Dante Moreira Leite, por seu turno, questionou as formulações sobre uma suposta essência do *ser brasileiro*. Inquestionável parece, no entanto, a existência do que poderíamos chamar de um *mal-estar da brasilidade*. Toda essa discussão, eis um ponto importante, perpassa a história do país desde a Independência e, assim nos parece, continua atual, mesmo nestes tempos de globalização econômica e cultural.

¹ SCHWARZ, Roberto: “Nacional por subtração”. In: *Que horas são?*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 29. (Grifos do autor). Texto publicado, originalmente, no jornal *Folha de S. Paulo*, em 07 de junho de 1986.

² SEVCENKO, Nicolau. “As guerrilhas pela ‘ocultura’”, *Folha de S. Paulo*, caderno *mais!*, 14 abr. 1996, p. 3.

Este trabalho surgiu de uma constatação inesperada. Ainda estudante de graduação da UFRGS, atuando como bolsista PIBIC-CNPq no projeto “A recepção das vanguardas artísticas européias na imprensa de Porto Alegre no período 1900-1949”, sob orientação do professor Robert Ponge, deparamo-nos, no curso da pesquisa, com um debate, ao menos para nós, insuspeitado: o debate sobre a identidade nacional. Naquele momento, não demos maior importância. Anotado, foi guardado numa das gavetas fluidas e abertas da memória. Finda a pesquisa, e escritos alguns ensaios e relatórios sobre a recepção das vanguardas na imprensa de Porto Alegre, restava-nos decidir sobre a monografia de final de curso. Ora, tínhamos em mãos elementos suficientes para ampliar e aprofundar o estudo sobre a recepção. Foi o que fizemos.

Veio, contudo, a necessidade do mestrado. Sem hesitar, e para nossa própria surpresa (como para colegas e amigos), decidimos pelo projeto de estudar o debate sobre a identidade nacional tal como este se desenvolveu na imprensa de Porto Alegre, no período imediatamente posterior à Semana de Arte Moderna de 1922, posto que foi justamente a partir daí que o debate se desenrolou.

A estranheza do projeto vinha do fato de que jamais déramos importância a tais questões, que soavam reducionistas e anti-emancipatórias, senão politicamente perigosas. Coisas, enfim, ou da direita ou de uma esquerda retrógrada e cega. Que tínhamos a ver com essas questões?

Mas percebemos que, estudando a questão, poderíamos esclarecer – sobretudo, para nós próprios – algo da história política, social e cultural do Brasil – o que é bom. Afinal, tomar consciência do passado, desde que se o utilize para melhorar o presente e o porvir, nada tem de gratuito. Ao contrário, o estudo da história deve nos servir para a vida e para a ação, como queria Friedrich Nietzsche, não um mero saber erudito que sufoque a força do vir a ser.³

Portanto, este trabalho tem um primeiro significado, de cunho pessoal: participa de um processo formativo em mais ampla medida; não se trata de simplesmente acertar contas com a Universidade, entregando-lhe um texto em troca de um certificado.

³ NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Tradução Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003. Há outra tradução, embora somente de alguns fragmentos: NIETZSCHE, Friedrich. *Obras incompletas*. Seleção de textos de Gérard Lebrun; tradução e notas de Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Os pensadores).

E dizemos que participa desse processo porque o tema que abordamos revelou-se de imediato um grande desafio. Primeiro, pelo que acima afirmamos: tratava-se de uma novidade em nossas considerações e estudos. Segundo, por que o tema é dos mais complexos nos estudos sociais, históricos e literários. Esse caráter de desafio, entretanto, foi o que melhor nos podia mover.

Contudo, havia limites para a empresa, além dos relacionados à nossa própria capacidade de minimamente dar conta do tema. Havia limites externos, burocráticos, de tempo e espaço; em suma, havia um prazo a cumprir – exíguo – para a entrega da dissertação. Fazia parte das regras do jogo, que, embora não concordando de todo, uma vez em campo e a partida iniciada, deu-se por assente que as aceitamos. Ainda que sob protesto.

Uma vez considerados tais limites, urgia correr contra o tempo. Muita leitura inédita deveria ser feita. Muito cotejo de pensamentos que, por vezes, assemelham-se, divergindo contudo em pontos cruciais. Semelhanças não são difíceis de se encontrar; difícil é perceber as diferenças, e são estas que importam, na arte e na vida.

Dito isso, é preciso sublinhar, de um lado, o caráter ensaístico deste estudo, querendo com o termo apontar para uma certa liberdade interior, de pensamento e de ritmo, que evita a rigidez acadêmica que um trabalho desta ordem poderia – deveria? – apresentar. Não que nos deixamos escapar das malhas do tema; mas que brechas para veredas paralelas se abriram, não o negamos.

Significa também que esta investigação é preliminar, etapa provisória de uma pesquisa de maior fôlego.

2. Depois das muralhas, a estrada

O terreno a ser investigado era muito claramente amplo, vastíssimo, de extensão desmedida; não suspeitávamos, contudo, que fosse igualmente feito de abismos. Quer dizer, ao invés da planície que vislumbrávamos, havia depressões, e grandes depressões.

Expliquemo-nos, sem o uso de metáforas tão descabeladas.

Propusemo-nos a estudar a questão nacional – identidade nacional, brasilidade, caráter nacional brasileiro –, que sabíamos ser de fato um mal-estar, tal como esta aparecia

na formulação de intelectuais e jornalistas na imprensa de Porto Alegre. Uma vez lidos e relidos os textos – a coleta do material já havia sido feita, como dissemos –, passamos a resenhá-los e, em seguida, cotejá-los. O mesmo sendo feito com os estudos de historiografia.

Mas havia algo que não se explicava. Afinal, por que a importância – aparentemente, desmesurada – que a questão adquiria no âmbito da produção intelectual brasileira. Sim, alguma relação havia com nosso passado colonial. Mas o que buscavam esses intelectuais? Autonomia, está certo. Afinal, viviam, os brasileiros – mas quais brasileiros? – imitando a última moda a desembarcar do último navio. E continuaria, apesar da grita generalizada e constante. A ênfase no futuro, a valorização da natureza privilegiada, de par com o veredito de que não havia uma nação brasileira – tudo isso parecia encobrir uma ânsia (em que pese a conotação psicológica) maior. Ou seria, como suspeitávamos, mera ideologia a encobrir as relações de classes, as imensas desigualdades sociais, ficcionalizando uma entidade chamada *nação brasileira*, oposta a outras nações, a fim de acobertar o horror nacional e aquietar os focos de revolta?

O imbróglio estava formado; como resolvê-lo? Voltamos à história social. Tivemos de convir que literatura, história e sociedade são componentes de um todo inextricável. Embora a literatura tenha sua autonomia relativa, não escapa – sobretudo porque, em muitos momentos, não quer – das condicionantes históricas. Sem mencionar toda uma vasta produção literária que, intencionalmente, quer intervir na história. Pensemos no modernismo paulista, para dar um único exemplo.

Duas conclusões surgiram desse mergulho. Primeiro, era preciso ampliar o estudo, para abranger a literatura. Daí, o segundo capítulo, bem como a primeira parte do terceiro. Segundo, a questão da nacionalidade tinha a ver com a política concreta, com o esforço de construção de um Estado nacional moderno, nos moldes dos Estados nacionais europeus. Tinha a ver, portanto, com a modernidade capitalista.

Se tudo se complicava, parecia muito mais claro. Podíamos começar a pensar.

3. Finalmente, a caminhada

O percurso que seguimos, então, foi o seguinte.

Num primeiro momento, repassamos algo do debate intelectual sobre a identidade nacional brasileira, dando ênfase a algumas das formulações mais contundentes à sua época, apontando as dominantes sem esquecer outras formulações, ainda que marginais. Desse modo, iniciando o périplo pelo incontornável momento romântico, seguimos pelo cientificismo e o realismo/naturalismo do final do século XIX, apanhando os rescaldos do debate pelo século XX adentro, e chegando, finalmente, às formulações propostas pelos modernistas, na década de vinte.

Num segundo momento, tentamos ver como a literatura agiu no período, com respeito ao tema da nacionalidade. Breves elementos para uma possível descrição, não mais que isso. O foco central, como não poderia deixar de ser, recaiu sobre a produção e as propostas dos modernistas dos anos 1920.

Por fim, núcleo de nosso empreendimento, verificamos: a) de que modo a imprensa jornalística de Porto Alegre, entre os anos 1922 e 1937, percebeu e debateu, nas suas páginas, a literatura contemporânea; b) de que modo a imprensa jornalística porto-alegrense, entre os anos de 1922 e 1937, percebeu e debateu, nas suas páginas, a questão da nacionalidade. O recorte cronológico eleito nos pareceu de todo justificável, uma vez que 1922 é o ano da Semana de Arte Moderna, realizada em São Paulo, mas que teve ressonâncias inegáveis pelo restante do país, pelo menos naqueles pontos que passaram, não por acaso, a ser irradiadores de literaturas fortes distintas do Centro – o eixo Rio de Janeiro-São Paulo –, e 1937 que, se não é o fim de um ciclo iniciado, grosso modo, em 1930, é seguramente uma virada – há muito anunciada, é verdade – na história do país. Virada ou aprofundamento, ou seja, condução ao extremo de uma tendência já presente? Questão importante, e mesmo central, diríamos, para uma visada histórica crítica sobre o passado recente de nossa política, de nossa sociedade e cultura. Infelizmente, não a poderemos abordar de forma mais detida. Primeiro, pela complexidade do tema, a exigir esforço investigativo sensivelmente maior que aquele que, por ora, nos é permitido, tendo em vista as inevitáveis limitações de tempo impostas a uma dissertação. Segundo, e finalmente, porque extravasaria os objetivos, modestos, de nosso trabalho. Ressaltamos que a delimitação do período se deu igualmente em função de ter sido esse o lapso de tempo pesquisado, não nos tendo sido possível estender a pesquisa até os anos, digamos, de 1945 ou 1950, o que teria, sem dúvida, enriquecido em muito a análise.

Assim, se o estudo e a discussão em torno da identidade nacional brasileira não constitui novidade, a insistência na discussão (o nosso trabalho não é, longe disso, exceção) evidencia, assim nos parece, a permanência de uma angústia, posto o inacabado de um projeto, bem como a necessidade de debatê-la. Além do mais, o enfoque aqui adotado, centrando-se na imprensa de Porto Alegre, entre os anos de 1922 e 1937, estamos convencidos, oferece elementos inéditos e enriquecedores para a compreensão histórico-cultural do passado recente de Porto Alegre, do Rio Grande do Sul e do Brasil.

Se conseguirmos cumprir com uma pequena parte desse objetivo, nos damos por satisfeitos.

CAPÍTULO I

A BUSCA DO NACIONAL

“Nada é mais aborrecedor e árido do que o *locus communis*
[lugar-comum] disfarçado.”

Karl Marx,
*Para a crítica da economia política*⁴

“Para escrever as diversas ‘histórias da literatura brasileira’, publicadas ao longo do século passado [entenda-se: do século XIX], seus autores afirmaram, antes de tudo, a existência de seu objeto, a *literatura nacional*”.⁵ Ora, o mesmo se pode afirmar dos vários estudos sobre a *brasilidade*, a *identidade nacional*, o *caráter nacional brasileiro* que se multiplicaram desde o romantismo. A pergunta, que se faz óbvia, é: existia *realmente* esse objeto? Até que ponto não se estava construindo – diga-se: inventando – um objeto conforme aos objetivos programáticos, e pragmáticos, do momento?

Nosso objetivo, neste capítulo, é justamente investigar essa problemática.

⁴ MARX, Karl. *Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar*. Traduções de Edgar Malagodi, Leandro Konder, José Arthur Giannotti, Walter Rehfeld. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. 4.

⁵ VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmica literária no Brasil 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 17.

1. O “AUTÊNTICO NACIONAL”: CIÊNCIA E IDEOLOGIA⁶

1.1- DESLEITURAS: PRA INÍCIO DE CONVERSA

Murilo Mendes, em famosa paródia⁷ à “Canção do exílio”, de Gonçalves Dias, propõe a sua visada sobre a terra natal. Leiamos o poema:

Minha terra tem macieiras da Califórnia
 onde cantam gaturamos de Veneza.
 Os poetas da minha terra
 são pretos que vivem em torres de ametista,
 os sargentos do exército são monistas, cubistas,
 os filósofos são polacos vendendo a prestações.
 A gente não pode dormir
 com os oradores e os pernilongos.
 Os sururus em família têm por testemunha a Gioconda
 Eu morro sufocado
 em terra estrangeira.
 Nossas flores são mais bonitas
 nossas frutas mais gostosas
 mas custam cem mil réis a dúzia.
 Ai quem me dera chupar uma carambola de verdade
 e ouvir um sabiá com certidão de idade!⁸

⁶ Michael Löwy alerta: “É difícil encontrar na ciência social um conceito tão complexo, tão cheio de significados, quanto o conceito de ideologia. Nele se dá uma acumulação fantástica de contradições, de paradoxos, de arbitrariedades, de ambigüidades, de equívocos e de mal-entendidos, o que torna extremamente difícil encontrar o seu caminho nesse labirinto”. Não refaremos, aqui, o que noutras partes esse e outros autores fizeram, ou seja, não pretendemos, nem seria o caso, refazer a história do conceito, acompanhando seus múltiplos deslocamentos e cristalizações semânticas. Para tanto, remetemos ao sintético, porém didático e acurado ensaio de Löwy: LÖWY, Michael. “Ideologia”. In: *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. 14^a ed. São Paulo: Cortez, 2000. O fragmento supracitado está à página 11. De nossa parte, adotamos, neste trabalho, o conceito de ideologia tal como o apanhamos em Marx e Engels, a saber: ou uma *distorção* ou uma *abstração* da história. Leia-se o trecho a seguir: “A história pode ser examinada sob dois aspectos: história da natureza e história dos homens. Os dois aspectos, contudo, não são separáveis; enquanto existirem homens, a história da natureza e a história dos homens se condicionarão reciprocamente.” Assim, “quase toda a ideologia se reduz ou a uma concepção distorcida desta história, ou a uma abstração completa dela. A própria ideologia não é senão um dos aspectos desta história.” MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã: I – Feuerbach*. Tradução José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 11^a ed. São Paulo: Hucitec, 1999, pp. 23-4, nota.

⁷ Pensamos a paródia a partir das considerações de Alfredo Bosi em “Poesia Resistência”, onde afirma: “a paródia, ‘canto paralelo’, só se faz possível quando uma formação literária e um gosto, outrora sólidos, entram em crise, isto é, sobrevivem apesar do cotidiano, sobrevivem como disfarce, véu ideológico”. É que chega um momento, diz ainda, “em que o poeta mostra não tomar a sério os valores de uma certa cultura, ou melhor, as relações entre forma e conteúdo que a dominam: é a hora da paródia”, que seria, portanto, “uma traição consciente”. Veja-se: BOSI, Alfredo. *O ser e o tempo da poesia*. São Paulo: Cultrix, 1977, pp. 165-72.

⁸ MENDES, Murilo. “Canção do exílio”, *Poemas*. In: *Poesia*. Rio de Janeiro: Agir, 1983, pp. 20-1.

Fizéssemos o cotejo dos dois poemas, este de Murilo com aquele de Gonçalves Dias, perceberíamos os vários e significativos deslocamentos semânticos propostos pelo texto de Murilo. Mas a questão que surge, antes de mais nada, é: por que a paródia desse poema em especial, um século depois? Trata-se de um dos poemas canônicos do primeiro romantismo brasileiro. O seu espírito mantinha alguma vigência? E onde: na poesia? no público leitor? Finalmente, tratou-se de uma iniciativa excêntrica, extemporânea, ou era à sua maneira representativa de uma empresa mais ampla e geral? A “Canção do exílio” de Gonçalves Dias, incluída nos *Primeiros Cantos*, de 1846, terá longa e exitosa carreira. Casimiro de Abreu fará a sua “Canção do exílio”, no mesmo espírito. A des- ou releitura de Murilo, na verdade, não será a primeira. Oswald já fizera a sua, mais colada ao original de Gonçalves Dias, embora em clave paulistano-modernista (“Não permita Deus que eu morra/Sem que volte pra São Paulo/Sem que veja a Rua 15/E o progresso de São Paulo”).⁹ Assim como, ao longo dos anos, e até hoje, toda uma série de canções do exílio, a perder-se a conta, se adicionarão àquela primeira.¹⁰ Mas voltemos a Murilo.

Em quê, fundamentalmente, a sua versão diferencia-se do original de Gonçalves Dias? Para responder, precisamos distinguir, em ambos os textos, a concepção – o sentimento e a compreensão – de Brasil que neles se estampa. Em rápidas palavras, e mesmo correndo o risco de simplificar o poema de Gonçalves Dias, pode-se afirmar que aí se encontra uma visão ufanista (a expressão surge mais tarde, mas o sentimento, a atitude já existem), onde a natureza faz as vezes de berço grandioso, esplêndido e maternal. O que não ocorre no poema de Murilo, que sobrepõe, aos elementos da natureza, componentes da cultura, incluindo (em levíssima farpa) a economia.

Muito já se disse a propósito do investimento poético que fizeram os românticos sobre a natureza dos trópicos, cabedal que seria de *nossa originalidade única* (o pleonasma se justifica nos horizontes desse pensamento nacionalista) e inalienável. O realce das cenas da natureza – uma natureza singular – deveria assegurar às literaturas latino-americanas um

⁹ ANDRADE, Oswald de. “Canto do regresso à pátria”. In: *Pau-Brasil*. São Paulo: Globo/Secretaria de Estado da Cultura, 1990, p. 139. Voltaremos a esse poema no Capítulo II deste trabalho, à medida que abordarmos o modernismo.

¹⁰ Será, talvez, o poema mais parodiado e parafraseado da língua, marcando presença inclusive no Hino Nacional e no hino do expedicionário, na Segunda Guerra Mundial. É o que nos informa Walnice Nogueira Galvão, em “Modernismo: intertextos”, in: DECCA, Edgar Salvadori de; LEMAIRE, Ria. *Pelas margens: outros caminhos da história e da literatura*. Porto Alegre: Ed. da Universidade-UFRGS; Campinas: Ed. da Unicamp, 2000, p. 292. Voltaremos igualmente a esse texto.

lugar ao lado das literaturas européias. Antonio Candido já descrevia de forma exemplar esse deslumbramento ante a “idéia de país novo”, calcado na surpresa, na valorização do exótico, na crença quanto às possibilidades de futuro, tom eufórico inaugurado pelos primeiros cronistas e transmitido aos intelectuais latino-americanos (não somente aos brasileiros), “que o transformaram em instrumentos de afirmação nacional e em justificativa ideológica”. Não por acaso, Candido menciona o poema de Gonçalves Dias, que, segundo diz, “poderia ter sido assinado por qualquer um dos seus contemporâneos latino-americanos entre o México e a Terra do Fogo”. É que, segundo o crítico,

A idéia de *pátria* se vinculava estreitamente à de *natureza* e em parte extraía dela a sua justificativa. Ambas conduziam a uma literatura que compensava o atraso material e a debilidade das instituições por meio da supervalorização dos aspectos regionais, fazendo do exotismo razão de otimismo social.¹¹

A noção de que a literatura hegemônica, no século XIX, tomou parte no projeto político de construção da nação é fundamental para se compreender algumas das suas realizações no período. Pensemos em José de Alencar, o mais óbvio dos exemplos. Mas do Gonçalves Dias da “Canção do exílio” ao Alencar de *O guarani* e *Iracema*, há uma distância que não devemos descartar, sob risco de perdermos o que aí se afirma e desloca. Não é o caso de deslindarmos, aqui e agora, os traços dessa distância. Basta assinalar, no entanto, que no primeiro apenas a natureza comparece como elemento de positividade do país, enquanto, no segundo, comparecem a natureza e os tipos humanos que nela se engrandecem, o índio e o português, segundo a lógica romântica brasileira, ou seja, valorizando, por um lado, aquele e somente aquele nativo apresentado como tendo compactuado com a empresa de conquista portuguesa, e, por outro, apagando qualquer resquício da presença negra.¹² Aliás, insistamos um pouco nesses aspectos.

¹¹ CANDIDO, Antonio. “Literatura e subdesenvolvimento”. In: *A educação pela noite e outros ensaios*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 2000b, p. 141.

¹² Não estamos dizendo, obviamente, que o tema do índio surgiu com Alencar, o que seria erro grosseiro. Na obra do próprio Gonçalves Dias, no âmbito da literatura feita no Brasil, já aparece o índio como o nativo (nosso ilustre ancestral) bravo, em harmonia com a natureza, amante da liberdade, características que serão paradigma de todo o romantismo, retomados, portanto, por Alencar, em clave senhorial evidente. Pense-se, a propósito de Gonçalves Dias, entre outros, no “I-Juca-Pirama”, poema constante dos *Últimos Cantos*, de 1851, anos antes de *O guarani*, de 1857. Isso tudo sem desconsiderar os reclamados precursores.

1.2- OS BRASILEIROS: QUEM SOMOS?

Como sabemos, foi à época da Independência e, pouco depois, do romantismo brasileiro que a discussão sobre *brasilidade* – e suas variantes, *identidade nacional*, *caráter nacional brasileiro* – primeiro se impôs. Como adiante veremos, no terreno dos debates econômicos, políticos e mais amplamente sociais (e pseudo-científicos, adiantamos), a questão racial adquiriu dimensões de foro decisivo, vindo à tona contudo, em sua forma cabal, somente com a geração seguinte à do romantismo. Mas vejamos, primeiramente, o modo especificamente romântico de lidar com a questão.

Na literatura, instituiu-se o índio como – note-se! – o *passado* essencial da nacionalidade. Desse programa, recorte (pois que excluía o negro, cf. a seguir) do programa original de um francês, Ferdinand Denis,¹³ surgiu uma infindável maré de poesia *indianista* (ou *americana*, como se dizia então). Mas que poesia era essa? Como aparecia nela o índio? E por que o índio e não, digamos, o negro? Por que não (ainda) o mestiço? Estudemos essas questões.

Nelson Werneck Sodré investigou as “razões do indianismo” (a expressão é sua) recorrendo à história social, recuando no tempo e mostrando o quanto as fontes do pensamento romântico acerca dos índios encontram-se coladas às descobertas ultramarinas, e estas à ascensão da burguesia. A literatura utópica fornecerá vasto material. As crônicas de viagens, outro tanto, ou mais. Naquela, o mito da bondade natural do índio “vai servir de motivo para as críticas que então aparecem, a respeito dos problemas criados por uma fase de mudança, de rápida deterioração de valores”.¹⁴ Ou seja, contrapõe-se “a idéia de que a vida natural dos índios americanos fazia desta terra uma espécie de paraíso” à realidade de uma Europa “em que a ambição de lucro, o surto ascensional da burguesia, traduzia-se em idéias, tendências e normas de vida que proporcionavam o divórcio entre os homens, as lutas e a infelicidade”. É no século XVIII, contudo, “quando a ascensão burguesa entra na sua fase decisiva, que a idéia da bondade natural do índio vai constituir o próprio

¹³ Veja-se: DENIS, Ferdinand. “Resumo da história literária do Brasil”. In: CÉSAR, Guilhermino (Org.). *Historiadores e críticos do romantismo*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos/São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978. Também: RISÉRIO, Antonio. *Textos e tribos: poéticas extraocidentais nos trópicos brasileiros*. Rio de Janeiro, Imago, 1993.

¹⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, p. 260.

fundamento dos grandes trabalhos políticos e filosóficos”. A novos livros de viagens, em várias línguas, acrescenta-se a literatura dos Jesuítas, de larga penetração. Assim é que, segundo Sodré, os iluministas franceses apanharão a idéia das virtudes do índio em oposição à degradação do europeu. Montesquieu (*O espírito das leis*) afirmando a síntese de liberdade, igualdade e fraternidade no estado natural do índio. Diderot (*Ensaio sobre o caráter do homem selvagem*) juntando-se aos afirmadores da bondade indígena. E, sobretudo, Rousseau (*Emílio, O contrato social*), divulgando de vez o mito do bom selvagem. Desse retrospecto, conclui Sodré que

A tendência à valorização do índio, pois, nem surgiu no século XIX, como criação específica do romantismo brasileiro, nem foi por ele encontrada em obras literárias da mesma época, surgidas em outros idiomas e referindo-se ao selvagem norte-americano. E nem é necessário mais do que um simples exame para encontrar em nossa própria literatura, antes do romantismo, o tema [...].

Tema somente ou herói, o índio literário nem sequer era um fantasma. Mera imagem idealizada – inofensiva, portanto – de um nobre selvagem a justificar as raízes de uma nação infante, de uma sociedade escravocrata, oligárquica, em muitos sentidos ainda colonial. O indígena real, homem ou mulher de carne e osso, a este o que ocorreu “foi a sua rápida, total e implacável destruição”: “Ou aconteceu o extermínio ou aconteceu o esmagamento cultural, com a destruição de todos os valores que o indígena havia conseguido elaborar.”

A voga indianista, como aponta Sodré, surge três décadas depois da Independência. Ora, pergunta-se, “o que representou a Independência, no quadro da vida brasileira?” A resposta é do próprio historiador:

Em primeiro lugar, manteve as relações sociais existentes ao tempo do regime colonial. [...] não afetou em nada a propriedade territorial e nem mesmo a propriedade servil. Em segundo lugar, correspondeu à integração da economia brasileira no quadro da economia internacional, em pleno coroamento do triunfo da burguesia. [...] que corresponderá, para as áreas coloniais, à derrocada do sistema de clausura e do monopólio comercial.

Portanto, se a valorização do índio, tal como mostrada, “representava uma idéia cara à ascensão da burguesia”, no âmbito europeu, no Brasil, “correspondia inteiramente ao quadro das relações sociais dominantes”.¹⁵ Em que sentido? Ora, prossegue Sodré,

Não seria possível valorizar o trabalho, numa sociedade escravocrata e latifundiária, em que a diferença estava, justamente, na situação superior dos que não trabalhavam, mas usufruíam. O índio nada tinha a ver com o trabalho – era uma criatura livre, ao ver dos contemporâneos do indianismo. E tinha, além de tudo, na ânsia nativista, um traço de valorização histórica a mais: fôra ele o adversário do português colonizador [...].¹⁶

Se não concordamos *in totum* com os argumentos do historiador,¹⁷ entende-se, a partir daí, a mudez romântica quanto ao negro. “No quadro daquelas relações, que subsistem intocadas com a autonomia, o negro fornecia o trabalho, colocava-se no extremo inferior da escala”.¹⁸

O caso de José de Alencar é emblemático: era deputado e escravocrata. Pensemos ainda uma vez nos seus *O guarani* e *Iracema*, nos quais a diferença cultural indígena é aparentemente louvada. Mas louvada no quê, e de que forma? Digamos de uma vez: não no que tem de própria, de singular, de diferença real, não no que possa ter, no presente, de alternativo e/ou de denúncia, mas no que tem de ideal¹⁹ aos olhos de um projeto político-cultural bem determinado: a manutenção da ordem e a construção de um Estado-Nação nesses mesmos patamares. Mais, naquilo que a silencia e a submete às orientações do

¹⁵ *Id.*, *ibid.*, pp. 261-67.

¹⁶ *Id.*, *ibid.*, pp. 278-79.

¹⁷ Afinal, fora o índio, de fato, tomado em sua generalidade, e considerando o longo tempo histórico da colonização, *sempre* “o adversário do português”? E mais, teria sido o indianismo realmente “uma saída natural e espontânea para o nosso romantismo”, “alguma coisa de *profundamente nosso*, em contraposição a tudo que, em nós, era estrangeiro, era estranho, viera de outras fontes”? Veja-se: Sodré, *op. cit.*, pp. 278-79. Grifos nossos. A visada nacionalista de Nelson Werneck, aí, trai a sua força argumentativa, puxa-lhe as rédeas e parece evitar a radicalidade teórica esboçada. Radicalidade que surgira páginas antes, nas quais o historiador argumenta em sentido radicalmente oposto: o indianismo revelaria sua “inautenticidade”, pois que “o índio [literário] não era assim – mas *devia ser assim*”; não seria, contudo, falso, uma vez que foi “a manifestação de uma sociedade de senhores de terras, de regime de trabalho servil, em que apenas se esboça a classe intermediária”, correspondendo, portanto, “plenamente aos traços essenciais daquela sociedade”. Cf. Sodré, *op. cit.*, pp. 268-69. Grifos do autor. Assim talvez se compreenda o mal explicado “profundamente nosso” do fragmento supra. Mas a objeção permanece.

¹⁸ *Id.*, *ibid.*, p. 267.

¹⁹ “N’ *O guarani* o selvagem é um ideal, que o escritor intenta poetizar, despindo-o da crosta grosseira de que o envolveram os cronistas, e arrancando-o ao ridículo que sobre ele projetam os restos embrutecidos da quase raça extinta”. Palavras de José de Alencar, impressas na autobiografia *Como e porque sou romancista*. Citado por SODRÉ, *op. cit.*, p. 281.

colonizador europeu: quando com este compactua e aceita o seu Deus. Paradoxo a sublinhar: a particularidade do processo colonizador no Brasil teria se dado a partir da negação, mais ou menos encoberta e adocicada (encoberta e adocicada: não na história concreta, mas nas versões ficcionalizadas, seja na literatura, seja na ensaística), da diferença nativa. E, nunca é demais repetir, pela imposição violenta dos parâmetros dos colonizadores lusitanos, com os quais a elite intelectual se identificava. E contra os quais, paradoxalmente, afirmava lutar. Tal paradoxo, em verdade, é aparente. Há uma necessidade histórica a ser reconhecida. Dizemos *reconhecida*, não *justificada*. Pensemos, ainda uma vez, nos referidos textos de Alencar. Leiamos, novamente, Sodré:

No plano do generalizado nativismo então dominante, o português, que era o colonizador, devia receber alguns impactos. Recebe-os muito menos, aliás, do que seria de esperar, e do que receberia se, realmente, o nativismo fosse o único fermento do indianismo. [...]. O elemento português colocado na ficção é, naturalmente, aquele recrutado entre os senhores de terras e de escravos, não aquele dado ao trabalho ou ao comércio.²⁰

Daí ser esse português o verdadeiro herói das narrativas indianistas, nas quais o indígena é louvado tão-somente quando o segue a reboque, servindo-o: este, o índio bom, o que se sacrifica pela empresa colonizadora lusa. O outro, o índio mau, é o que resiste à destruição e à morte. E morre. Nas palavras de Alfredo Bosi:

O nosso indianismo, de Varnhagen a Alencar, pendeu para o extremo conservador, como todo o contexto social e político do Brasil dos fins da Regência à década de 60. A primeira metade do reinado de Pedro II representou a estabilidade do governo central, escorado pelo regime agrário-escravista e capaz de subjugar os levantes de grupos locais à margem do sistema: os farrapos no Sul, os liberais em S. Paulo e Minas, os balaios no Maranhão, os praieiros em Pernambuco. Ora, foi esse o período de introdução *oficial* do Romantismo na cultura brasileira. [...] A América já livre, e repisando o tema da liberdade, continuava a pensar como uma invenção da Europa.²¹

²⁰ *Id.*, *ibid.*, pp. 267-68.

²¹ BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Cultrix, 1976, p. 110. Grifos do autor. Em outro ensaio, Alfredo Bosi voltaria ao tema, de modo mais incisivo e pontual, embora, a nosso ver, demasiado condescendente, não tirando de suas próprias e argutas intuições as conclusões radicais que poderia, e que são esperadas. Trata-se de “Um mito sacrificial: o indianismo de Alencar”, onde o autor evidencia o imaginário extremamente conservador do veio alencariano do romantismo brasileiro. Se em Gonçalves Dias, afirma, o “conflito das civilizações é trabalhado na sua dimensão de tragédia” (p. 184), em

Na fase histórica da sociedade brasileira correspondente ao auge do Império e do romantismo, adotou-se, portanto, por símbolo nacional, o índio: refletiu-se tal investimento ideológico na política, nas artes plásticas, no romance, na poesia. E o que representava, no fundo, tal gesto?

Para João Hernesto Weber, o quadro pintado por Alencar nesses romances “tem muito a ver, certamente, com a criação do Estado Nacional brasileiro pelos senhores-de-escravos”:

Nesse contexto, *Iracema* assume a feição que marcaria a sua *fortuna crítica* na literatura brasileira: trata-se da legitimação e laudação do Estado Nacional implantado pela classe dominante da costa, a quem empresta um passado heróico e lendário. Não somos portugueses, não somos indígenas. Somos fruto da melhor cepa: filhos de fidalgos portugueses e indígenas heróicos. É nesse sentido que o romance adquire seu caráter laudatório, de intenção propagandística e ufanista. [...]. Em suma, os valores ressaltados em *Iracema*, que insistem na nobreza de caráter, fidalguia e lealdade daqueles que comporiam a *raça* brasileira, apontam, no plano concreto da História, para a “grandeza” da classe dominante local, a qual passa a possuir uma *história* positiva, que a legitima no poder.²²

Há mais nesse processo do que mera repetição de padrões europeus: há necessidade de legitimação ideológica por parte da classe dominante local.

Portanto, a ausência do negro no conceito de identidade nacional nesse momento, como assinalamos, não surpreende. Comportavam-se os românticos, nesse aspecto, tal como os catequistas “que se desmandavam na defesa do índio, assistindo às maiores torpezas da escravidão e do tráfico negreiro”.²³ Bem o assinala João Hernesto Weber, quando afirma: “peça fundamental do modo de produção escravista, incompatível, no

Alencar, ao contrário, o índio “entra em íntima comunhão com o colonizador” (p. 177), violando “abertamente a história da ocupação portuguesa”, tocando “o inverossímil”, sendo portanto “pesadamente ideológica como interpretação do processo colonial” (p. 179). A chave para tal artifício literário-político está nesta passagem: Alencar volta “não para a destruição das tribos tupis, mas para a *construção ideal de uma nacionalidade*” (p. 186, grifos nossos). Bosi, a meio do ensaio, conclui: “Não sei de outra formação nacional egressa do antigo sistema colonial onde o nativismo tenha perdido [...] tanto da sua identidade e da sua consistência” (p. 181). O ensaio encontra-se em BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

²² WEBER, João Hernesto. *Caminhos do romance brasileiro: de A moreninha a Os guaianãs*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990, pp. 33-4. Grifos do autor.

²³ SODRÉ, *op. cit.*, p. 265.

entanto, com a ideologia liberal-burguesa que forçava pela extinção do trabalho escravo, o negro seria mantido nas sombras da consciência ideológica da ‘Nação’”.²⁴

O que adiante mudaria, em termos. Com Silvio Romero, o negro voltaria, ou melhor, passaria a compor o que seria o tipo brasileiro por excelência, ou seja: o mestiço. Mas, de que modo?²⁵ Citemos ainda João Hernesto para perceber:

Somente no momento em que a história exigia a transformação do escravo em homem formalmente livre é que o negro se transforma em componente da nacionalidade. Embora F. Denis já o apontasse como elemento constitutivo da “Nação”, será, enfim, apenas no momento da transformação do sistema produtivo que ele poderá emergir para a história e integrar essa “outra nação” – ainda assim, *para se apostar no branqueamento da raça*, através da proposta de aumento do contingente branco pela imigração massiva.²⁶

E o próprio Silvio Romero:

O mestiço é o produto fisiológico, étnico e histórico do Brasil; é a forma nova de nossa diferenciação nacional.

Nossa psicologia popular é um produto desse estado inicial. Não quero dizer que constituiremos uma nação de mulatos; pois que *a forma branca vai prevalecendo e prevalecerá*; quero dizer apenas que o europeu aliou-se aqui a outras raças, e desta união saiu *o genuíno brasileiro*, aquele que não se confunde mais com o português e sobre o qual repousa o nosso futuro.

Somente o mestiço, portanto, seria *genuinamente brasileiro*? Negros, índios e brancos, não? Mais adiante: “O elemento branco tende em todo o caso a predominar com a

²⁴ WEBER, João H. *A teoria da literatura brasileira e o “instinto de nacionalidade”*: o paraíso está no fim?. Porto Alegre: UFRGS/CPG-Letras, Tese de Doutorado, 1994, p. 28.

²⁵ As considerações que se seguem não pretendem, pois que seria descabido, reduzir a riqueza da obra de Silvio Romero, limitando sua diversidade e evolução a duas ou três constantes nefastas. Estamos simplesmente – pobre Romero – tomando-o como sintoma de uma estrutura maior de pensamento. Assim, que fique claro: Silvio Romero, melhor, a obra de Silvio Romero é maior que o racismo e outros absurdos nela estampados. Para nós, ela será, digamos com Antonio Candido, “uma imagem nervosa do país” (Introdução a ROMERO, Silvio. *Teoria, crítica e história literária*. Seleção e apresentação de Antonio Candido. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Edusp, 1978, p. XII).

²⁶ *Id.*, *ibid.*, p. 70. Grifos nossos.

internação e o desaparecimento [sic] progressivo do índio, com a extinção do tráfico dos africanos e com a imigração européia, que promete continuar”.²⁷

Assim, se no romantismo brasileiro, duas constantes compõem o programa nacionalista daquela geração – além da celebração *in abstractu* do índio, tal como mencionada, a celebração da natureza tropical; se aquela geração buscava na aliança mítico-ideológica entre portugueses aqui chegados e nativos a composição ideal da essência do ser brasileiro – que resumia amor à liberdade e apego à terra; se a imagem que daí surgia era eivada de otimismo e positividade, mascarando no entanto o fato lamentável e o caráter trágico da escravidão; com o cientificismo de Silvio Romero e da geração realista/naturalista do final do século, verificamos uma mudança drástica de perspectivas. Agora, não mais o índio como a fonte primeira do dito caráter nacional brasileiro, mas o mestiço, resultante de cinco fatores: o português, o negro, o índio, o meio físico e a imitação estrangeira.²⁸ Daí a ontológica frase de efeito – mas síntese de um pensamento – segundo a qual: “Todo brasileiro é um mestiço, quando não no sangue, nas idéias”. Já observamos que a tese de Romero prevê o progressivo branqueamento da população, através da imigração e da miscigenação. Se os românticos indianistas viam na bravura, na iniciativa individual, no amor à terra e à liberdade (liberdade como sinônimo de aceitação dos valores lusitano-colonialistas, como tematizados em *O guarani* e *Iracema*) as características do *brasileiro*, Silvio Romero, por sua vez, verá tão-somente apatia, ausência de iniciativa, desânimo, bem como, na vida intelectual, imitação do estrangeiro.²⁹ Com Silvio Romero, natureza, homem e realidade passam pelo crivo amargo de uma visada antiidealista. Do otimismo e da positividade romântica passa-se ao pessimismo e à negatividade cientificista. E se o negro, antes expurgado da nacionalidade, agora, liberto dos grilhões da escravatura, passa a compô-la, é de se realçar o quanto de racismo está inserto na tese de Silvio Romero, que o julga inferior e prescreve a imigração contra a degeneração das raças no clima maléfico dos trópicos.³⁰ Imigração + miscigenação: assim

²⁷ ROMERO, Silvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953, pp. 132-33. Grifos nossos.

²⁸ Para esse passo, LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. 6^a ed. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p. 245.

²⁹ *Id.*, *ibid.*, p. 250.

³⁰ Para a compreensão do debate intelectual de então, na Europa e no Brasil, todo ele sobre a pauta do clima e da raça, veja-se: VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

se acabaria simultaneamente com dois problemas: a existência dos negros, inferiores racialmente, e a inadequação do branco europeu às agruras do clima brasileiro. Sua aposta no branqueamento progressivo da população é clara: “Aplicando as leis de Darwin à literatura e ao povo brasileiro, é fácil perceber que a raça que há de vir a triunfar na luta pela vida, neste país, é a raça *branca*”.³¹

Ora, tanto o conceito de evolução quanto o nome de Darwin adquiriram crescentemente um caráter ideológico fortíssimo nos países europeus – e depois, como se está vendo, nas Américas. A teoria da evolução das espécies, restrita, originalmente, à biologia, adquiriu logo dimensão humana e social: assim nasceu o conhecido darwinismo social. Desde então, a biologia deixou de ser somente biologia. Eric Hobsbawm, historiador pouco propenso à mera descrição, afirma: “Sob a forma de racismo, cujo papel central no século XIX nunca será demais ressaltar, a biologia era essencial para uma ideologia burguesa teoricamente igualitária, pois deslocava a culpa das evidentes desigualdades humanas da sociedade para a ‘natureza’”.³²

Pois a explicação do caso brasileiro pelo conceito de raças superiores e inferiores foi largamente aceita pelos ensaístas brasileiros. Vimos o caso de Silvio Romero³³ e poderíamos mencionar outros, entre os quais, Nina Rodrigues, iniciador dos estudos antropológicos (sobre os negros) no Brasil;³⁴ Oliveira Viana, cujas teorias servirão ao Estado Novo, bem como ele próprio que, sendo nomeado consultor jurídico do Ministério

³¹ *Apud* VENTURA, *op. cit.*, p. 64.

³² HOBBSAWM, Eric J. *A Era dos Impérios 1875-1914*. Tradução Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 351.

³³ Para bem da justiça, é preciso assinalar, realçando o que em nota anterior afirmamos, que o pensamento e a militância de Silvio Romero não se reduzem às questões acima resumidas. Em 1906, quando da recepção de Euclides da Cunha na Academia Brasileira de Letras, estando presente o presidente Afonso Pena, Romero criticaria acerbamente a política dominante: “Não estamos no caso de ter academias de luxo, quando o povo não sabe ler; de ter palácios Monroe, quando a maior parte da gente mora em estalagens e cortiços. [...] Os governos, os chefes políticos, os diretórios dos partidos, os grandes, os potentados, todos os que formam essa classe dirigente que nada dirige não têm querido cumprir o seu mais elementar dever para com as populações nacionais”. Citado em: SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 296.

³⁴ Além dos estudos aqui já mencionados de Dante Moreira Leite e de Roberto Ventura, veja-se: ORTIZ, Renato. “Memória coletiva e sincretismo científico: as teorias raciais do século XIX”. In: *Cultura brasileira e identidade nacional*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. Nesse ensaio, afirma (p. 20): “É interessante notar que os estudos de Nina Rodrigues sobre as culturas negras decorrem imediatamente de suas premissas racistas; se é verdade que procura compreender o sincretismo religioso, é porque o considera como forma religiosa inferior. A absorção incompleta de elementos católicos pelos cultos afro-brasileiros demonstra, para o autor, uma incapacidade de assimilação da população negra dos elementos vitais da civilização européia.”

do Trabalho do governo de Vargas, aplaudirá o golpe de Estado de 1937,³⁵ e Euclides da Cunha, que em *Os sertões* não escapa aos preconceitos cientificistas e racistas de sua época.³⁶ Na verdade, tanto na literatura e na crítica, quanto na história literária – com raras e ilustres exceções, como Manoel Bomfim, que denunciou a ideologia de cunho imperialista e colonialista sob o véu de ciência da teoria racista –,³⁷ até os anos de 1920, pelo menos, como sublinha José Guilherme Merquior, “o tema da raça domina o pensamento dos brasileiros sobre sua pátria – com conclusões predominantemente pessimistas”.³⁸

Mas apontar as origens européias de tais teorias não significa dizer que os intelectuais brasileiros que as adotaram eram meras máquinas fotocopadoras de originais estrangeiros. Emília Viotti da Costa sublinha que esses intelectuais “não estavam apenas respondendo a idéias de fora”, pois que “escolheram aquelas que lhes permitiriam sintonizar-se melhor com a realidade brasileira contemporânea”.³⁹ E qual era essa realidade? A realidade da escravidão. Quer dizer, a elite brasileira “já tinha em sua própria sociedade os elementos necessários para forjar sua ideologia racial”, pois havia “aprendido desde o período colonial a ver os negros como inferiores”. As teorias racistas de origem européia e norte-americana traziam, portanto, “a autoridade e o prestígio de uma cultura superior para idéias já existentes no Brasil”.⁴⁰

³⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Tentativas de Mitologia*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979, p. 11. A bibliografia recente sobre a obra de Oliveira Lima é ampla. Nos abstermos de enumerá-la. Veja-se, para as suas propostas de modernização: PIVA, Luiz Guilherme. *Ladrilhadores e semeadores: a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940)*. São Paulo: Departamento de Ciência Política da Usp; Ed. 34, 2000. Para uma tentativa de leitura isenta dos pesos ideológicos que lançaram Oliveira Viana, a partir dos anos de 1950, no inferno, veja-se: CARVALHO, José Murilo de. “A utopia de Oliveira Viana”. In: *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998, pp. 202-31. Um dos títulos fundamentais para a condenação de Oliveira Viana encontra-se em Dante Moreira Leite, aqui já citado.

³⁶ LEITE, *op. cit.*; MERQUIOR, José Guilherme. “Gilberto e depois”. In: *Crítica 1964-1989*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. Para uma leitura de *Os sertões* radicalmente anti-canônica: KOTHE, Flávio R. “Sagração da sangria”. In: *O cânone republicano I*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

³⁷ Ainda que pagando tributo a outra ideologia da época, a grande ideologia da época: a do progresso. E ainda que se curvasse a uma pseudo-solução, pois que deveria se dar no interior dos mesmos quadros: a educação. Veja-se: BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993. A primeira edição é de 1905.

³⁸ MERQUIOR, José Guilherme. “Gilberto e depois”. In: *op. cit.*, p. 345. Veja-se, ainda: SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Tradução Raul de Sá Barbosa. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

³⁹ COSTA, Emília Viotti da. “O mito da democracia racial no Brasil”. In: *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 7ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 373.

⁴⁰ COSTA, *op. cit.*, p. 373.

Não admira, portanto, que tais teorias tivessem largo alento. Aliás, para além dos anos 1920; digamos, até o aparecimento de *Casa-grande e senzala*, de Gilberto Freyre, em 1933. A repercussão da obra foi imediata e forte: o mito da democracia racial brasileira ganhava seu atestado definitivo – e com tal autoridade que somente três décadas depois seria questionado. Segundo Dante Moreira Leite, quando de sua publicação, *Casa-grande e senzala* “foi interpretado como uma afirmação corajosa de crença no Brasil, no mestiço e no negro”.⁴¹ Antonio Candido também o afirma, lembrando que na década de 1930 surgirão três obras reveladoras de todo um esforço de renovação do pensamento social no Brasil. Além de *Casa-grande*, *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque, aparecido em 1936, e *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Jr., publicado em 1942. Caio Prado já havia inovado, apresentando em 1934, no ensaio *Evolução política do Brasil*, a primeira tentativa de análise histórica do Brasil sob lente marxista. Para Candido, tais obras traziam “a denúncia do preconceito de raça, a valorização do elemento de cor, a crítica dos fundamentos ‘patriarcais’ e agrários, o discernimento das condições econômicas, a desmistificação da retórica liberal”.⁴²

Uma ressalva precisa ser feita em relação a Gilberto Freyre e sua obra. Se, por um lado, teve efeito positivo imediato, na medida em que exalta a miscigenação e, daí, a suposta particularidade nacional – temas que eram, como vimos, motivo de inquietação e vexame entre as elites do Brasil –, não podemos esquecer seu caráter mais profundo de apologia dos velhos tempos do patriarcalismo do nordeste, nem da mistificação em torno da vida dos escravos no Brasil. A história social escrita por Gilberto Freyre “não é apenas anedótica”: “É também escrita e interpretada do ponto de vista da classe dominante”. Revela, portanto, os “preconceitos mais conservadores e mais arraigados da classe dominante brasileira”. Exemplo? Há ternura pelo negro na obra de Gilberto, mas pelo negro escravo.⁴³

Na apreciação de Luiz Roberto Piva,

Freyre não se preocupa com o futuro brasileiro. Aliás, dos autores do período talvez seja o único, de peso, que não volta os olhos para frente. Seu

⁴¹ LEITE, *op. cit.*, p. 359.

⁴² CANDIDO, Antonio. “O significado de ‘Raízes do Brasil’”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26^a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 11.

⁴³ LEITE, *op. cit.*, pp. 371-72.

trabalho é o de vasculhar a alma e a personalidade brasileiras, formadas na colonização, mas sem que isto embase qualquer aposta no porvir nacional. Ao contrário, parece querer edulcorar o passado como um tempo melhor, faustoso, mais fraterno, mais humano e mais adequado ao Brasil.⁴⁴

Eram anos de intensa movimentação política. No campo da cultura, esses anos foram, segundo Antonio Candido, “de engajamento político, religioso e social”.⁴⁵ Assim, cada uma daquelas obras, e seus autores, entrava à sua maneira no debate político, com a sua particular visão da história, sua proposição de valores e aposta de mudança (Gilberto Freyre sendo, como indicado, um caso à parte). Adiante, voltaremos a esses anos. Veremos que é a questão nacional, em suma, que continua em jogo.

2. CRIA-SE A NAÇÃO BRASILEIRA, ALGUMAS VEZES

A questão nacional, como vimos, constituiu-se, desde a Independência, em encruzilhada. Segundo o diagnóstico corrente, a nação brasileira seria um mosaico incongruente de elementos díspares, quando não inconciliáveis. Conseqüentemente, aos olhos dos intelectuais então dispostos a pensá-la, a *criá-la*, a nação brasileira apareceu-lhes, de uma parte, a crer nas referências teóricas suas, inviável; de outra parte, referenciando-se na sua vontade, promessa de futuro.

Renato Ortiz explicita o quanto a problemática da mestiçagem, atrelada à necessidade de construção do Estado-Nação, tornou-se um verdadeiro dilema:

O mestiço, enquanto produto do cruzamento entre raças desiguais, encerra, para os autores da época, os defeitos e taras transmitidos pela herança biológica. A apatia, a imprevidência, o desequilíbrio moral e intelectual, a inconsistência seriam dessa forma qualidades naturais do elemento brasileiro. A mestiçagem simbólica traduz, assim, a realidade inferiorizada do elemento mestiço concreto. Dentro desta perspectiva a

⁴⁴ PIVA, *op. cit.*, p. 17. Veja-se, ainda, para a crítica da obra freyriana: LIMA, Luis Costa. “Da existência precária: o sistema intelectual no Brasil”. In: *Dispersa demanda: ensaios sobre literatura e teoria*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981; MAESTRI, Mário. “Gilberto Freyre: Da *Casa-grande* ao *Sobrado*. Gênese e dissolução do Patriarcalismo Escravista no Brasil: algumas considerações”. Original mimeo.

⁴⁵ CANDIDO, Antonio. “A Revolução de 1930 e a cultura”. In: *A educação pela noite e outros ensaios*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 2000b, p. 182.

miscigenação moral, intelectual e racial do povo brasileiro só pode existir enquanto possibilidade. *O ideal nacional é na verdade uma utopia a ser realizada no futuro*, ou seja, no processo de branqueamento da sociedade brasileira. É na cadeia da evolução social que poderão ser eliminados os estigmas das “raças inferiores”, o que politicamente coloca a construção de um Estado nacional como meta e não como realidade presente.⁴⁶

Imaginou-se a nação abstraíndo-se as desigualdades e contradições reais que na prática a impossibilitariam, segundo o parecer dominante entre os intelectuais e políticos da época. É dizer: *essa nação, tal como imaginada, não tinha existência real. Mas, segundo imaginada, seria. E seria grandiosa*. O futuro aparecia, assim, como a promissória a ser resgatada. Essa verdadeira *mitologia do futuro*,⁴⁷ como a gostaríamos de chamar (Renato Ortiz, como Nicolau Sevcenko, já haviam anotado sua presença no pensamento dos intelectuais da Primeira República), foi recentemente rediscutida por Paulo Eduardo Arantes. Ouçamo-lo, uma vez que nos poupa palavras:

*Um dos mitos fundadores de uma nacionalidade periférica como o Brasil é o do encontro marcado com o futuro. Tudo se passa como se desde sempre a história corresse a nosso favor. Um país, por assim dizer, condenado a dar certo. [...]. Fantasia encobridora reforçada inclusive pelo viajante estrangeiro ofuscado pela exuberância nacional, como foi o caso de um Stefan Zweig, autor do mais celebrado clichê dessa mitologia compensatória: *Brasil, País do Futuro*.*⁴⁸

Tentemos concretizar a questão, a fim de compreendê-la. Para tanto, devemos ampliar o enfoque e pensar no contexto maior do capitalismo mundial.

A segunda revolução industrial, desenvolvida em torno de 1870, a partir do uso de novos materiais (aço, em vez de ferro, por exemplo), novas fontes de energia (petróleo, eletricidade) e da aplicação do conhecimento científico (a química) à indústria gerou uma dinâmica de crescimento econômico sem precedentes, levando à constituição dos grandes complexos industriais e ao crescimento vertiginoso das grandes cidades, com o deslocamento em larga escala de trabalhadores do campo para os aglomerados urbanos.

⁴⁶ ORTIZ, *op. cit.*, p. 21. Grifos nossos.

⁴⁷ Mitologia, aqui, como sinônimo de conjunto de mitos. E mitos significando um conjunto de valores justificando um certo *statu quo*; para nosso caso, em suma, ideologia.

⁴⁸ ARANTES, Paulo Eduardo. “A fratura brasileira do mundo”. In: *Zero à esquerda*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004, pp. 25-6. Publicado originalmente em FIORI, José Luis; MEDEIROS, Carlos (Orgs.). *Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis: Vozes, 2001. Grifos nossos.

Nas palavras do historiador Geoffrey Barraclough, as mudanças científicas, tecnológicas e industriais do período

Atuaram como solvente da antiga ordem e catalisador da nova ordem. Criaram a sociedade industrial e urbana, tal como hoje a conhecemos; são também os instrumentos por meio dos quais a sociedade industrial, que em fins do século XIX estava ainda limitada [...] à Europa ocidental e aos Estados Unidos, se expandisse em regiões industrialmente subdesenvolvidas do mundo.⁴⁹

Ora, com a produção a galope, logo ficou claro não haver suficiente sustento local, nem em matérias-primas, nem em mercados consumidores de produtos industrializados. A chamada grande depressão iniciada em 1873, e que se estenderia até 1896, não foi mais do que uma crise de superprodução, lançando os países industrializados, com uma fúria incontrolada, à concorrência por novos mercados e saídas seguras (e lucrativas) para o capital no estrangeiro. O papel do Estado nesse processo é crucial, uma vez que erige novas barreiras alfandegárias e conduz o processo de partilha do mundo que em breve se verá. Assim, estava indiciado o fim do capitalismo liberal. A exacerbação da concorrência internacionais conduzirá, a longo prazo, à Primeira Guerra e ao fim da *Belle Époque*.

O mundo diminuía. A ferrovia e a navegação a vapor reduziram as viagens intercontinentais a semanas e mesmo dias, ao invés de meses; o telégrafo elétrico possibilitava a rápida (questão de horas) transmissão de informações pelo mundo. Aumentavam, portanto, as condições de exploração, por parte dos países industrializados, de regiões periféricas.

Outro aspecto a ressaltar, dos mais notáveis, e derivado igualmente das inovações técnicas (medicina, higiene e nutrição) é o impressionante aumento da densidade populacional. Para Hobsbawm, a emigração em massa da população europeia para outros continentes teria sido responsável “pela mudança mais drástica que sofreu a população mundial: o aumento dos habitantes das Américas”.⁵⁰ No entanto, um aspecto fundamental desse mundo tornava-se agora mais drástico e, portanto, visível; esse mundo “caminhava para a divisão”:

⁴⁹ BARRACLOUGH, Geoffrey. *Introdução à história contemporânea*. Tradução Álvaro Cabral. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976, p. 50.

⁵⁰ HOBSBAWM, *op. cit.*, p. 31.

Ao abordar 1880, estamos menos diante de um mundo único do que de dois setores que, combinados, formam um sistema global: o desenvolvido e o defasado, o dominante e o dependente, o rico e o pobre. [...]. Enquanto o (menor) Primeiro Mundo, apesar de suas consideráveis disparidades internas, era unido pela história e por ser o portador conjunto do desenvolvimento capitalista, o Segundo Mundo (muito maior) não era unido senão por suas relações com o primeiro, quer dizer, por sua dependência potencial ou real.⁵¹

Com efeito, o período abrangendo as duas décadas anteriores a 1900 até a eclosão da Primeira Guerra Mundial caracteriza-se pela expansão irrefreada do imperialismo. Com ou sem ocupação efetiva de territórios, o impacto econômico, político e cultural sobre os países dominados foi enorme. Literalmente, esse imperialismo feroz significou a divisão da maior parte do mundo “em territórios sob governo direto ou sob dominação política indireta de um ou outro Estado”: Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália, Holanda, Bélgica, EUA e Japão.⁵²

Imperialismo que era também de cunho financeiro, o que significa, nas palavras de Caio Prado Jr., que, ao objetivo de vender produtos manufaturados aos países não-industrializados, impôs-se uma ampla rede concorrencial entre grandes grupos e nações, dominada pelo capital financeiro, com o fito de explorar as mais diversas atividades econômicas que lhe fossem lucrativas. Assim, no Brasil, será no setor cafeeiro que, em princípio, o capital financeiro (especialmente o inglês) mais se empenhará.⁵³ Contudo, não permanecerá encerrado nesse único setor da economia. Estenderá suas garras pela especulação financeira, pelas exportações, pelos empreendimentos industriais (sobretudo, serviços públicos, tais como estradas de ferro, serviços e reformas urbanas, portos, energia elétrica, telefone, gás, água e esgotos). Na boa síntese de Nicolau Sevckenko,

Os capitais destinavam-se sobretudo a empréstimos governamentais e à instalação de uma infra-estrutura de meios de comunicação e de transporte e de bens de capital destinados ao incremento das indústrias extrativas e ao beneficiamento de matérias-primas. Esse “novo imperialismo” dotava,

⁵¹ *Id.*, *ibid.*, p. 33.

⁵² *Id.*, *ibid.*, p. 88.

⁵³ Cf. PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. 10ª ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1986, pp. 298-99.

assim, as regiões de baixa ou nenhuma capitalização, do equipamento produtivo necessário para adaptar-se ao ritmo e ao volume da demanda européia, bem como as predispunha a uma assimilação mais vultosa da produção industrial.⁵⁴

Evidentemente, sem precisarmos insistir muito, essa ingerência do capital estrangeiro no país (que é econômica, mas será também política, dados seu peso e sua força) haverá de criar uma situação delicada, e que ao cabo se revelará. Ainda que o Brasil não seja mais que “um dos elos da grande corrente” (Caio Prado Jr.) que constitui o capitalismo mundial, “sua evolução econômica será função de grandes acontecimentos mundiais que se compreendem e explicam apenas no cenário universal”.⁵⁵ O que não significa dizer que os movimentos internos da economia nacional, as decisões de particulares e as tarifas e outras iniciativas protecionistas instituídas pelo Estado não tenham qualquer relevância; apenas não são exclusivas, pois que integradas no sistema capitalista mundial.

De acordo com Hobsbawm,

Esses fatos não mudaram a forma nem o caráter dos países industrializados ou em processo de industrialização [...]. Mas transformaram o resto do mundo, na medida em que o tornaram um complexo de territórios coloniais e semicoloniais que crescentemente evoluíram em produtores especializados de um ou dois produtos primários de exportação para o mercado mundial, de cujos caprichos eram totalmente dependentes.⁵⁶

E é justamente essa “gaiola da especialização internacional” (Hobsbawm) que definirá, em última instância, o rumo das economias latino-americanas, uma vez que “a função das colônias e das dependências informais era complementar as economias metropolitanas e não fazer-lhes concorrência”.⁵⁷ Nesse sentido, tais economias só poderiam, como de fato ocorreu, tornar-se “crescentemente vulneráveis, pois suas fortunas eram, cada vez mais, função do preço do café (que em 1914 já era responsável por 58% do

⁵⁴ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 4ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999, pp. 43-4.

⁵⁵ *Op. cit.*, p. 305. Veja-se também: SINGER, Paul. “O Brasil no contexto do capitalismo internacional, 1889-1930”. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo III, *O Brasil Republicano*, vol. 1: *Estrutura de poder e economia (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1975.

⁵⁶ HOBBSAWM, *op. cit.*, p. 98.

⁵⁷ *Id.*, *ibid.*, p. 99.

valor das exportações brasileiras e 53% das colombianas), da borracha, do estanho, do cacau, da carne ou da lã.”⁵⁸ (Não estamos, com isso, afirmando a total e irremissível dependência de tais economias a fatores *exclusivamente* externos: uma vez rompido o Pacto Colonial e constituídos os Estados Nacionais, tais economias precisam ser pensadas a partir de fatores internos, conjugados obviamente aos externos. É o que afirma João Manuel Cardoso de Mello: “há que partir da dinâmica das economias nacionais latino-americanas e, então, demonstrar de que modo as exportações de capitais e a imigração se ‘engancham’ nela e a transformam ‘de dentro’”, pois que já não são mero reflexo, como eram quando da vigência das economias coloniais.)⁵⁹

O imperialismo, contudo, não foi somente um fenômeno econômico e político; como sugerimos, foi também cultural, significando “a conquista do globo pelas imagens, idéias e aspirações transformadas de sua minoria ‘desenvolvida’, tanto pela força e pelas instituições como por meio do exemplo e da transformação social”:

O que o imperialismo trouxe às elites efetivas ou potenciais do mundo dependente foi, portanto, essencialmente a “ocidentalização”. Esse processo já estava, sem dúvida, em curso há muito tempo. Por várias décadas fora claro, para todos os governos e elites confrontados à dependência ou à conquista, que eles tinham que se ocidentalizar, caso contrário desapareceriam. E, de fato, as ideologias que inspiraram essas elites na era do imperialismo datavam dos anos entre a Revolução Francesa e meados do século XIX, como quando revestiram a forma do positivismo de Auguste Comte (1798-1857), doutrina modernizadora que inspirou os governos do Brasil, do México e do início da Revolução Turca.⁶⁰

Já assinalamos o quanto o papel do Estado foi importante no contexto de imperialismo, regulando as ações externas e garantindo o equilíbrio interno, ameaçado não só pela concorrência entre empresas, mas sobretudo pelas tensões sociais geradas pela formação de um proletariado urbano miserável e super-explorado.

Ora, se a nação, apesar da existência de sentimentos e lealdades nacionais, “não era algo de crescimento espontâneo, mas um artefato”, algo que precisava “realmente ser

⁵⁸ *Id.*, *ibid.*

⁵⁹ MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 9^ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1998, pp. 46-52. Veja-se ainda: WASSERMAN, Cláudia. *História contemporânea da América Latina: 1900-1930*. 2^ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 17.

⁶⁰ HOBBSBAWM, *op. cit.*, pp. 114-15.

construída”, tornava-se crucial constituírem-se “instituições que podiam *impor* a uniformidade nacional, que eram principalmente o Estado, especialmente a educação do Estado, emprego do Estado e, nos países que adotavam, serviço militar obrigatório”.⁶¹

Assim, nada mais coerente do que o esforço, por parte da classe dominante brasileira, para forjar um Estado-Nação moderno no Brasil, uma vez que

as formas das relações que se estabeleceram entre as nações periféricas ao desenvolvimento industrial e os centros econômicos europeus, modeladas pela *indirect rule* do novo imperialismo, foram de natureza a dissolver-lhes as peculiaridades arcaicas e harmonizá-las com um padrão de homogeneidade internacional sintonizado com os modelos das matrizes do Velho Mundo.

Assim, é lógico “que essa corrente de influxos transformadores convergisse também para o campo das instituições políticas”.⁶²

O que não se dará de forma imediata, nem isenta de conflitos, desmandos, impropriedades e inadequações diversas. Para começar, até 1889, será um regime monárquico, apesar do discurso liberal; terá, até 1888, um sistema de trabalho baseado na mão-de-obra escrava. Proclamada e firmada, depois de lutas intestinas, corrupções, degolas, deportações, a República será oligárquica e discricionária. O Estado-Nação moderno, no Brasil, servia ainda às forças arcaicas e, apesar da remodelação urbana de algumas capitais que será empreendida até os anos 1930, mantinha a grande massa de sua população distante de qualquer dos benefícios que a nova burguesia comercial e industrial desfrutava do processo de modernização. E dizer isso é dizer pouco: as populações urbanas e rurais padeciam as mais atroz condições de vida, alijadas da educação, da saúde, da higiene básicas.⁶³

Não é à-toa que a história dessa república oligárquica é repleta de crises, não somente econômicas e políticas, mas de conflitos sociais de maior ou menor envergadura,

⁶¹ HOBBSAWM, Eric. *A era do capital 1848-1875*. Tradução Luciano Costa Neto. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, pp. 141-42. Grifos do autor.

⁶² SEVCENKO, *op. cit.*, p. 47.

⁶³ SEVCENKO, *op. cit.*, pp. 50-1, para a distância entre as realidades européia e brasileira, bem como sobre os limites ao desenvolvimento de uma economia e uma sociedade à européia no Brasil; *id. ibid.*, pp. 51-68, para a situação infernal das camadas baixas da população brasileira; SCHWARZ, Roberto. “As idéias fora do lugar”. In: *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. (1977) São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000. Voltaremos a esse texto no Capítulo III deste trabalho.

revelando as contradições da economia capitalista no âmbito de um país periférico, mas também o descaso dos governantes para com a realidade das populações que compunham, quisessem ou não as elites, a problemática nação brasileira. Pensemos nos vários movimentos revoltosos que espocam durante as duas décadas, pouco mais ou menos, que vão de 1892 (sublevações em Mato Grosso, até 1906) a 1915 (fim do episódio do Contestado, que iniciara em 1912, na fronteira entre Santa Catarina e Paraná), passando pelo sangrento episódio de Canudos (1893-1897), pela Revolta da Vacina (Rio de Janeiro e Bahia, 1904), por Sergipe (1906), pelo bombardeio de Manaus (1910), pelas intervenções federais no Rio de Janeiro, em Pernambuco e na Bahia (1910-1912), pela Revolta dos Marinheiros (1910), pelas lutas sertanejas no Nordeste (1913). Todas elas, umas mais, outras menos, resultantes do descaso com que a República tratava aqueles que compunham a nação brasileira. Pensemos no caso da seca de 1915, no Ceará, mencionada por José Américo de Almeida em *A bagaceira* e foco central de *O quinze*, de Rachel de Queiroz; nas palavras de José Honório Rodrigues, apesar de essa seca haver reduzido “à fome ou subnutrição mais da metade da população”, bem como deslocado “mais de 100.000 pessoas” daquele Estado, nenhuma assistência foi dada por parte do Governo Federal às vítimas. De outra parte, tal assistência “não faltou aos produtores e exportadores de café, quando o preço, em 1917, caiu 7,5 centavos de dólar por libra-peso”.⁶⁴

Com a explosão da Primeira Guerra, as contradições se explicitam, os temores se agrandam.

Em março de 1915, é fundada a Liga Brasileira pelos Aliados, presidida por Rui Barbosa, figurando entre seus membros José Veríssimo, Graça Aranha, Olavo Bilac e Manoel Bomfim. A tônica era a defesa da civilização contra a barbárie; aquela representada pela França, enquanto a última seria encarnada pela Alemanha. Ora, a França era o veio de ouro de nossos intelectuais cosmopolitas. Sentiam-se duplamente ameaçados. Primeiro, o centro da civilização, a capital do século XIX (e do XX até o pós-Segunda Guerra, quando Estados Unidos, que se alçava desde os primórdios do XIX, realmente passa a ser o novo centro difusor de valores) estava ameaçada pela *belicosa* Alemanha, a bárbara nação que ameaçava engolir a Europa com seus sonhos de Império, na apocalíptica visão desses

⁶⁴ RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e reforma no Brasil*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, p. 86.

intelectuais. Segundo, havia temores quanto a uma possível invasão do Brasil, através dos núcleos de imigrantes alemães instalados no sul.⁶⁵

Bilac, a partir da Liga, inicia, ainda em 1915, no contexto de uma série de “estratégias de propaganda de idéias nacionalistas”, “uma jornada patriótica para despertar a nação”, falando primeiramente aos estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo. O poeta tinha consigo uma “proposta de Salvação nacional”, a qual passava pelo serviço militar obrigatório (defendido desde 1905), visto como “instrumento de formação de brasileiros conscientes e dignos”.⁶⁶ Essa conferência levou à formação, em 1916, de outra agremiação, a Liga de Defesa Nacional, cujo intuito patriotista centrava-se na exigência do serviço militar obrigatório (“para fazer frente ao perigo externo”) e na educação cívica, na instrução (“para combater o perigo interno”), visando a “formação da consciência nacional”.⁶⁷

Mas qual era, enfim, a *questão nacional*, nesse momento? De uma parte, a fragilidade do Brasil frente ao imperialismo das grandes potências (Alemanha, Estados Unidos); de outra, a periculosidade de uma população analfabeta, ou seja, não educada cívica e patrioticamente.

O significado da questão, portanto, é transformado nesse novo contexto. Desligado tanto da vertente ufanista, quanto da vertente racista, busca medidas de cunho prático para a propalada salvação do país, sendo a educação e, em seguida, a saúde e a higiene os temas privilegiados.⁶⁸

Ainda em 1916, segundo Lúcia Lippi, é fundada a *Revista do Brasil*:

A nova revista, criada para que “o país se desse conta do completo divórcio existente entre os homens cultos e a realidade nacional”, trazia no primeiro editorial sua proposta de ação: “O que está por trás do título desta revista e dos homens que a patrocinam é uma coisa simples e imensa: o desejo, a deliberação, a vontade firme de constituir um núcleo de propaganda nacionalista. *Ainda não somos uma nação que se conheça, que se estime, que se baste*, ou, com mais acerto, somos uma nação que ainda não teve o

⁶⁵ Veja-se: SKIDMORE, *op. cit.*, pp. 167-70.

⁶⁶ Os fragmentos são de Bilac e encontram-se em: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 120.

⁶⁷ Bilac, *apud* OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 147.

⁶⁸ OLIVEIRA, *op. cit.*, pp. 145-46.

ânimo de romper sozinha para a frente, numa projeção rigorosa e fulgurante da sua personalidade”.⁶⁹

Em 1917, outra agremiação, a Liga Nacionalista de São Paulo. Originada da Liga de Defesa Nacional, acrescentou objetivos políticos, como o combate à abstenção e à fraude eleitorais, chegando a promover campanhas de alfabetização e a participar da revolta tenentista de 1924, quando é fechada.

No Rio de Janeiro, havia a Propaganda Nativista (1919) e a Ação Social Nacionalista, tendo como figura central Álvaro Bomilcar, que havia fundado em 1917 uma revista de propaganda nacionalista, a *Brazílea*, a qual contava entre seus colaboradores com Jackson de Figueiredo e Afonso Celso; apresentando-se como defensora do “brasileirismo puro e integral” (sic), via na religião e na moral “os verdadeiros alicerces da pátria”. Nela foi transcrito, das páginas da revista *Floreal*, o prefácio de *Isaías Caminha*, de Lima Barreto, no qual este critica o preconceito social contra os mestiços. A *Brazílea* teve uma primeira fase, até 1918, e uma segunda, iniciada em 1931, com a participação de vários membros do movimento integralista (Plínio Salgado, inclusive).

A Propaganda Nativista, fundada por Álvaro Bomilcar e de cunho eminentemente político, tem suas propostas divulgadas na revista *Gil Blas*, fundada no mesmo ano. Nesta, prosseguem os velhos ataques à dominação portuguesa no comércio, na imprensa e nas letras, ataques estes recorrentes na história republicana; dizendo-se defensora dos interesses operários, critica no entanto a atuação dos anarquistas, acusados de quererem promover a desordem e o terror.⁷⁰ Para o diretor da revista, Alcebíades Delamare, “o nacionalismo é Deus e Pátria”, como dirá anos depois:

O nacionalismo dominará o Brasil – como o Fascismo empolgou a Itália, como o Riverismo absorveu a Espanha – no dia em que todos se convençam de que o catolicismo é a única força capaz de dirigir e governar o Brasil. Sem catolicismo não há, nem pode haver, nacionalismo.⁷¹

Sob a influência de Bomilcar e da Propaganda Nativista, é fundada a Ação Social Nacionalista (1920), presidida por Afonso Celso, e cujo programa é basicamente o mesmo

⁶⁹ *Id., ibid.*, pp. 119-20. Grifos nossos.

⁷⁰ Para este e os parágrafos anteriores, *id., ibid.*, pp. 147-51.

⁷¹ Citado em *id., ibid.*, p. 153.

da Propaganda Nacionalista. É importante assinalarmos tais movimentos, uma vez que aí se percebe: 1) concepções políticas diversas do que é ou deveria ser a nação brasileira e, em consequência, o Estado nacional; e, 2) a presença crescente da Igreja Católica na cena política, que parecia apagada nos primeiros anos de República. Apagada, porém viva. Segundo Lúcia Lippi, que vimos seguindo, a Igreja Católica parece ter mantido, até a década de 1920, uma “posição de distância respeitosa e ao mesmo tempo de luta”, tentando com tal estratégia que seus princípios marcassem presença nas leis do país; daí em diante, buscou aproximar-se cada vez mais do governo, “oferecendo sua colaboração na defesa da ordem diante dos movimentos de contestação que começavam a questionar o *statu quo* reinante”. A fundação da revista *A Ordem* (1921) é, nesse sentido, um marco, pois se tratava, nas palavras de Lúcia Lippi, de um “órgão de catolicização das leis e da intelectualidade brasileira”; propondo “uma verdadeira cruzada”, via na história e na tradição brasileiras “o único modo de defender o Brasil da ameaça da dominação cultural norte-americana, identificada com o espírito protestante”. As palavras são ainda de Lúcia Lippi: “A crença no princípio de que a ‘pátria brasileira sem a fé católica é um absurdo histórico’ [Júlio Maria *dixit*] permitiu a junção entre a corrente nacionalista de Álvaro Bomilcar e o catolicismo oficial”. Jackson de Figueiredo teria sido a personagem central dessa união, posicionando-se “ao lado dos que visavam fortalecer o Poder Executivo, opondo-se aos movimentos liberais ou de contestação da época”, inclusive o literário. Para Jackson de Figueiredo – que dúvida! – catolicismo e nacionalismo são sinônimos, um não podendo existir sem o outro, um (o nacionalismo) estando plantado no solo do outro (o catolicismo).⁷² No decênio seguinte, o catolicismo colherá seus frutos, e veremos uma série de escritores, prosadores e poetas engajados na obra divina. A militância social dos católicos prossegue. Em 1932, é criada a *Ação Católica*, a fim de suscitar o engajamento dos leigos. Na mesma época, surgem as *Equipes Sociais*, missões cujo trabalho nas favelas do Rio de Janeiro era orientado por um professor francês.⁷³

A propósito das bases sobre as quais foram construídos os valores da nacionalidade, nas três primeiras décadas da República Velha, Lúcia Lippi afirma a existência de “duas vertentes distintas e conflitantes no pensamento político brasileiro”; na sua análise, deixa

⁷² *Id., ibid.*, pp. 163-72.

⁷³ Informações extraídas do ensaio de Antonio Candido “A Revolução de 1930 e a cultura”, in *op. cit.*, p. 188.

evidente o caráter ideológico presente em ambas as vertentes no seu esforço de moldar a realidade segundo sua particular posição e seu foco interessado. Parece-nos óbvio que, no caso em questão, não se tratava de uma abstração da história real, mas, sim, de uma distorção tendente a reinterpretá-la conforme os interesses dos envolvidos, reescrevendo-a a fim de justificar esta ou aquela orientação política.

Sintetizando o conflito a partir da interpretação de Lúcia Lippi, haveria, de um lado, os republicanos, querendo mostrar como a aspiração pela República remonta aos tempos coloniais, sendo, no entanto, essa aspiração, sufocada pelo “partido da colônia” (nas palavras de Raul Pompéia), o grande obstáculo à nova ordem, inveterado mantenedor dos privilégios dos estrangeiros (portugueses e ingleses) contra os interesses da pátria brasileira; de outro, os saudosistas da Monarquia, querendo reabilitar o passado nacional, via defesa da excelência lusitana e católica na empresa de colonização, valorizando a exuberância da natureza do Brasil e da sua *raça de mestiços*.⁷⁴

As crises (políticas, econômicas, sociais) pontuaram, portanto, a história da República Velha (e, convenhamos, de toda a história do país). Nos anos de 1920, os contrastes sociais tornaram-se ainda mais evidentes, e os confrontos, inevitáveis. É bastante conhecida a história desses anos de revolta. A classe média – representada politicamente, sobretudo, pelos militares (e, dentre esses, pelos tenentes) –, que vinha se formando desde o Império e, passo a passo, adquirindo consciência política de sua situação, toma ares de radicalismo, expressando-se ora mais, ora menos enfaticamente, mas apresentando seu – não diremos projeto, que seria demais – conjunto (embora fluido) de reivindicações, que pode ser resumido a reformas institucionais simples visando, de uma parte, minar o poder das oligarquias regionais e, de outra, alcançar participação política, sem, contudo, ampliar as bases para a democracia política burguesa mais ampla, vista, aliás, como improvável e, mais do que isso, um sistema a evitar.⁷⁵ Pois em 1922, os tenentes, no Rio de Janeiro e em Mato Grosso, depois de pegarem em armas e rebelarem-se, são violentamente reprimidos. Um ano depois, no Rio Grande do Sul, uma cisão armada da oligarquia local se rebela, tendo também suas vítimas. Em 1924, em São Paulo, de novo os tenentes se sublevam. De parte dos revoltosos paulistas (isto é, os sobreviventes), somados às forças sob comando de

⁷⁴ OLIVEIRA, *op. cit.*, pp. 127-31.

⁷⁵ Para essa questão, veja-se: FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. 7^a. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

Luís Carlos Prestes, que de Santo Ângelo (RS), dirigiram-se ao Paraná, surgiu a lendária Coluna Prestes.

Já antes, greves e organizações operárias faziam sua aparição em cena. O movimento organizado, impulsionado sobretudo por imigrantes italianos de pendor anarquista, já entre 1906-1908, funda a Confederação Operária Brasileira, promovendo desde então manifestações de cunho reivindicatório. Entre 1917 e 1920, greves pululam em São Paulo, Rio de Janeiro, Santos, Porto Alegre, Pernambuco, Bahia, Juiz de Fora, Petrópolis, Niterói. Mas comícios haviam desde 1913. Em 1922 é fundado o Partido Comunista. Outros movimentos, embora isolados, surgiram em diferentes Estados (Sergipe, Amazonas, Pará). No Amazonas, predominaram as tendências radicais:

Os rebeldes, favoráveis a reformas econômicas e sociais de caráter socialista, constituíram um conselho governativo chefiado pelo tenente Ribeiro Júnior, propondo-se a “varrer o capitalismo do Brasil”. Criaram o Tributo da Redenção (imposto dos ricos para socorrer os pobres), prenderam os especuladores de gêneros e expropriaram matadouros de capitalistas ingleses, entregando-os à *Comuna de Manaus*. Depois de trinta dias de governo, foram derrotados pelas forças legalistas.⁷⁶

No entanto, teimavam os governantes em instaurar o estado de sítio (Bernardes) ou em proclamar a questão social como caso de polícia (Washington Luís), desconsiderando amplamente a premência de – no mínimo – reformas. A República Café-com-Leite era de fato, como o diz José Honório Rodrigues, “um círculo de ferro, fechado, impermeável às aspirações de outros Estados e de outros setores da opinião nacional”.⁷⁷

Para Paulo F. Vizontini, todos esses acontecimentos dos anos 1920, embora “não fossem revolucionários, constituíram-se em importantes indicadores da crise que evidenciava o desgaste e declínio da República Oligárquica.”⁷⁸ Somente assim, segundo pensamos, podemos congregá-los: como sintomas de uma crise em que forças – classes e frações de classe – sociais antagônicas disputavam os rumos da história.

⁷⁶ ALENCAR, Francisco; CARPI, Lúcia; RIBEIRO, Marcus Venício. *História da sociedade brasileira*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985, p. 231.

⁷⁷ RODRIGUES, *op. cit.*, p. 95.

⁷⁸ VIZENTINI, Paulo F. *A crise dos anos 20: conflitos e transição*. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998, p. 21.

A república dos fazendeiros, portanto, mostrava suas fissuras. E tais fissuras se agravarão de tal forma que, em 1930, virá a ruptura – embora esta ruptura deva ser matizada.

Com efeito, a chamada Revolução de 1930, se trouxe mudanças significativas no panorama econômico e político do país, não deixou de ser um arranjo entre setores da oligarquia, a fim de: 1) chegar ao poder, pois que estavam, esses setores regionais, aliados da direção política do país, monopolizada por paulistas e mineiros; e 2) evitar a revolução que tanto temiam, quer dizer, a popular e social, dado o agravamento das tensões sociais nesses anos. Para José Honório Rodrigues, o movimento de 1930

não visava a atender, senão em parte mínima, às reivindicações populares, nem atendia às aspirações de mudança estrutural do país. Antes pretendia, pelas reformas secundárias, especialmente eleitorais, que permitissem o acesso das minorias oposicionistas ao poder, evitar ou retardar a revolução.

No entanto, para o mesmo historiador, o caráter conciliatório próprio de Getúlio Vargas, e adotado quando se alça à presidência da República, “a princípio meramente formal”, quer dizer, “de transação entre facções da minoria dominadora”, teria se tornado “fundamental”, noutras palavras, “de transação com o povo”, dando assim, ao movimento de 1930, “o caráter de começo da revolução brasileira”. O que nos parece hoje questionável. Sua avaliação de que o governo de Vargas foi “assumindo dia a dia caráter mais positivo”, uma vez tendo adotado um nacionalismo econômico salutar, bem como se esforçado pela “incorporação do proletariado à sociedade brasileira”, tem óbvia conotação partidária, pois que vê com bons olhos a política de antagonismo ao movimento operário independente imposta pelo governo de Getúlio sob uma fachada de pretenso pacto social.⁷⁹ A criação da legislação trabalhista, da Previdência Social e da Justiça do Trabalho, hoje sabemos, foi parte de uma política de classes objetivando, simultaneamente, a destruição dos sindicatos livres e o controle social do proletariado, garantindo a manutenção do poder político central nas mãos de uma elite antidemocrática. Não se pode esquecer, outrossim, o quanto representou a referida legislação no sentido de amordaçar as organizações operárias, sufocando suas legítimas reivindicações. Para Boris Fausto:

⁷⁹ RODRIGUES, *op. cit.*, pp. 98-100.

Ao se caracterizar a Revolução de 1930, é preciso considerar que as suas linhas mais significativas são dadas pelo fato de não importar em alteração das relações de produção na instância econômica, nem na substituição imediata de uma classe ou fração de classe na instância política. As relações de produção, com base na grande propriedade agrária, não são tocadas; o colapso da hegemonia da burguesia do café não conduz ao poder político outra classe ou fração de classe com exclusividade.⁸⁰

E o mesmo historiador não deixa de mencionar a concomitância de movimentos semelhantes (onze, no todo), no decurso de dois anos, em toda a América Latina. Assim, entre setembro de 1930 e agosto de 1932, testemunharam tais episódios Argentina, Brasil, Chile, Equador, Peru, Bolívia, República Dominicana e Guatemala. Embora não houvesse entre eles qualquer identidade de fundo, em sua base estaria “o desajuste provocado, nos países dependentes, pela crise mundial que atinge os preços dos produtos de exportação e impõe um novo arranjo interno”.⁸¹ Toda essa instabilidade parece estar marcada também por uma cisão entre a classe que mantinha a supremacia econômica e os seus representantes, não mais reconhecidos como totalmente legítimos. É evidente que “os ressentimentos regionais”, no caso do Brasil, teriam de vir à tona “no instante em que desaba um sistema construído fundamentalmente em função dos interesses da burguesia cafeeira de São Paulo”.⁸²

Assim, o movimento de 1930, tanto quanto o Estado que a partir deste se constitui, parece ter sido um compromisso entre frações da classe dominante não vinculadas aos interesses cafeeiros, os militares (tenentistas) e parte das classes médias urbanas. Para Boris Fausto, “a consolidação do novo governo dependia da homogeneização do aparelho militar”, pois era o Exército quem garantia a existência daquele aparente “Estado de compromisso”. Deriva daí a necessária “liquidação do tenentismo como força autônoma” e o “combate às organizações radicais”. Donde conclui:

O Estado que emergiu da Revolução de 1930 manteve o papel fundamental de desorganizador político da classe operária, reprimindo duramente a vanguarda e suas organizações partidárias, ao mesmo tempo em

⁸⁰ FAUSTO, *op. cit.*, p. 86.

⁸¹ *Id.*, *ibid.*, p. 101.

⁸² *Id.*, *ibid.*, pp. 98-9.

que procurava estabelecer com o conjunto da classe um novo tipo de relações.

Esse novo tipo de relações se explica:

A política de marginalização pura e simples, realizada pelas velhas classes dominantes, não tinha mais condições de se sustentar. Se na plataforma da Aliança Liberal já se encontravam os traços de um maior interesse pelo chamado problema social, as agitações operárias dos primeiros anos da década de trinta acabaram por “sensibilizar” o governo em definitivo.

Essa nova política “implicava o reconhecimento da existência da classe”, visando “controlá-la com os instrumentos da representação profissional, dos sindicatos oficiais, apolíticos e numericamente restritos”.⁸³ E se o sistema oligárquico propriamente dito parece ter fim, o mesmo não se pode dizer das oligarquias, uma vez que, intocadas “em suas fontes de poder”, “subsistem como força local”. Além do mais, ideologicamente, “os quadros dirigentes tendem a abandonar as fórmulas liberais”, abraçando de vez as idéias autoritárias que desde os anos 1920 penetravam nas classes dominantes.⁸⁴

Vargas parece ter tido habilidade suficiente para jogar, na cena política, com as forças sociais em conflito, obtendo ao correr dos anos uma autoridade que o golpe de 1937 só iria confirmar. A aliança de classes proposta como política governamental, para benefício da nação – como se aquela pudesse realmente estar acima dos conflitos e interesses de classe, e como se esta apagasse os mesmos conflitos e interesses no seu leito maternal, cujo complemento paternal seria dado pela figura de Getúlio Vargas –, foi a face discursiva cuja face oposta era a ausência de democracia e a configuração de um Estado policial, sob a chancela de uma constituição de cunho fascista. A instauração do Estado Novo construiria a cena ideal para a intervenção livre da burguesia instalada no poder, pronta a moldar a nação segundo os seus particularíssimos interesses. Quanto a Getúlio Vargas, nos parece apropriada a observação de Skidmore: “Ao explicar o sucesso político de Vargas depois de 1930, é preciso também notar que ele conseguiu se transformar em

⁸³ *Id.*, *ibid.*, pp. 106-08.

⁸⁴ *Id.*, *ibid.*, p. 110. Veja-se, ainda: SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Tradução coletiva coordenada por Ismênia Tunes Dantas. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, pp. 21-64.

símbolo, aos olhos de muitos da nova geração, *de um senso de objetivo nacional*.”⁸⁵ E para que Vargas se constituísse em um tal símbolo, o apoio de intelectuais foi decisivo. Mencionamos mais atrás Oliveira Viana. Mas houve outros, entre os quais, José Américo de Almeida, Gilberto Amado, Carlos Drummond de Andrade, Augusto Meyer, em graus variados de compromisso. Gilberto Amado chegou a escrever, segundo Skidmore, “um panfleto apologético”, publicado em 1936; sua admiração por Vargas, sugere ainda Skidmore, não foi afetada pelo golpe de 1937.⁸⁶ A importância dos intelectuais esteira-se na legitimação do governo e na mitificação de Getúlio Vargas, levada a cabo pelos escritórios do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), órgão de censura e propaganda que não poupou energias intelectuais, tinta e papel ao cantar louvores a Vargas. Nas palavras de Skidmore, o apoio de intelectuais (em sua maioria, da classe média) “ajudava a fornecer, a cada estágio, uma aura de legitimidade a um líder que não era dado à autojustificação ideológica”.⁸⁷ Gostaríamos, antes de concluir, agregar uma observação de ordem teórica sugerida pelo fragmento, no qual o historiador não pestaneja ao qualificar o ditador de “líder”, como sequer o faz ao endossar as palavras do próprio Vargas quando este afirma ter sido o “respeito profundo à inteligência popular” o que teria criado “a identidade de nossos espíritos e a comunhão entre a ação do governo e a vontade do povo”.⁸⁸ O que é, no mínimo, questionável. Adiante, mencionando os testemunhos de um jornalista e de um “perito constitucionalista” estrangeiros, referenda o fascínio dos mesmos “pelo modo com que o domínio político de Vargas era, em parte, baseado na sua capacidade camaleônica de *personificar o caráter nacional*”.⁸⁹ Ora, se há algo assim como o caráter nacional de um povo, por que seria necessária uma capacidade camaleônica a fim de que um membro dessa nacionalidade pudesse personificar o seu próprio caráter?

E os intelectuais, nisso tudo?

Vimos que a problemática da nacionalidade os ocupou desde a Independência, de modos distintos. Recorremos, em nossa exposição, à historiografia, que apresenta, segundo Luiz Guilherme Piva, duas linhas interpretativas:

⁸⁵ SKIDMORE, *op. cit.*, p. 60. Grifos nossos.

⁸⁶ *Id.*, *ibid.*, p. 415, nota 65.

⁸⁷ *Id.*, *ibid.*, p. 60.

⁸⁸ Discurso pronunciado em janeiro de 1947, em reunião do PTB, no Rio de Janeiro. Reproduzido em VARGAS, Getúlio. *A política trabalhista no Brasil*. Rio de Janeiro, 1950. *Apud* SKIDMORE, *op. cit.*, p. 61.

⁸⁹ *Id.*, *ibid.*, p. 61. Grifos nossos.

Uma é definida pelas concepções políticas relativas à organização do poder, às relações entre Estado e sociedade etc., atribuídas aos pensadores ou por eles assumidas, o que os divide, resumidamente, em autoritários e democráticos [...]. Outra enfoca os autores como geração de intelectuais, normalmente destacando suas preocupações comuns com a história e a nacionalidade ou o caráter nacional.

Piva esclarece que as linhas podem se sobrepor, “sobretudo quando se nota que na segunda linha freqüentemente tendem a aparecer somente os autores que a primeira linha chama de autoritários, que dessa forma acabam dando a marca do período”.⁹⁰

O autor, esclarecemos, está questionando essa clivagem, uma vez que não explicitaria diferenças, nem esclareceria proposições. Continuemos a lê-lo:

No primeiro caso, pode-se perceber [...] que se supõe que os autores teriam como alvo central a questão da organização nacional em si, daí decorrendo a centralidade das predileções políticas acerca do tipo de Estado, de poder, de sociedade – de modelo político. No segundo, [...], supõe-se que o problema “ideológico” era o de descobrir/forjar uma identidade, seja em alguns para justificar/mascarar uma dominação existente ou pretendida (das elites e dos próprios intelectuais, respectivamente), seja em outros para iluminar nossas melhores virtudes ou piores incapacidades.

Luis Guilherme Piva reconhece todos esses ingredientes nos autores que se propõe estudar, a saber, Oliveira Vianna, Sérgio Buarque, Azevedo Amaral e Nestor Duarte. Não os acha suficientes, no entanto, para responder às seguintes questões, que se coloca: *a quem eles tentavam responder? Para quem elaboravam seus estudos e propostas?*

A sua hipótese nos interessa. Para Piva, a temática central e comum dos autores seria a *modernização brasileira*, “com conteúdos específicos em cada um, mas tendo como traços unificadores a preocupação com a construção de um estágio futuro melhor [...] e a tentativa de dar respostas – ideologizadas ou concretas – a questões presentes do seu tempo”. Tentam, em suma, responder “à questão de como superar o atraso”. As questões da nacionalidade etc. travestiriam “a busca das possibilidades e obstáculos para o futuro”, não

⁹⁰ PIVA, *op. cit.*, p. 31.

sendo mero “exercício teórico ou ideológico ensimesmado, mas ânsia de construção do porvir”. A *construção do futuro*, portanto, era o que movia a cultura.⁹¹

Dessa forma, os intelectuais buscaram, em suas obras, responder à realidade complexa, problemática, do país. Não se limitaram, contudo, a escrever. Atuaram na arena política de modo concreto. Nos anos 1920, mas sobretudo depois de 1930, que foram anos “de engajamento político, religioso e social no campo da cultura”,⁹² como atrás ficou dito.

Lúcia Lippi de Oliveira fala da aliança de intelectuais com o Estado getulista:

Dos anos 20 ao Estado Novo estabeleceu-se uma dinâmica de aproximações sucessivas que congrega diferentes correntes e autores no ideal comum de modernizar o país mantendo os vínculos com a tradição. No Estado Novo, inúmeros intelectuais se integram ao processo de produção doutrinária e/ou à sua estrutura organizacional. Entre eles encontram-se pensadores pertencentes à vertente conservadora reformista do Rio de Janeiro, autores ligados ao movimento católico, assim como intelectuais que passaram pelo movimento de renovação literária iniciado em São Paulo.⁹³

Dinâmica nada estranha, na verdade, e bem fundada no chão histórico. *A nação brasileira parecia não existir*. Era preciso, portanto, criá-la. Mas *criá-la segundo um projeto de modernização e manutenção dos interesses da classe dominante*, sufocando os antagonistas e agenciando a cultura para o projeto de unificação nacional.

Em suma, a construção do Estado-Nação no Brasil sobrepuja-se à existência da nação real, que parecia inexistente, dada a evidente multiplicidade étnico-cultural e, sobretudo, os enormes contrastes sociais que a constituíam – e constituem.

⁹¹ *Id., ibid.*, pp. 32-8. O estudo de Dante Moreira Leite, que aqui citamos, apesar de inovador e de importância inegável na “desmistificação de parte da literatura analisada”, pecaria por supor que os autores, no conjunto, estariam fazendo somente ideologia (pp. 49-53).

⁹² CANDIDO, Antonio. “A Revolução de 1930 e a cultura”. In: *op. cit.*, p. 182.

⁹³ OLIVEIRA, *op. cit.*, pp. 197-98.

CAPÍTULO II
A LITERATURA BRASILEIRA
E A REALIDADE NACIONAL
NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX:
ELEMENTOS PARA UMA DESCRIÇÃO

“A literatura não é inocente, e, culpada,
ela enfim deveria se confessar como tal.”

Georges Bataille, *A literatura e o mal*⁹⁴

No primeiro capítulo, revisamos – sem a pretensão de esgotá-lo, antes apanhando algumas linhas de força – o debate sobre a nacionalidade, tal como proposto pelos intelectuais brasileiros desde o romantismo, com ênfase na ensaística. Tentamos inserir tal debate, sobretudo, no âmbito maior das transformações por que passava o país nos terrenos econômico, social e político. Cabe, agora, perguntarmos pela dimensão cultural, abordando de modo mais demorado e atento o terreno da literatura. Uma primeira questão nos é proposta, a saber: de que modo a literatura responde às mudanças do período? De que forma se relaciona (temos por certo que ela o faz) com o referido debate e os embates sobre o nacional? Uma vez participante de tais debates, posicionava-se aquém ou além; marchava no mesmo passo, cadenciando os personagens no mesmo ritmo do pensamento dominante dos demais intelectuais e políticos do momento? Afinal, o que foi a literatura no Brasil, nesse período? Aqui, como no primeiro capítulo deste trabalho, abordaremos alguns aspectos, cuidando que sejam, sobretudo, tópicos de revisão, elementos para debate, jamais tendo a pretensão, de resto impraticável, de abordar a totalidade do fenômeno. O risco da simplificação é grande. Tentaremos, tanto quanto nos for possível, evitá-lo. Sublinhamos,

⁹⁴ BATAILLE, Georges. *A literatura e o mal*. Tradução Suelly Bastos. Porto Alegre: L&PM, 1989, p. 10.

ainda, que a ênfase maior recairá sobre o período pós-1922, afinal, foco central de nosso estudo.

1. LITERATURA, SOCIEDADE E HISTÓRIA NO BRASIL: DE 1900 AO FUTURISMO PAULISTA

Segundo Brito Broca,

Por volta de 1900 as principais figuras da chamada geração boêmia de 89 já se haviam aburguesado. Aluísio Azevedo, desde 96 que conseguira entrar para a carreira consular, abandonando praticamente a literatura; Coelho Neto, casado, com filhos, entregue a uma produção metódica e regular, tornara-se o antípoda do boêmio. E é de Olavo Bilac, num “Curso de Poesia”, em 1904 [...], o eloqüente protesto contra o costume de considerar-se o poeta um ser estranho na criação, um homem à parte na sociedade. Ia longe a época – dizia ele – em que o poeta se julgava na obrigação de trazer melenas; agora não passava de um homem como os outros, seguindo os trâmites normais da existência. A geração nova de então surgia nesse clima diferente, em que já não se compreendia a atitude do artista morrendo de fome, do escritor sacrificando tudo pelo ideal literário e fazendo uma própria vitória do seu desajustamento no ambiente social.⁹⁵

O mesmo Bilac, ao ser consagrado “Príncipe dos Poetas Brasileiros”, em 1907, diria:

O que estais como Brasileiros, louvando e premiando nesta sala, é o trabalho árduo, fecundo, revolucionário, corajoso, da geração literária a que pertenco... Há quarenta anos não havia propriamente homens de letras no Brasil: havia estadistas, homens ricos, que, de quando em quando, invadiam por momentos o bairro literário... Depois dessa fase, houve outra. Apareceram poetas e escritores, querendo ser exclusivamente escritores e poetas e orgulhando-se dessa ocupação...

E ainda:

⁹⁵ BROCA, Brito. *Vida literária no Brasil – 1900*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960, p. 7.

Que fizemos nós? Fizemos isto: transformamos o que era então um passatempo, um divertimento, naquilo que é hoje uma profissão, um culto, um sacerdócio... tomamos o lugar que nos era devido no seio da sociedade... Podemos dizer que representamos, para o progresso intelectual do Brasil, na última metade do século XIX, o mesmo papel que, para o seu progresso material representaram, no século XVIII, os heróis das 'bandeiras'... Abrimos, desmoronamos, pulverizamos a pretensiosa torre de orgulho e de sonho em que o artista queria conservar-se fechado e superior aos outros homens; viemos trabalhar cá embaixo, no seio do formigueiro humano, ansiando com os outros homens, sofrendo com eles, padecendo com eles todas as decepções e todos os desenganos da vida... Não nos limitamos a adorar e a cultivar a Arte pura, não houve problema social que não nos preocupasse e, sendo homens de letras, não deixamos de ser homens.⁹⁶

Esqueçamos a parte de auto-mistificação e louvor. Pensemos no que aí se descreve, além do meramente promocional. Em suma, Bilac fala a partir de uma posição muito clara. Primeiro, é homem de letras, e estas adquiriram, nos últimos vinte anos do século XIX, um prestígio sem precedentes.⁹⁷ Embora este se mantivesse em 1907, não era sem mácula, como veremos. Segundo, Bilac, como a maioria dos homens de letras de então, vive no Rio de Janeiro, que experimenta uma febre de modernização e cosmopolitismo que se estenderá até os anos 1920. Como dissemos, embora a literatura mantenha certo prestígio, concorre agora com o cinematógrafo, a fotografia e, sobretudo, com o jornalismo. Não se trata mais, portanto, para a literatura, de oferecer um contraponto ou um complemento espiritual a uma sociedade pragmática, mas de apoiar essa mesma sociedade no seu esforço rumo ao *progresso*. Se há um componente autopromocional evidente na fala de Bilac, há igualmente um componente compensatório, dando-se ares de uma importância que era então contrabalançada pela necessidade que sentiam os literatos de vender seu talento para fins não muito altaneiros: como veremos, é nesse momento que romancistas e poetas se profissionalizam, trabalhando na imprensa, para a qual produzem textos de encomenda, em regra, anúncios de produtos.

Vejamos mais de perto essas mudanças, que abrangem todos os planos da vida social.

⁹⁶ Apud MACHADO NETO, A. L. *Estrutura social da República das Letras: sociologia da vida intelectual, 1870-1930*. São Paulo: Grijaldo/Ed. da Universidade de São Paulo, 1973, pp. 127-28.

⁹⁷ MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. *Prosa de Ficção (De 1870 a 1920)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957, p. 57.

Nicolau Sevcenko sublinha a obsessão da nova burguesia pela idéia de progresso. O Rio de Janeiro, como outras cidades do país, das Américas e do mundo, passa por transformações no seu espaço urbano; transformações que se refletirão nas consciências. Ora, acompanhar o progresso significa “alinhar-se com os padrões e o ritmo de desdobramento da economia européia”, elevando-se o modelo do “burguês argentário” como padrão de prestígio social. A república era de fato imprópria, pois consagrava o “arrivismo agressivo sob o pretexto da democracia”, assim como o “triunfo da corrupção destemperada em nome da igualdade de oportunidades”. O processo é amplo e irrefreável:

Assistia-se à transformação do espaço público, do modo de vida e da mentalidade carioca, segundo padrões totalmente originais; e não havia quem se lhe pudesse opor. Quatro princípios fundamentais regeram o transcurso dessa metamorfose [...]: a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense.⁹⁸

Tais mudanças serão delicioso mote para o jornalismo, na sua campanha pelo *progresso* (aqui, entra Bilac, adepto sem reservas dessa campanha). Progresso entendido como sinônimo de civilização. Civilização, como sinônimo de modernização. Modernização conservadora e excludente, pois que feita por e para a elite carioca (e, mais adiante, paulista, gaúcha...), bem como para o olhar estrangeiro: “Somente oferecendo ao mundo uma imagem de plena credibilidade era possível drenar para o Brasil uma parcela proporcional da fartura, conforto e prosperidade em que já chafurdava o mundo civilizado”.⁹⁹

Essa *Belle Époque* carioca, como a outra, terá seu fim somente com a guerra de 1914. Até lá, viverá imersa nesse clima de fartura e conforto, sufocando e eliminando toda mancha que lhe agrida o brilho e a paz. O papel dos intelectuais integrados e da imprensa é fundamental, uma vez que tomam partido aberto pelas mudanças contra certos costumes

⁹⁸ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983, pp. 26-30.

⁹⁹ *Id.*, *ibid.*, p. 29.

tidos por anacrônicos e indesejáveis, numa palavra, injustificáveis, merecedores portanto de repressão (e repressão policial). Assim foi, em geral, com a boemia e a serenata, e o seresteiro e o violão, em particular. Mas também com o carnaval e outras manifestações populares.¹⁰⁰ Queria-se, a todo custo, evitar o encontro – melhor, o contato – entre duas sociedades tomadas como antíteses e dessemelhantes, embora uma fosse a face dialética da outra, e ambas, as faces díspares de uma mesma.¹⁰¹

A descrição de Brito Broca e as palavras de Bilac, portanto, assinalam “a passagem de relações sociais do tipo senhorial para relações sociais do tipo burguês”. Aflorando nesse momento, tal processo marcará presença nas obras dos autores, do período e depois (no modernismo, com Oswald, por exemplo).¹⁰²

Flora Süssekind propôs uma revisão desses anos a partir da “análise das relações entre literatura e técnica”, com vistas a identificar “marcas próprias” nesse período “geralmente definido, do ponto de vista literário, como ‘pré’ ou ‘pós’ algum outro”. Süssekind percebe “um confronto – primeiro hesitante, meio de longe; mais tarde convertido em *flirt*, atrito ou apropriação – com uma paisagem tecno-industrial em formação”:

É como se as inovações técnicas impusessem a própria tematização. Rastro às vezes perplexo, às vezes perverso que parece chamar a atenção, na ficção brasileira dos anos 90 do século XIX e dos anos 10 e 20 deste século [quer dizer, do século XX], para um traço que lhe será bastante característico: o diálogo entre forma literária e imagens técnicas, registros sonoros, movimentos mecânicos, novos processos de impressão. Diálogo em várias versões entre as letras e os *media* que talvez defina a produção literária brasileira do período de modo mais substantivo do que os muitos neo(arnasianismo, regionalismo, classicismo, romantismo), pós(naturalismo) e pré(modernismo) com que se costuma etiquetá-la.¹⁰³

¹⁰⁰ *Id., ibid.*, pp. 31-3.

¹⁰¹ *Id., ibid.*, p. 34.

¹⁰² *Id., ibid.*, p. 35.

¹⁰³ SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, pp. 13-8. Não entraremos, por motivo de espaço e tempo, em debates mais amplos sobre a historiografia literária brasileira, mais particularmente, sobre a questão dos estilos de época, sobretudo o chamado pré-modernismo, que sequer estilo alcança ser. Nossa intenção é debater mais a fundo essas e outras questões em ensaio que temos esboçado. Para o debate sobre as inconveniências de uma noção como a de pré-modernismo: FISCHER, Luis Augusto. “Pré-modernismo é a mãe”. In: *Para fazer diferença*. Porto Alegre: Artes & Ofícios, 1998; também MICELI, Sérgio. *Poder, sexo e letras na República Velha*. São Paulo: Perspectiva, 1977, onde afirma (pp. 12-3): “A história literária adotou tal expressão [pré-modernismo] com vistas a englobar um conjunto de letrados que, segundo os princípios impostos pela ‘ruptura’ levada a cabo pelos modernistas, se colocariam fora da linhagem estética que a vitória política do Modernismo

Havia, então, “um horizonte técnico” com o qual necessariamente dialogavam os escritores:

Reelaboração, no caso de Lima Barreto; *mimesis* sem culpa, no de João do Rio; *recusa* ou assimilação constrangida, mas remunerada, no de Bilac; um perverso *deslocamento* de quaisquer marcas de modernização, no de Godofredo Rangel – estas são apenas algumas das formas que assume o diálogo entre técnica literária e a disseminação de novas técnicas de impressão, reprodução e difusão no país durante a virada de século e as primeiras décadas do século XX.¹⁰⁴

Assim, “o contraste ‘ornato *versus* registro técnico’” caracterizaria grande parte da produção literária e artística do período, marcado substancialmente por um outro fator decisivo – a publicidade:

Porque produz um intelectual cuja profissionalização está ligada ao seu trabalho como anunciante. Porque influencia diretamente no aumento do público potencial para a literatura. Porque parece se achar ligada organicamente à paixão pelo ornato, pela fachada, em voga no país então.¹⁰⁵

No entanto, as relações entre literatura e publicidade, nesse período, parecem ter sido marcadas, sobretudo, pela tensão. Ainda mais se pensarmos na “hegemonia exercida pela imprensa na vida intelectual brasileira da virada de século e das primeiras décadas do século XX”. Assinalando-a, Flora desfia os componentes da tensão. Primeiro, mostrando que vários escritores, colaborando em jornais e revistas desde há muito, e necessitando cada vez mais dos extras que aí percebiam, descreve uma mudança significativa nesse emprego dos talentos, aqui já assinalada. Nas palavras de Flora,

entronizou como dominante. Afora algumas exceções que certas capelas literárias acharam por bem recuperar recentemente, dando-lhes o *status* de precursores isolados de uma tradição estética que a ‘vanguarda’ modernista teria restaurado [...], os demais passaram à vala comum sem direito a nome próprio. Encontram-se, pois, privados do aparato de celebração com que hoje se cultua o panteão modernista cujo legado subsiste como a fonte máxima da autoridade estética”. Veja-se, ainda, para a crítica da periodização por estilos: DACANAL, José Hildebrando. *A literatura brasileira no século XX: notas para uma leitura proveitosa*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

¹⁰⁴ *Id.*, *ibid.*, p. 24.

¹⁰⁵ *Id.*, *ibid.*, pp. 69-70.

depois do processo de modernização por que passam as folhas no início do século, o tipo de trabalho que se oferecia aos literatos era cada vez menos “literário”. Ao invés de contos e versos, reportagens e entrevistas; ao invés do trabalho de cronistas, o de redator.¹⁰⁶

Além disso, “ao lado da industrialização da imprensa”, passou a haver uma “pressão no sentido de uma padronização na linguagem de seus redatores e colaboradores”.¹⁰⁷ Daí o principal de sua tese:

Porque se a tendência generalizada é encarar a ligação entre literatura e imprensa desde fins do século passado aos primeiros decênios do XX como responsável por uma banalização artística, por uma decadência do gosto ou coisas do gênero, é possível tentar pensar de modo um pouco diferente a produção literária do período. Diante de um novo horizonte técnico em configuração, interferindo diretamente nas formas de percepção da população, assim como nos modos de impressão e veiculação de textos, é difícil analisar o que se cria então apenas em função de tendências “literárias” anteriores ou posteriores.

No caso específico da literatura que se produz no Brasil da virada de século aos anos 20, a técnica se apresenta como uma variável imprescindível para a sua avaliação. Porque não é só com naturalismos anteriores ou modernismos posteriores que se dialogou aí. Não é só intertextual a tensão [...]. *Há um jogo direto ou indireto com as novas formas de impressão, reprodução e difusão, assim como com as condições do trabalho intelectual no período, que enforma a técnica literária desses autores.*¹⁰⁸

A grande imprensa, portanto, dominava a vida intelectual, constituindo-se, de acordo com Sérgio Micelli, na “principal instância de produção cultural da época”, fornecendo “a maioria das gratificações e posições intelectuais”. A imprensa francesa fornecia os seus modelos (como a literatura francesa, os seus) – reportagem, entrevista, enquete literária, a crônica:

A expansão da imprensa modifica a relação que os produtores mantêm com suas obras, uma vez que ela expropria os produtores do monopólio que detinham sobre seus instrumentos de produção e, ao mesmo tempo, modifica a própria estrutura das instâncias de consagração e o volume e as espécies de lucros daí derivados. O êxito e a consagração não são mais concedidos às obras “raras” de um produtor individual, mas sim aos grupos de produtores associados em empreendimentos intelectuais coletivos (jornais, etc.) que tendem a se tornar ao mesmo tempo as principais

¹⁰⁶ *Id., ibid.*, p. 75.

¹⁰⁷ *Id., ibid.*, p. 76.

¹⁰⁸ *Id., ibid.*, pp. 86-7. Grifos da autora.

instâncias de consagração. Ao consagrarem os escritores que lhes são dedicados, estas instâncias se autoconsagram, vale dizer, tendem a impor o primado da instância sobre o produtor.¹⁰⁹

A Lima Barreto não escaparia a força da imprensa. No seu primeiro romance (1909), vemos dois personagens discutindo o papel do jornalismo:

– [...] A imprensa! Que quadrilha! [...] Nada há tão parecido como o pirata antigo e o jornalista moderno: [...] dominam tudo, aterram, fazem que todas as manifestações de nossa vida coletiva dependam do assentimento e da sua aprovação... [...]. Só se é geômetra com o seu *placet*, só se é calista com a sua confirmação e se o sol nasce é porque eles afirmam tal coisa... E como eles aproveitam esse poder que lhes dá a fatal estupidez das multidões! Fazem de imbecis gênios, de gênios imbecis; trabalham para a seleção das mediocridades, de modo que...

– Você exagera, objetou Leiva. O jornal já prestou serviços.

– Decerto... não nego... mas quando era manifestação individual, quando não era coisa que desse lucro; hoje, é a mais tirânica manifestação do capitalismo e a mais terrível também... É um poder vago, sutil, impessoal.¹¹⁰

Nicolau Sevckenko igualmente acentua a importância que assume o jornalismo nesse período. Suas considerações sobre a vida intelectual no Rio de Janeiro podem ser ampliadas para o restante do país, tal como fizemos com aquelas de Flora Süssekind, pois que a cidade capitaliza a história dos primeiros tempos republicanos. Segundo o historiador, até o início dos anos 1920, “quase toda a produção literária nacional se fazia no Rio de Janeiro, voltada para aquela cidade ou com vistas a ela”. Além de palco principal do processo de mudança, a cidade detinha o maior mercado para os homens de letras, além de estar lá a Academia Brasileira de Letras, instituição importante no período, ao lado do jornalismo, na consagração dos escritores, “garantindo-lhes crédito total em qualquer casa editora do Rio, mas sobretudo colocando-os sob a tutela protetora do Estado” – o que, em tempos de profissionalização e *cavações*, representava um “reduto de estabilidade no qual todos lutam para entrar”.¹¹¹

¹⁰⁹ MICELLI, *op. cit.*, pp. 76-7.

¹¹⁰ BARRETO, Lima. *Recordações do escrivanô Isaías Caminha*. (1909). São Paulo: Editora Ática, 1997, p. 81.

¹¹¹ SEVCENKO, *op. cit.*, pp. 93-101.

Os jornalistas passam a ser os “ditadores das novas modas e dos novos hábitos”. Nada estorvava a expansão do jornalismo; sua força é indiscutível. Sevcenko arrisca:

Suas campanhas contra os velhos hábitos e pela implantação dos novos costumes, a criação do clima geral de euforia e otimismo da Regeneração e do smartismo são talvez a primeira manifestação de um fenômeno de manipulação de consciências em massa no Brasil.¹¹²

Tal poder necessariamente projetaria seus efeitos sobre a literatura. Vimos alguns deles, na descrição de Flora Süssekind. Para Sevcenko, as transformações nas técnicas de comunicação, a diminuição do tempo livre, a concorrência do jornal, da revista mundana, dos manuais científicos e dos livros didáticos, aliadas às novas formas de lazer, o cinematógrafo, o gramofone e a fotografia, teriam mudado a posição antes ocupada pela literatura, bem como estreitado drasticamente o seu papel. A homogeneização das consciências de acordo com o padrão burguês da *Belle Époque* faria outro tanto, assim como a aceitação e assimilação do literato no mundo burguês e oficial, tolhendo-lhe o potencial crítico e criativo. Tudo concorrendo para o achatamento e a banalização da literatura no período.¹¹³

E o que era essa literatura? Falava sobre o Brasil? E sobre *qual* Brasil? Qual o *olhar* dos literatos do período sobre o Brasil?

Esse olhar não era homogêneo. Como não o era a literatura. Entre a tríade parnasiana e Augusto dos Anjos, e deste a Manuel Bandeira, vai um abismo; assim como entre um Coelho Neto e um Machado de Assis ou um Lima Barreto, e desses para um Simões Lopes Neto.

Daí ser preciso relativizar descrições demasiado genéricas, como a de Alceu Amoroso Lima, para quem os anos que vão de 1900 a 1922 configurariam um período *nacionalista* ou *eclético*:

Nacionalista, porque durante ele se manifestou, nas letras, um movimento de acentuado nativismo. *Eclético*, porque o trecho que vai entre o simbolismo e o modernismo se caracteriza, acima de tudo, por não poder

¹¹² *Id., ibid.*, pp. 99-100.

¹¹³ *Id., ibid.*, pp. 97-9.

ser resumido numa escola dominante e, ao contrário, compreender a coexistência de simbolistas, realistas e parnasianos.¹¹⁴

Ora, se aceitarmos que o período assinalado caracteriza-se por um *acentuado nativismo*, como entendermos a empreitada dos modernistas a partir de 1924? Se, de 1900 a 1922, o mundo das letras caracteriza-se por *um movimento de acentuado nativismo*, por que a grita dos modernistas por um retorno às coisas da terra brasileira? E qual a relação, se há, entre simbolistas, realistas e parnasianos, de um lado, e o nativismo, de outro? Também representavam algo desse *movimento de acentuado nativismo* manifestado nas letras?

A esta, poderíamos contrapor a descrição de Lúcia Miguel-Pereira, referente aos primeiros anos do século:

Versavam sobre coisas do Brasil os livros que apareciam, mas o seu espírito era cosmopolita, daquele cosmopolitismo esterilizante que está para o universalismo, esse sim, fecundo, como a máscara para o rosto. [...] Embora se fizessem muitas declamações sobre o Brasil, havia quase sempre um ostensivo ou implícito desinteresse pela nossa realidade.¹¹⁵

Atitude que será a dominante até, pelo menos, a Primeira Guerra. E, a julgar pela historiografia literária brasileira, até o surgimento dos modernistas, em 1922.

De todos os modos, escreveu-se sobre o Brasil. *Os sertões*, de Euclides da Cunha, é de 1902, assim como *Canaã*, de Graça Aranha; ambos participando do debate sobre a possibilidade de uma civilização brasileira (Capítulo I).

Canaã, visto por Andrade Muricy como “a mais representativa e quase única obra de ficção simbolista que possuímos”,¹¹⁶ teria, segundo Lúcia Miguel-Pereira, “inaugurado o romance social” no Brasil,¹¹⁷ tendo supostamente influenciado um grupo de intelectuais que propugnava por uma literatura socialista.¹¹⁸ Mas, se *Canaã* é, sem dúvida, “ficção ideológica”, como a define Lúcia, não significa por isso ser algo sequer aparentado a uma ficção socialista. Antes, vemos nessa obra a expressão literária dos pontos de vista das

¹¹⁴ AMOROSO LIMA, Alceu. *Quadro sintético da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Agir, 1956, p. 58.

¹¹⁵ MIGUEL-PEREIRA, *op. cit.*, pp. 286-87.

¹¹⁶ Citado por Lúcia Miguel-Pereira, *op. cit.*, p. 250, nota 326.

¹¹⁷ MIGUEL-PEREIRA, *op. cit.*, p. 242.

¹¹⁸ *Id.*, *ibid.*, pp. 243-44. Há um estudo de Francisco Foot Hardman sobre essa literatura, e que infelizmente não compulsamos: HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão!: Vida operária e cultura anarquista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985[?].

elites (veja-se o Capítulo I deste trabalho), no concernente às considerações sobre as raças e a nacionalidade.

Para Roberto Schwarz, a obra de Graça Aranha, embora uma novidade, pois que era o primeiro romance de idéias escrito no Brasil,

conceitualmente era retrógrada, herdeira atrasada e chocha do vitalismo alemão. Uma coisa nova já nascida velha, *particularmente sem sentido como interpretação do Brasil*, que mal ou bem começava o seu trajeto de nação capitalista. Dominar ou não a natureza era já problema ultrapassado, e tampouco fazia sentido falar do amor como lei dos homens numa sociedade de classes.¹¹⁹

Esteticamente, também não se salva. O mesmo Schwarz:

Buscaríamos a sua fraqueza na combinação que faz dos pontos expostos: o romance pretende compor uma interpretação do Brasil, mas vale-se de conceitos inadequados. A dimensão realista do livro é incompatível com a sua dimensão explicativa. O romance tem dois eixos que não se articulam, que rasgam a sua unidade. O estrabismo de Graça Aranha – um olho no Brasil e outro na Alemanha conservadora – resultou em deficiência estrutural da obra.¹²⁰

Daí nos causar estranheza considerações tais como as de Alfredo Bosi, ao caracterizar Graça Aranha, na sua *História concisa*, como um “espírito aberto” – ponto de vista quase que unânime na historiografia e na crítica literárias do Brasil, derivadas do engajamento de Graça Aranha na Semana de Arte de 22 e de sua ruptura estrepitosa com a Academia Brasileira de Letras.¹²¹

Quanto à obra, apesar de registrar a existência (ademais, inegável) de “graves desequilíbrios na estrutura”, esses são contra-restados, no argumento de Bosi, por outras qualidades. Assim: “Na medida em que Graça Aranha se deixou levar abusivamente pelo ‘romance de tese’, não logrou estruturar personagens convincentes. Mas soube descrever

¹¹⁹ SCHWARZ, Roberto. “A estrutura de *Chanaan*”. In: *A sereia e o desconfiado: ensaios críticos*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 32. Grifos nossos.

¹²⁰ *Id.*, *ibid.*, p. 32.

¹²¹ Sobre Graça Aranha, ver a “Apresentação” de Sérgio Buarque de Holanda ao seu *Tentativas de mitologia*, São Paulo: Perspectiva, 1979, pp. 22-9.

com maestria algumas cenas de violência e instinto”.¹²² Não percebendo a confusão conceitual e metafórica, sem falar nos preconceitos oligárquicos da visão plasmada na obra, Bosi sintetiza *Canaã* nos seguintes termos:

Documento literário precoce [...], o romance, embora padeça de generalizações inerentes ao estilo imaginoso do autor, *projeta com nitidez um problema fundamental do século XX brasileiro*, antecipando-se de muito à tomada de consciência dos modernistas.¹²³

Qual era esse problema fundamental? O da dificuldade, da impossibilidade talvez, de se construir uma civilização brasileira – devido ao componente complicador das raças. Antecipava-se Graça Aranha aos modernistas? Schwarz foi preciso, como vimos. A obra era, já de nascença, “*particularmente sem sentido como interpretação do Brasil*, que mal ou bem começava o seu trajeto de nação capitalista”.

Os fragmentos do romance estampados na *História concisa* só testemunham de sua confusão (em termos filosóficos) e irrelevância (em termos estéticos). Poderíamos arrolar outros tantos (evidenciando o racismo presente no texto, bem como o ponto de vista reacionário da oligarquia), que não modificariam em nada a substância da análise, embora a confirmasse mais amplamente. Mas não se trata, aqui, de esmiuçar *Canaã* ou outra obra qualquer. Nosso intento, já o dissemos, é apanhar tão-somente linhas de força significativas. E *Canaã*, nesse sentido, é importante, assim como *Os sertões*, de Euclides, ambos inseridos no mesmo debate. Ambos presos a preconceitos de época, que em grande medida turvaram suas empresas de conhecimento da realidade nacional.¹²⁴

Machado de Assis, que publicara *Memórias póstumas de Brás Cubas* no mesmo ano em que Aluísio Azevedo, *O mulato*, considerado este último o primeiro romance naturalista entre nós, escreve ainda e publica no século XX: *Dom Casmurro* é de 1900; *Esau e Jacó*, de 1904; por fim, e para ficarmos só no romance, *Memorial de Aires* sai no mesmo ano de sua morte, 1908. Machado já era, há muito, o grande nome da literatura nacional, cultuado por uns, por outros detestado, ou pelo menos combatido. Entre estes, Lima Barreto, que publica *Recordações do escrívão Isaías Caminha* um ano depois da morte de Machado,

¹²² BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 2ª. ed. São Paulo: Cultrix, 1976, p. 368.

¹²³ BOSI, *op. cit.*, p. 367. Grifos nossos.

¹²⁴ Para a leitura de *Canaã*: KOTHE, Flávio R. “Discriminação e prepotência”. In: *O cânone republicano I*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

embora o romance já viesse sendo publicado desde 1907 na revista *Floreal*, dirigida por Lima Barreto.

Rompendo com a “postura descritiva *neutra*, ou implicitamente situada nos horizontes da classe dominante, como era do feitio da nossa tradição narrativa”, Lima Barreto assume, ao contrário, um ponto de vista “ancorado nos segmentos da baixa classe média, dos pobres e marginalizados”.¹²⁵

Em 1911, escreve aquela que talvez seja sua mais conhecida narrativa: *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Este personagem, na sua busca do autêntico nacional, se vê progressivamente enleado nas malhas de uma realidade muito mais complexa do que imaginara. Sua derrota, mais que lógica, é prevista. Assim como a República dos Conselheiros não fora a república dos sonhos de muitos que por ela lutaram, para o major Quaresma a pátria sonhada esfarelava-se: “A pátria que quisera ter era um mito; era um fantasma criado por ele no silêncio do seu gabinete. Nem a física, nem a moral, nem a intelectual, nem a política que julgava existir, havia”.¹²⁶

A empreitada quixotesca de Policarpo Quaresma ilustra a empresa de bons setores da intelectualidade brasileira: a busca do autenticamente nacional e a impossibilidade de encontrá-lo.

Em 1914, Monteiro Lobato, numa série de artigos sobre o atraso da agricultura no Brasil, cria a legendária figura do Jeca Tatu, tradução que seria emblemática do caboclo “a vegetar a cócoras, incapaz de evolução, impenetrável ao progresso”, como diria Lobato, acrescentando que, em meio às exuberâncias da natureza, somente ele, o caboclo, “no meio de tanta vida, não vive”. Não teve grita em contrário. Quatro anos depois, no entanto, inserido na coletânea *Urupês*, suscitou resposta. O que, para Thomas Skidmore, evidencia a “mudança de atitude operada durante a guerra”:

A republicação do retrato do “Jeca” por Monteiro Lobato veio, então, justamente quando o Brasil estava em meio a um debate sobre as verdadeiras causas do atraso do interior. Os propugnadores de medidas de educação e saúde pública afirmavam que doença e analfabetismo e não origens raciais

¹²⁵ WEBER, João Hernesto. *Caminhos do romance brasileiro: de A moreninha a Os guaianãs*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990, p. 82.

¹²⁶ BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. (1911). 5ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1989, p. 152.

ou caráter inato (como no caso do caboclo) eram a verdadeira explicação. E começavam a ser ouvidos.¹²⁷

O ano de 1914 parece marcar um ponto de inflexão, com algo de um esboço de reação ao conservadorismo ambiente e à monotonia cultural. Alceu Amoroso Lima anota:

A guerra de 1914 foi um divisor de águas. Há muito que os meios intelectuais se ressentiam de um esgotamento coletivo, não compensado pelo aparecimento de personalidades isoladas de alguma ou mesmo de grande repercussão. As escolas literárias sobreviviam ao seu próprio esgotamento. Certa superficialidade, certo mundanismo, certa mediocridade, correspondiam ao ambiente político mais ou menos apático, ou exclusivamente preocupado com as transformações materiais da capital da República. Dominava o ambiente um otimismo quase infecundo e a nova geração pensava mais em viajar, ou em repetir os antecessores, do que em renovar as formas literárias. O século XIX, como na Europa, arrastava-se, aqui, além do primeiro decênio do século XX.¹²⁸

Mas a Europa já conhecia o cubismo, o futurismo, o expressionismo, a poesia de Apollinaire e Cendrars. Nesse sentido, não nos parece muito apropriada a analogia entre a situação das artes no Brasil e na Europa, neste caso. As escolas literárias, lá, não estavam simplesmente sobrevivendo ao seu próprio esgotamento. Respondiam, cada uma à sua maneira, às exigências do tempo.

No Brasil, contudo, já não respondiam senão ao espírito de inércia e torpor que, a julgar pela historiografia literária brasileira, parecia dominar a vida cultural do país. Tendências diversas coabitavam o espaço das letras, mas tendências envelhecidas, não respondendo aos desafios do tempo: alguns romancistas seguiam no seu naturalismo anacrônico, outros persistiam na descrição regionalista, derivação rural daquela, tomando-lhe o espírito de observação para supostamente retratar o *tipo brasileiro* (Lobato, nos parece, está aí), contracorrente ao urbanismo falso-universal importado de Paris e Lisboa, embora não menos falso, noutro sentido. Outros insistiam no simbolismo, ainda que tingido de um tom mais íntimo, com interiores de janelas abertas, mas abertas para o passado, quer

¹²⁷ SKIDMORE, Thomas E. *Branco no preto: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, pp. 200-01. Os trechos de Lobato são fornecidos por Skidmore. Outra análise sobre o personagem Jeca Tatu como representação do brasileiro encontra-se em: NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro 1870-1920*. São Paulo: Annablume, 1998.

¹²⁸ AMOROSO LIMA, *op. cit.*, p. 63.

dizer, outros interiores (Ribeiro Couto, Mário Pederneiras, Olegário Mariano, Guilherme de Almeida).

2. LITERATURA, SOCIEDADE E HISTÓRIA NO BRASIL: DO FUTURISMO PAULISTA AO MODERNISMO BRASILEIRO, OU DO TABU AO TOTEM

Em 1917, o capitalismo – pela primeira vez, de modo sério – se vê ameaçado. Em plena guerra mundial, os olhares do mundo se voltam para um evento cuja significação é central, não somente para o fim da Primeira Guerra, mas para os rumos de todo o século XX: a Revolução Russa.

No Brasil, que desde o início do século, vira estourarem greves em várias cidades, ocorre a maior greve até então realizada. Era o mês de julho:

Entre 12 e 15 de julho de 1917 São Paulo parou. Pararam as fábricas, os moinhos, as ferrovias e os bondes da cidade. Nas ruas do centro e dos bairros operários, milhares de trabalhadores saquearam armazéns e padarias e interceptaram caminhões de alimentos, enquanto meninas e moças [...] liberavam o seu protesto tomando alguns “elétricos” (bondes) e pondo-os em movimento.¹²⁹

Essa greve, que começara de fato um mês antes, se alastraria, depois de encerrada na capital, pelo interior de São Paulo, e por outros estados. No Rio Grande do Sul, o governo obrigaria “os empresários porto-alegrenses a aumentarem os salários, em decorrência das negociações havidas nas greves”.¹³⁰ Tamanha a força adquirida pelos trabalhadores, que passariam doravante a ser um segmento não-negligenciável da realidade social. Uma espécie de fantasma a assombrar, com outros, os sonhos da classe dominante.

Mas o grande evento do ano parece ter sido – pelo menos, para um setor da elite intelectual e artística *paulista*, bem como, *a posteriori*, para a crítica e a historiografia literária *brasileiras* – a exposição de Anita Malfati, ocorrida em São Paulo, no mês de dezembro. Exposição esta, como se sabe, agressivamente criticada por Monteiro Lobato,

¹²⁹ ALENCAR, Francisco; CARPI, Lúcia; RIBEIRO, Marcus Vinício. *História da sociedade brasileira*. 3^a ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985, p. 220.

¹³⁰ VIZENTINI, Paulo F. *A crise dos anos 20*. 2^a ed. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998, p. 42.

também pintor, embora acadêmico e, segundo consta, medíocre.¹³¹ Exposição que foi, como parece hoje consenso, catalisadora do movimento modernista, tendo funcionado como pólo aglutinador de um grupo de intelectuais que viriam a configurar, no correr dos anos, o primeiro quadro dos modernistas de 22.¹³²

Para a historiografia literária brasileira, o ano de 1917 teria sido fecundo também para a poesia. Menotti Del Picchia publica *Juca Mulato*, de fundo regionalista; Manuel Bandeira, *Cinza das horas*, de teor marcadamente simbolista; Guilherme de Almeida publica *Nós*; de ressonâncias parnasianas, Cassiano Ricardo publica *O evangelho de Pã*, e Martins Fontes, *Verão*; finalmente, Mário de Andrade publica o seu *Há uma gota de sangue em cada poema*, em que os horrores da guerra são expressos numa forma que, ainda presa à sensibilidade simbolista, traz na forma algo de novo.

Apesar de atadas a estéticas gastas, tais obras portariam um quê de novidade, ainda que tímida. Na verdade, representam uma espécie de ponto-limite, a corda distendida ao limite. Mário da Silva Brito, na sua apologética história do modernismo, qualifica esse momento de “hora cinzenta, de transição”, em que se aguarda “um surto novo, definido”.¹³³ Para Annateresa Fabris: “O que talvez seja fundamental em 1917 não é tanto a produção poética, em grande parte simbolista ou penumbriada, quanto a percepção crítica da crise do parnasianismo.”¹³⁴ O fato é que mudara a realidade, embora nossos poetas não dessem mostras de ter consciência da mudança, nem sensibilidade para perceber a falência do seu sistema de versos, i. e., de valores.¹³⁵

¹³¹ Para uma discussão e problematização das relações de Monteiro Lobato com os modernistas, propondo sejam desvinculadas a produção pictórica e a crítica de arte de Lobato, nas quais seria “o mais tradicional dos artistas”, de sua obra escrita, em que Lobato, criador de Emília e tais, seria o protótipo do modernista, veja-se: MEIHY, José Carlos Sebe Bom. “Monteiro Lobato e o outro lado da lua”. In: FABRIS, Annateresa (Org.). *Modernidade e modernismo no Brasil*. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 1994. Salientamos que, embora de algum modo simpáticos à proposta do autor, não exatamente no que diz respeito a Lobato, mas num plano mais geral de resgate de olvidados e de crítica a uma visão de história linear e progressiva, seus argumentos e exemplos não nos parecem convincentes. A concordar com o autor, por exemplo, do ponto de vista da técnica literária, Machado de Assis seria o primeiro modernista brasileiro...

¹³² “Durante muito tempo viveu-se um problema de atribuição de precursor do movimento renovador: Anita ou Segall? Hoje, todavia, depois das pesquisas realizadas e divulgadas por Mário da Silva Brito, não mais persistem dúvidas. A catalisadora do movimento foi Anita”. (AMARAL, Aracy. *Artes Plásticas na Semana de 22*. 5ª. ed. São Paulo: Editora 34, 1998, p. 94.)

¹³³ BRITO, Mário da Silva. *História do modernismo brasileiro: antecedentes da Semana de Arte Moderna*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971, p. 89.

¹³⁴ FABRIS, Annateresa. *O futurismo paulista: hipóteses para o estudo da chegada da vanguarda ao Brasil*. São Paulo: Perspectiva/Edusp, 1994, p. 42.

¹³⁵ Ok, há o “caso” Augusto dos Anjos. Sua poesia pode bem ser compreendida como a tomada de consciência dessa crise ou cisão a que aludimos. Seria, lida dessa perspectiva, uma sarcástica paródia da

Mas algo se desenrolava nos bastidores.

“Depois do simbolismo”, diz Manuel Bandeira, “nenhum outro movimento ocorreu em nossa poesia até cerca de 1920, quando se inicia em São Paulo, e logo em seguida no Rio, a influência das escolas européias de vanguarda”.¹³⁶ Essa influência, que ninguém nega, será decisiva para os contornos do movimento modernista, que está se formando desde a polêmica em torno à exposição de Anita.

Para Raul Bopp,

Enquanto Paris se agitava dentro de novas correntes culturais, no Brasil somente algumas poucas áreas eram sensíveis a essa inquietação. Pressentia-se, em vibrações vagas, a necessidade de substituir a expressão artística por formas mais evoluídas.

São Paulo, em problemas de arte, permanecia ainda num velho conformismo, amarrado a formas antiquadas, em contradição com a sua pujança econômica.¹³⁷

O “espírito moderno”, prossegue Raul Bopp, achava-se oculto “entre resíduos passadistas, vago e desajustado”.¹³⁸ Ou seja, o modernismo brasileiro e a Semana de 22 eram mais que necessários para romper-se com o conformismo ambiente e os resíduos do passado.

Já nesse momento, quando sinais de algo novo começam a surgir, a velha guarda literária ergue-se e resmungo. Mário da Silva Brito anota: “A menor novidade, a mais leve inovação, o sismógrafo crítico acusa, com protestos às vezes irônicos e às vezes veementes”.¹³⁹ Ora, nem era tão novo o que se apresentava, nem era radical a ruptura. Mas a mais leve ameaça é encarada como perigo mortal pela fera encurralada. Tal reação se exacerbará, e muito, no correr dos anos. No terceiro capítulo deste trabalho, veremos o quanto. Por ora, basta anotar, com Silva Brito, que, em 1920, os campos se achavam “claramente divididos”:

escola então dominante na poesia brasileira: o parnasianismo. Mas Augusto, aceita a hipótese, é exceção. Como toda exceção, parece confirmar a regra.

¹³⁶ BANDEIRA, Manuel. *Apresentação da poesia brasileira*. 3a. ed. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, s.d., p. 126.

¹³⁷ BOPP, Raul. *Movimentos modernistas no Brasil (1922-1928)*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1966, p.13.

¹³⁸ *Id.*, *ibid.*, p. 14.

¹³⁹ BRITO, *op. cit.*, p. 81.

De um lado, as forças do futuro, a defesa dos anseios dos tempos novos, e, do outro, os conservadores, os saudosistas de uma época ultrapassada. Estão em conflito, enfim, o velho e o novo. À inércia opõe-se o dinamismo, ao passado o porvir, à tradição a renovação (ou talvez a revolução), ao ontem o hoje. É, numa palavra, a ruptura.¹⁴⁰

Exageros à parte, de um historiador engajado na causa que historiciza (afinal, não era uma revolução, nem os termos são de tal modo opostos, como veremos), houve de fato uma polarização. A ruptura correu mais por conta da rigidez cadavérica dos bem postos e da propaganda eficiente dos partidários da mudança, do que de uma radical diferença entre ambos. Entretanto, no calor da refrega, somente os pólos extremos, com suas diferenças, são reconhecidos.

Se atrás enfatizamos a influência esmagadora de Paris sobre o espírito dos artistas e intelectuais do país, agora, no caso dos modernistas, podemos nos perguntar: houve, nos seus primeiros passos, diferença substancial quanto a esse aspecto específico? A resposta, obviamente, é negativa. E negativa em dois sentidos. Primeiro, se reconhecemos ter sido o futurismo (veremos, a seguir, de que futurismo se tratou) a principal mola impulsionadora dos jovens modernistas, isso não exclui o filtro francês, formado em leituras e viagens anteriores à Semana de Arte Moderna. Segundo, depois da Semana, alguns modernistas viajarão à Paris, entrando em contato com algumas correntes e figuras da arte moderna. É desde Paris que tomam consciência das riquezas do Brasil, do seu veio de ouro; quer dizer, da sua especificidade promissora. É o caso de Oswald de Andrade, bem como de Tarsila do Amaral, que dos terraços e ateliês parisienses descobrem a fortuna da arte brasileira (embora, no caso de Oswald, venha de longe seu impulso pró-arte nacional).¹⁴¹

Pelo menos não faziam como Bilac, segundo Mário de Andrade: “Pouco importa que os meios de transporte nos façam presentes os livros e tendências aparecidos hoje no mundo. Olavo Bilac ia pra Europa, em pleno século vinte, e voltava reparnasianizado!”¹⁴²

¹⁴⁰ *Id., ibid.*, p. 136.

¹⁴¹ É o que informa Mário da Silva Brito: “Concluindo o rodapé de ‘O pirralho’ [em 1915], Oswald de Andrade aconselha aos jovens pintores que, ‘depois dos anos de aprendizagem técnica’, ‘se desembarcem das recordações de motivos picturais que tiveram’ e ‘incorporados ao nosso meio, à nossa vida’, tirem ‘dos recursos imensos do país, dos tesouros de cor, de luz, de bastidores que os circundam, a arte nossa que afirme, ao lado do nosso intenso trabalho material de construção de cidades e desbravamento de terras, *uma manifestação superior de nacionalidade*’”. In: *op. cit.*, p. 34. Grifos nossos.

¹⁴² ANDRADE, *op. cit.*, p. 48.

Afirmação que nos mostra algo que, por vezes, escapa à nossa pressa: Paris não era algo homogêneo. Se no Brasil conviviam tendências estéticas diversas; Paris, neste particular (e tomada assim, de modo abstrato), não era diferente. Se lá surgiram muitos dos mais radicais movimentos artísticos de vanguarda, também lá surgiram as propostas de retorno à ordem clássica, mediterrânea, nacional. Paris era múltipla. Nos finais do século XIX, ao lado de Rimbaud e Lautréamont, expressões máximas da revolta, pavoneavam-se os parnasianos, bem comportados literatos, como os nossos o serão. De forma que não nos devemos deixar enganar pela mera cronologia, perdendo de vista a “factual não-simultaneidade do simultâneo”, como alerta Hans Robert Jaus. ¹⁴³ Eis aí, talvez, o maior inconveniente da periodização estilística das histórias literárias e artísticas.

Voltemos ao nosso tema, apontando para um paradoxo.

Trata-se, na expressão de Silviano Santiago, que o estudou, da “permanência do discurso da tradição” no modernismo brasileiro. Permanência esta que o ensaísta situa no ano de 1924, quando da aparentemente súbita decisão de alguns modernistas (Mário, Oswald, Tarsila) de viajar a Minas Gerais (na verdade, Paulo Prado os convidara a mostrar o aspecto *arcaico* do país ao poeta Blaise Cendrars), a fim de tomar contato com o que entendem ser a arte genuinamente brasileira, a saber: a obra de Aleijadinho.

A questão mais ampla que norteia o ensaio de Silviano é saber se a tradição esteve de fato ausente da produção de autores modernos, e mais especialmente, de modernistas brasileiros. Sua resposta é negativa. Assim, seu esforço será o de mostrar, nas obras desses autores, a “permanência sintomática da tradição”, “de um discurso da tradição”. ¹⁴⁴

Tomando Eliot e Octavio Paz como interlocutores para discorrer sobre tradição, Silviano Santiago sublinha a necessária distância que há entre os valores vivos de um passado que poderá vir a ser reativado e, redivivo, animar o presente; e aquele impulso pretensamente reanimador de um passado que, na verdade, já nada mais diz ante as novas configurações sociais e estéticas. Assim, menciona o grupo Festa, uma “falsa tradição”, posto que apenas se propunha resgatar a estética de uma geração, a simbolista, que não condizia mais com as necessidades do novo tempo; Festa seria mero academicismo.

¹⁴³ JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. Tradução Sérgio Tellaroli. São Paulo: Editora Ática, 1994, p. 47.

¹⁴⁴ SANTIAGO, Silviano. “A permanência do discurso da tradição no modernismo”. In: *Nas malhas da letra*. Rio de Janeiro: Rocco, 2002, p. 110.

Não seria academicismo, de outra parte, o resgate do passado artístico mineiro por parte dos modernistas de 22. Para Brito Broca (citado por Santiago), não havia senão “um contra-senso apenas aparente” nessa volta ao passado:

O divórcio em que a maior parte dos nossos escritores sempre viveu da realidade brasileira fazia com que a paisagem de Minas barroca surgisse aos olhos dos modernistas como qualquer coisa de novo e original, dentro, portanto, do quadro de novidade e originalidade que eles procuravam.¹⁴⁵

Convenhamos, parece boa a justificativa. Parece, mas não convence. Como pode surgir como “qualquer coisa de novo e original” uma arte de inspiração luso-católica, vazada nos moldes do barroco setecentista; uma arte, em suma, conforme aos padrões políticos, estéticos e morais da sociedade oligárquico-escravagista do Brasil colonial? Seria esse o caminho para uma “arte genuinamente brasileira”, como afirma o mesmo Brito Broca, linhas adiante? Pensamos que não, embora, para os modernistas, tenha sido essa a escolha. Escolha sintomática, além de decisiva para o futuro do movimento, quer dizer, para “a institucionalização bastante rápida do credo modernista no Estado Novo”, como aponta Silviano Santiago. Pois essa “necessidade do apego à tradição” esteve presente no espírito dos vários modernistas, de Mário e Oswald a Tarsila, Menotti, Bopp, Guilherme de Almeida, Cassiano Ricardo, Plínio Salgado, Di Cavalcanti, Brecheret e Villa-Lobos. Assim, tem razão Silviano: “não precisamos ir à geração de 45 para ver a presença nítida de um discurso de restauração do passado dentro do modernismo”.¹⁴⁶ Embora, neste particular, discordemos de Silviano, uma vez que, segundo pensamos, a chamada geração de 45 não faz parte do modernismo, ao contrário do que afirma a historiografia literária brasileira; não se trata, para nós, de uma terceira geração modernista. Portanto, seu discurso de restauração não poderia, segundo nosso ponto de vista, estar inserido no modernismo; não seria uma reação a partir de dentro, mas uma reação desde fora, contra o modernismo. Contra um modernismo, aliás, já morto – se não morto, institucionalizado; um fantasma para a geração de 45, tanto talvez quanto o fora, para os modernistas de 22, a geração parnasiana.

¹⁴⁵ *Apud* SANTIAGO, *op. cit.*, p. 121.

¹⁴⁶ *Id.*, *ibid.*, p. 123-24.

Mas voltemos. Aprofundemos a questão da permanência do velho no novo. Acionemos, para tanto, o estudo de Annateresa Fabris, dedicado ao modernismo enquanto primeira vanguarda histórica brasileira.

Annateresa Fabris reflete, a partir dos textos de intervenção modernistas, sobre a evidente insuficiência teórica de suas formulações iniciais, sobre as contradições e indecisões, sobre as freqüentes reformulações acerca do que seja a nova arte, jamais definida de modo satisfatório, recaindo sempre em generalizações, quando não nas teias do discurso mesmo da tradição contra a qual se batiam. Como veremos, e bem mostra Annateresa, tais inconsistências revelam algo mais do que mera indecisão tática ou estratégica. São sintomáticas quanto à força da tradição no espírito de muitos dos modernistas da primeira hora. E isso, antes de 1924; antes, inclusive, da Semana de 22.¹⁴⁷

Mas há, nessa oscilação dubitativa de suas formulações e intentos literários, uma opção. A força da tradição intervém igualmente no projeto dos modernistas. A partir desta constatação podem-se pensar as influências sofridas e as escolhas feitas, pelos modernistas, no contexto de sua formação enquanto grupo atuante, e mesmo antes e individualmente. E neste passo se faz necessária uma maior precisão quanto aos diferentes pontos de partida dos escritores e dos artistas plásticos modernistas. Se estes, por seu turno, devem muito ao pós-cubismo francês (uma diluição mercadológica dos procedimentos radicais do cubismo de Picasso e Braque), aqueles vão beber (como bem mostra Annateresa Fabris) sobretudo na fonte de Papini e Soffici, os quais, criticando os excessos do movimento até então liderado por Marinetti, passam a propor uma espécie de volta às “raízes peninsulares”; uma espécie de nacionalismo, enfim.¹⁴⁸ Um *retorno à ordem*, como aliás ficaria conhecido o momento e o movimento das artes na Europa do pós-Primeira Guerra, num evidente recuo das posições mais avançadas de antes e num esforço de negociata e conciliação com a tradição, antes desbragadamente negada, em parte ou no todo. (Oswald escreveria, no *Manifesto da poesia Pau-Brasil*: “E a coincidência da primeira construção brasileira no movimento de reconstrução geral”).¹⁴⁹

¹⁴⁷ FABRIS, *op. cit.*, pp. 33-133.

¹⁴⁸ *Id.*, *ibid.*, p. 91.

¹⁴⁹ ANDRADE, Oswald de. *Manifesto da poesia Pau-Brasil*. In: TELES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda européia e modernismo brasileiro*. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 1983, p. 328.

Vinicius Dantas, estudando a relação ambígua de Oswald de Andrade com a poesia, realça a importância da temporada parisiense deste e de Tarsila, em 1923. O milionário casal modernista teria se deparado, em Paris, com uma realidade altamente sugestiva e reveladora:

Oswald e Tarsila não se familiarizaram tão-somente e à larga com a questão formal da estética moderna, mas verificariam o quanto a cultura modernista francesa atravessava um período remansoso, conservador e comercial – a arte moderna enfrentava então um de seus primeiros testes de mercado. [...]. A própria vanguarda [sic] da temporada era o Neoclassicismo, cuja atmosfera de afetação aristocrática, anti-romantismo e *restauração de modelos de ordem* incluía tanto as composições de Stravinski, a poesia de Jean Cocteau e a pintura de Picasso quanto o programa de intenções do Pós-Cubismo. Todas essas manifestações sinalizavam o refluxo do experimentalismo livre da década anterior.¹⁵⁰

A modernidade revelava-se múltipla. Os contextos nacionais voltavam a ter importância. As bases desse retorno haviam sido lançadas por Apollinaire, em conferência pronunciada em 1917 e editada no *Mercure de France* em dezembro de 1918, sob o título “L’Esprit nouveau et les Poètes”. Na esteira das formulações de Apollinaire, o audaz arrependido de suas ousadias anteriores, é fundada em 1920 a revista *L’Esprit nouveau*, pregando um espírito de construção, de síntese e, sobretudo, de ordem.¹⁵¹ Noções já presentes no referido texto do poeta de *Zone*. Gilberto Mendonça Teles, que nos fornece tais informações, sublinha a dívida de Graça Aranha para com os ideais do *esprit nouveau*, bem como as de Mário com a revista dirigida por Le Corbusier.

Portanto, parece-nos apropriado explorar um pouco o texto de Apollinaire, averiguando o que é nele proposto.

Em poucas palavras, Apollinaire afirma a existência de um espírito novo que, conforme profetiza, “dominará o mundo inteiro”, ressaltando ser ele de procedência francesa. Depois de indicar as heranças – dos clássicos, um “sólido bom-senso” e o “sentido do dever que analisa os sentimentos e limita, ou antes, contém suas manifestações” (adiante, falará tão-somente de “a ordem e o dever”); dos românticos, uma “curiosidade”

¹⁵⁰ DANTAS, Vinicius. “Oswald de Andrade e a poesia”, *Novos Estudos CEBRAP*, nº 30, jul. 1991, p. 194. Grifos nossos.

¹⁵¹ TELES, *op. cit.*, pp. 152 e 167-69.

que leve o poeta a “exaltar a vida”, buscando sempre a verdade –, Apollinaire insiste no elemento particular, quer dizer, nacional: “Eu não creio que os acontecimentos sociais cheguem tão longe um dia, que não se possa mais falar de literatura nacional”. Mais: “a arte terá, cada vez mais, uma pátria”. Portanto: “Das diferenças étnicas e nacionais nasce a variedade das expressões literárias, e é esta mesma variedade que é preciso salvaguardar”. Por isso, pode dizer que o espírito novo, embora buscando “acentuar o espírito universal”, é “uma expressão particular e lírica da nação francesa”, tal como o espírito clássico outrora.

Apollinaire não esconde sua regressão a uma ideologia nacionalista algo perigosa, ao afirmar que “o espírito novo apregoa antes de tudo a ordem e o dever, que são as grandes qualidades clássicas pelas quais se manifesta mais claramente o espírito francês”. Embora acrescente a liberdade como seu complemento, essa liberdade soa antes como uma concessão, aliás, negada ao longo do texto, que vai cerceando ousadias e cercando terrenos: se há liberdade de pesquisa, essa liberdade *deve obedecer* à procura da verdade, tal como ocorre nas ciências. Nada pode ser gratuito. As alternativas (as únicas, segundo Apollinaire) ao espírito novo (a saber: o pastiche, a sátira, a lamentação) são, ao final do texto, desqualificadas.

Mas, concretamente, o que propõe esse espírito novo?

Antes de tudo, um novo realismo. Nada de transfigurações: o ridículo permanecerá ridículo, assim como o horrível e o sublime permanecerão como tais. Não é preciso partir em busca de temas sublimes, os cotidianos bastam. Ora, desde Baudelaire, pelo menos, sabia-se disso. Apollinaire, contudo, não o cita. E não o cita, nos parece, porque a sua lógica descamba para outros domínios, distantes do poeta de *Les Fleurs du Mal*, que jamais pensou em cantar a grandeza da pátria, como propõe Apollinaire no fragmento seguinte:

As escolas poéticas, antes de se lançarem às heróicas aventuras dos apostolados longínquos, devem realizar, assegurar, precisar, aumentar, imortalizar, cantar a grandeza do país que lhes deu nascimento, do país que as alimentou e as formou, por assim dizer, do que há de mais são, de mais puro e de melhor no seu sangue e na sua substância.¹⁵²

Quando o casal Oswald-Tarsila chega a Paris, em 1923, proposições como essas frutificavam – proposições que não eram, como alerta o professor Robert Ponge,

¹⁵² APOLLINAIRE, Guillaume. “O espírito novo e os poetas”. In: TELES, *op. cit.*, pp. 155-66.

exclusividade de Apollinaire, que “apenas expressa, formula o que já vinha sendo feito por outros, e expressa em termos contraditórios, submetendo-se”.¹⁵³

Retomando o argumento de Vinicius Dantas, além dessa “impregnação nacional do *esprit nouveau*”, outro fator decisivo nos rumos do futurismo paulista/modernismo brasileiro, via Oswald, teria sido a valorização da arte primitiva que em Paris, nesse momento, seria uma espécie de moda. Os argumentos de Vinicius, a partir daí, são um tanto quanto forçados, questionáveis, embora não de todo descartáveis.¹⁵⁴

Fato é que, voltando ao Brasil, Oswald estampa, em março de 1924, o seu programa de trabalho, especificando o conceito de modernidade e inaugurando o modernismo brasileiro, dando alento e outra consistência ao movimento.

Será a partir das formulações de Oswald que Mario de Andrade lançará “os princípios do nacionalismo pragmático”, de cunho paternalista. O nacionalismo passará a dominar as mentes modernistas e suas produções. Daí, talvez, um primeiro fator (somado a outro, decisivo, que é sua posterior filiação ao Partido Comunista e a conseqüente renegação de seu passado modernista e festeiro, como adiante veremos) a desaguar no futuro isolamento de Oswald: “o regulamento diminuído e algo regressivo de sua forma”, assim como “as ambivalências da piada e da provocação”, o que não devia ser nem muito edificante (para os adeptos da velha forma), nem muito confiável (para os nacionalistas de plantão). Daí os demais modernistas terem se esforçado por restituir “a confiabilidade burguesa ou nacionalista” à “inversão positivadora” proposta por Oswald.¹⁵⁵

Não faremos aqui uma leitura mais detida das interpretações que apanham o movimento modernista pelo estrito viés da ruptura (estética, ideológica), sem tocar nos aspectos de permanência (ideológica) e compromissos políticos que comportou. Tal leitura demandaria espaço e tempo maiores do que dispomos. Apontemos brevemente dois momentos. O primeiro, com Afrânio Coutinho. Para este, a “‘realidade brasileira’ já havia sido descoberta, e ao Modernismo coube valorizá-la num tom revolucionário, responsável pela sua definitiva integração”. Nesse sentido, a Semana teria sido “um marco”, “uma explosão”, “um golpe de destruição da velha ordem”:

¹⁵³ Anotação às margens do original, em versão anterior, deste estudo.

¹⁵⁴ DANTAS, Vinicius. “Oswald de Andrade e a poesia”, *op. cit.*, p. 195.

¹⁵⁵ *Id.*, *ibid.*, p. 197.

1922 foi mais que uma simples data, porquanto denota que *a situação revolucionária chegara ao auge do amadurecimento*, e não foi por certo casual a coincidência das revoluções estética e política, iniciada também com o levante dos 18 do Forte de Copacabana, no mesmo ano, o que mostra que a consciência do país [sic] atingira um estado agudo de revolta contra a velha ordem, em seus diversos setores.¹⁵⁶

Coutinho vai mais longe:

Não se trata de procurar precedência de um fator sobre os outros, o intelectual e artístico, o político, o econômico. Mas de reconhecer que era a estrutura da civilização brasileira, era o todo do organismo [!] nacional, que mobilizava as forças para quebrar as amarras de sujeição ao colonialismo mental, político e econômico, entrando firme na era da maturidade e posse de si mesmo.¹⁵⁷

O que é uma evidente distorção da história. Afinal, quando alcançou a civilização brasileira maturidade e posse de si mesma? Ora, nem a Semana de Arte Moderna foi *um golpe de destruição da velha ordem*, como se esta, a partir de então, deixasse de existir, nem o Brasil entrava *firme na era da maturidade e posse de si mesmo*. A leitura que do mesmo processo fazemos não corrobora a assertiva de Coutinho. Os modernistas voltaram os olhos para o passado colonial, repensado como expressão das raízes nacionais, empreendendo assim esforços para sua manutenção. Quanto à empresa de Getúlio, sabe-se também o que foi na prática: uma modernização conservadora.¹⁵⁸

¹⁵⁶ COUTINHO, Afrânio. *Introdução à literatura no Brasil*. 7^a. ed. Rio de Janeiro: Distribuidora de Livros Escolares, 1975, pp. 257-65. Grifos nossos.

¹⁵⁷ *Op. cit.*, pp. 265-66.

¹⁵⁸ Cf. José Murilo de Carvalho: “Acreditando ou não no povo, os modernizadores chegavam à mesma solução, o autoritarismo, violento ou paternalista. [...] Era o programa da *modernização conservadora* assumido plenamente pelo regime surgido após 1930”. CARVALHO, José Murilo de. “Brasil 1870-1914: a força da tradição”. In: *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998, p. 126. Grifos nossos. Com outros argumentos e outra linguagem, Raymundo Faoro chega a semelhantes conclusões. Veja-se o ensaio “A questão nacional: a modernização”, *Estudos Avançados*, 6 (14), 1992. Ver ainda, entre outros, FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*. São Paulo: Brasiliense, 1970. A propósito do tenentismo, que para alguns representaria uma tendência revolucionária, que poderia ter superado as dicotomias e indecisões do momento, lançando as bases para uma política alternativa, enquanto para outros não passaria de um movimento de classe média e, portanto, limitado pela própria ideologia, Boris Fausto, deixando claro que o movimento sofrerá mudança ao longo do tempo, tentando elucidar a questão, afirma: “a ideologia tenentista dos anos vinte, expressa em uns poucos escritos, revela desde logo uma extrema pobreza e a incapacidade de transcender os limites da crítica jurídico-política, aspecto em que, aliás, coincide com os ideólogos liberais de oposição. Os ‘tenentes’ pagam tributo à indefinição ideológica que se abre com a perda de influência do positivismo e o predomínio da velha retórica liberal.” (FAUSTO, *op. cit.*, p. 63.)

O segundo, João Luiz Lafetá. Para este crítico, o modernismo paulista foi um projeto duplamente concebido: apresentaria uma face estética e outra ideológica. Faces essas que, se não se separam na realidade, podem apresentar maior ou menor ênfase de uma sobre a outra. É o que teria ocorrido com o modernismo: se num primeiro momento, até 1930, prevalece a estética; depois de 1930, seria realçada a ideológica. Lafetá salienta que “o *projeto estético* [...] já contém em si o seu *projeto ideológico*”, e isso a propósito de todo movimento de renovação estética, uma vez que

O ataque às maneiras de dizer se identifica ao ataque às maneiras de ver (ser, conhecer) de uma época; se é na (e pela) linguagem que os homens externam sua visão de mundo (justificando, explicitando, desvelando, simbolizando ou encobrendo suas relações reais com a natureza e a sociedade) investir contra o falar de um tempo será investir contra o ser desse tempo.¹⁵⁹

Sim e não. Sim, *investir contra o falar de um tempo será investir contra o ser desse tempo*. A questão é: falaram de fato contra o ser do tempo, os modernistas de 22? Aparentemente sim, a atentarmos para a reação dos contemporâneos, e a seguirmos as histórias literárias que, a partir da década de 1950, erigiram o modernismo – já não meramente paulista, mas transformado no “bicho-papão”,¹⁶⁰ no monstro sagrado e intocável que nos toca adorar – à “tendência mais autêntica da arte e do pensamento brasileiro”.¹⁶¹

Mas, para responder à questão, precisamos passar da história para os textos do modernismo paulista.

Mário de Andrade, no poema “Improviso do mal da America” (*Remate de Males*, 1928), depois do primeiro verso insuspeito (“Grito imperioso de brancura em mim...”), afirma, versos adiante (grifos nossos):

Me sinto branco, fatalisadamente um ser de mundos que nunca vi.
Campeio na vida a jacumã que mude a direção destas igaras fatigadas

¹⁵⁹ LAFETÁ, João Luiz. *1930: a crítica e o modernismo*. 2ª. ed. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2000, p. 20.

¹⁶⁰ A metáfora está em Silviano Santiago, que assim a justifica: “Tudo que era feito no seu nome e até mesmo contra os seus nomes e ideais entrava no seu elástico papo.” Cf. SANTIAGO, Silviano. “Fechado para balanço”. In: *Nas malhas da letra*. Rio de Janeiro: Rocco, 2002, p. 88.

¹⁶¹ CANDIDO, Antonio. “Literatura e cultura de 1900 a 1945”. In: *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 8ª ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000a, p. 124.

E faça tudo ir indo de rodada mansamente
 Ao mesmo rolar de rio das aspirações e das pesquisas...
Não acho nada, quasi nada, e meus ouvidos vão escutar amorosos
Outras vozes de outras falas de outras raças, mais formação, mais forçura.

Parece antes um poema derivado de *Canaã*, ou de qualquer das formulações racistas dos princípios de 1900, como vimos no primeiro capítulo. Não falta nem mesmo o olhar desolado, pessimista, a respeito da realidade nacional. O que diz o poema, que se o possa tomar como diverso da fala corrente ainda nos anos 1920? Investe contra a fala do seu tempo? O ideal de branqueamento tenta, envergonhado de tão abertamente aparecer, revestir-se de bondade; é o “bom branco” quem fala ao final:

Mas eu não posso não me sentir negro nem vermelho!
 De certo que essas cores também tecem minha roupa arlequinada,
Mas eu não me sinto negro, mas eu não me sinto vermelho,
Me sinto só branco, relumeando caridade e acolhimento,
 Purificado na revolta contra os brancos, as patrias, as guerras, as posses, as
 preguiças e ignorâncias!
 Me sinto só branco agora, sem ar neste ar-livre da América!
 Me sinto só branco, só branco em minha alma crivada de raças!

Lugares-comuns da ensaística brasileira tradicional aparecem noutros poemas, como em “Dois poemas acreanos” (*Clan do Jaboti*, 1927), no qual o seringueiro, tratado sentimental e paternalisticamente, é visto sob as lentes de Euclides da Cunha, numa equivalência ao sertanejo deste último:

Baixinho, desmerecido,
 Palido, Nossa Senhora!
 Parece que nem tem sangue.
 Porém cabra resistente
 Está ali. [...]

E quanto a Macunaíma, por que seria ele o “herói de nossa gente”? Se era ele um “herói sem nenhum caráter”, ou seja, cruzamento de muitos e divergentes, não devia possuir uma dominante, que no entanto possui: a sua preguiça é afirmada e reafirmada ao longo de toda a narrativa, bem como a sensualidade (ou melhor, sexualidade) aguçada e atrevida. É assim o povo brasileiro, preguiçoso e sensual? Mas essas são questões menores.

Outras de maior vulto nos propõe a sua leitura. Por exemplo, “pouca saúde e muita saúva” seriam realmente “os males do Brasil”? O mito bandeirante marca sutil (nem tanto) presença na “rapsódia” de Mário: os paulistas “são a única gente útil do país”. E o que dizer da decisão desse herói, de se ir para o céu, assim *no más*, a fim de se tornar, embora inútil, um “brilho bonito”, banzando “solitário no campo vasto do céu”? Mas o grave mesmo é a ausência da tragédia histórica real. Veja-se o modo como o desaparecimento de toda uma tribo é tratado por Mário, ao final da narrativa: “Não havia mais ninguém lá. Dera tangolomângolo na tribo Tapanhumas e os filhos dela se acabaram de um em um”. Como assim? Obviamente, não estamos cobrando qualquer forma de realismo ao texto, a espelhar eventos da história. À literatura, à poesia e à arte, toda a liberdade! Não se trata de submeter o poético ao ideológico; mas, das duas, uma: ou a obra amplia o campo de possibilidades semânticas, trabalhando neste sentido para a riqueza das experiências de vida, a inteligência do estar no mundo e as práticas da liberdade; ou, curvando-se, voluntária ou involuntariamente, aos ditames do seu tempo, da moral castradora e do poder alienante, não se justifica. Não que o texto de Mário seja uma apologia da velha ordem. Não é isso. Parece-nos contudo que direciona a leitura da história segundo lentes bem particularistas e problemáticas, sob a capa de uma síntese multicultural e *bem brasileira*. Sua versão carnavalesca de Peri (e Jeca Tatu?) seria menos uma paródia da idealização alencariana, do que uma sentença de morte decretada à *nossa gente*, afinal, a tribo toda desaparece; e uma vez estando “a fala da tribo acabada”, restando tão-somente na memória de um papagaio “os casos e a fala desaparecida” – papagaio que, depois de tudo contar ao narrador, abre asas “rumo de Lisboa” (!) –, o que retomar dessa tradição? Nada, não havia o quê. Para Mário de Andrade, o Brasil, não sendo ainda uma nação, era uma “imundície de contrastes”, um nada “como entidade”,¹⁶² uma massa múltipla e amorfa: algo a modelar. Daí a morte de Macunaíma, que é uma personificação dessa “imundície de contrastes”, dessa ausência de caráter. Morrem o indígena e o negro; resta, depois da partida do papagaio, o narrador – branco? – dos casos havidos.¹⁶³

¹⁶² ANDRADE, Mário de. “Tristão de Ataíde”. In: *op. cit.*, pp. 16-8.

¹⁶³ Para uma leitura com olhos de hoje, quer dizer, olhos críticos postos no mal-estar da modernização capitalista, veja-se: BUENO, André. “Macunaíma em movimento ou Entre a selva e a cidade, o brilho inútil das estrelas”. In: *Formas da crise: estudos de literatura, cultura e sociedade*. Rio de Janeiro, Graphia, 2002. Veja-se, também: FISCHER, Luís Augusto. “Alguns custos da radicalidade: o romance modernista no

Oswald de Andrade não escapa a semelhantes considerações. Seu *Manifesto da poesia Pau-Brasil* pode ser lido como a primeira síntese modernista entre impulsos de modernidade e respeito à tradição, como atrás ficou dito. Leiamos o fragmento a seguir: “Uma visão que bata nos cilindros dos moinhos, nas turbinas elétricas, nas usinas produtoras, nas questões cambiais, sem perder de vista o Museu Nacional”. Modernização aliada ao passado, que reaparece no fragmento seguinte, do mesmo manifesto: “Obuses de elevadores, cubos de arranha-céus e a sábia preguiça solar. A reza. O Carnaval. A energia íntima. O sabiá. A hospitalidade um pouco sensual, amorosa. A saudade dos pajés e os campos de aviação militar”. É isto a poesia *Pau-Brasil*. Seria o Brasil? A “sábia preguiça solar” é de quem? Do índio, do negro? A visão oswaldiana, aí, não comporta qualquer traço crítico à modernidade capitalista, que é buscada, embora entrelaçada ao típico, de que participa inclusive a religião (a “reza”), símbolo maior de um passado autoritário, escravista, oligárquico, e que se reerguia com força, nos anos 1920, a fim de conquistar as elites e assegurar o seu poder. Claro, a *reza* é componente popular, portanto, nacional. E o sabiá, o que vem a fazer aí, ele que tão enfaticamente tornou-se emblema do romantismo mais piegas e do nacionalismo ufanista? Tudo isso de cambalhota a uns inexplicáveis “campos de aviação militar”. Nos poemas de *Pau-Brasil* (1925), Oswald praticaria o que no manifesto do ano anterior havia pregado: a poesia dos fatos, para exportação. Numa das seções do livro, “Roteiro de Minas”, há alguns poemas sintomáticos da vanguarda paulistana. As peças nasceram da famosa viagem dos modernistas a Minas Gerais, em 1924.

Em “Sábado de Aleluia”, há a descrição dessa festa religiosa (católica), com enforcamento de Judas e fogos. A descrição – que é todo o poema – conclui-se em três breves versos: “Jardins/Palmeiras/Negros”.

O olhar é do branco, do turista fascinado, e fascinado não somente com a paisagem e a festa, mas com a presença ali de... negros, reduzidos, nessa poesia feita para exportação, a mais um dos elementos de exotismo.

A descoberta, em Ouro Preto, da obra de Aleijadinho dá ensejo a outras peças. Em “Congonhas do Campo”, Oswald registra: “A religiosidade no sossego do sol/Tudo puro

Brasil”. In: DACANAL, José Hildebrando; FISCHER, Luis Augusto; WEBER, João Hernesto. *O romance modernista*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1990.

como o Aleijadinho”. Puro? A obra de Aleijadinho passa a ser a grande raiz ancestral da genuína arte brasileira: “São degraus da arte de meu país/Onde ninguém mais subiu”, como afirma em “Ocaso”. Mas gostaríamos de analisar mais de perto uma outra peça, das mais conhecidas de Oswald, e por nós já mencionada (Capítulo I). Trata-se do “Canto de regresso à pátria”, incluído na seção “Lóide Brasileiro”, do mesmo *Pau-Brasil*. Citemo-lo inteiro:

Minha terra tem palmares
 Onde gorjeia o mar
 Os passarinhos daqui
 Não cantam como os de lá

Minha terra tem mais rosas
 E quase que mais amores
 Minha terra tem mais ouro
 Minha terra tem mais terra

Ouro terra amor e rosas
 Eu quero tudo de lá
 Não permita Deus que eu morra
 Sem que volte para lá

Não permita Deus que eu morra
 Sem que volte pra São Paulo
 Sem que veja a rua 15
 E o progresso de São Paulo

Leu-se, durante muito tempo, os modernistas com as lentes da crítica canonizante, que os leu a partir da teorização do movimento feita pelos próprios protagonistas – sobretudo, por Mário de Andrade, e mais especificamente em um texto da década de 1940, quando este está empenhado em mostrar não apenas a relevância do modernismo, mas a sua inevitabilidade e inegável importância para a “atualização da inteligência nacional”.

Referimo-nos à famosíssima conferência “O movimento modernista” (1942), aqui já mencionada, na qual, propondo o balanço do movimento vinte anos depois da Semana de Arte Moderna, enfaticamente, afirma: “o movimento modernista foi o prenunciador, o preparador e por muitas partes o criador de um estado de espírito nacional”. A afirmação de que os modernistas teriam “como que apenas servido de altifalantes de uma força universal e nacional”, em nada atenua a evidente apologia do movimento, ao contrário, reforça a

necessidade do mesmo. Sua leitura extremamente particularista o impede de mencionar o quanto o nacionalismo dos modernistas era reflexo de todo um conjunto de iniciativas de diferentes intelectuais que se dispunham a “pensar o Brasil”, e isto desde antes dos modernistas.¹⁶⁴ E mais, há um messianismo implícito nas palavras de Mário, como se os modernistas tivessem sido os profetas anunciadores de uma espécie de Apocalipse, de advento do novo Messias, da Nova Terra. Idem quanto à idéia hiper-repetida por todos os modernistas (desde antes da Semana, como veremos adiante), a propósito de a Semana somente ter sido possível na cidade de São Paulo, como se esta fosse portadora de uma espécie de destino histórico.¹⁶⁵ No seu texto aparece já plenamente configurada a síntese com que Antonio Candido definirá o modernismo, anos depois: regionalismo + universalismo (literalmente: “Desrecalque localista; assimilação da vanguarda européia”).¹⁶⁶ Nas palavras de Mário, a “germinação do destino” originou o “espírito revolucionário modernista”, à semelhança do “espírito revolucionário romântico”, o outro ponto alto da “Inteligência nacional”,¹⁶⁷ pois que ambos, tratando-se de uma “necessidade espiritual”, ultrapassaram a “literatura estética” (sic).

Bem, isto tudo se leu. O que, se foi lido, foi logo esquecido, são as considerações críticas de Mário, presentes na mesma conferência, quanto às realizações e não realizações dos modernistas. Depois de ter afirmado o abstencionismo dos mesmos, o haverem esquecido de mudar “a atitude interessada diante da vida contemporânea”; depois de indicar “uma antiquada ausência de realidade” em muitos dos modernistas, diz terem muitos destes dado às suas obras “uma caducidade de combate” – o que é, ainda, um modo de auto-elogio (afinal, estavam combatendo por algo, e algo importante):

¹⁶⁴ Mais ou menos, é o que afirma Guerreiro Ramos: “O chamado Movimento Modernista [...] será no plano literário o reflexo dos fatores reais que explicam a *Propaganda Nativista* e a *Ação Social Nacionalista*.” Cf. RAMOS, Guerreiro. “Esforços de teorização da realidade nacional politicamente orientados de 1870 aos nossos dias”. In: *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editorial ANDES, 1957, p. 64.

¹⁶⁵ Porque dona, além do presente auspicioso, de um suposto passado heróico. Falaremos, a seguir, do mito bandeirante. E poderíamos, igualmente, mencionar o poema de Fagundes Varela “A S. Paulo”, incluso no seu primeiro livro de versos, *O Estandarte auriverde*, de 1863, no qual canta: “Terra de liberdade!/Pátria de heróis e berço de guerreiros,/Tu és o louro mais brilhante e puro,/O mais belo florão dos Brasileiros!”. In: BRAYNER, Sônia (Org.). *A poesia no Brasil, volume I: das origens até 1920*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981, p. 233.

¹⁶⁶ CANDIDO, *op. cit.*, 2000a, p. 121. Mas também Haroldo de Campos a propósito de Oswald de Andrade: “regional e contemporâneo”. Cf. CAMPOS, Haroldo de. “Uma poética da radicalidade”. Texto introdutório a: ANDRADE, Oswald de. *Paul-Brasil*. São Paulo: Globo/Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

¹⁶⁷ Neste par, outra matriz de Antonio Candido, como acima mencionado e em *Op. cit.*, p. 112.

O engano é que nos pusemos combatendo lençóis superficiais de fantasmas. Deveríamos ter inundado a caducidade utilitária do nosso discurso de maior angústia do tempo, de maior revolta contra a vida como está. Em vez: fomos quebrar vidros de janelas, discutir modas de passeio, ou cutucar os valores eternos [sic], ou saciar nossa curiosidade na cultura.

Mário não deixa de apontar que a radicalização dos modernistas na realidade nacional “não se deu sem alguma patriotice e muita falsificação”.¹⁶⁸

Falsificação denunciada também no grande *mea culpa* de Oswald de Andrade (então, comunista de carteirinha), no prefácio à edição de *Serafim Ponte Grande* (concluído em 1928 e publicado em 1933). O ex-modernista não mede palavras, nem poupa personagens. Diz ele: “O mal foi eu ter medido o meu avanço sobre o cabresto metrificado e nacionalista de duas remotas alimárias – Bilac e Coelho Neto. O erro ter corrido na mesma pista inexistente”. Era 1915-16, e Oswald andava pelo Rio de Janeiro:

A situação “revolucionária” desta bosta mental sul-americana, apresentava-se assim: o contrário do burguês não era o proletário – era o boêmio! As massas, ignoradas no território e como hoje, sob a completa devassidão econômica dos políticos e dos ricos. Os intelectuais brincando de roda.

Os anos passam. Estamos na década de 1920:

Dois palhaços da burguesia, um paranaense, outro internacional “*le pirate du lac Léman*” me fizeram perder tempo: Emílio de Meneses e Blaise Cendrars. Fui com eles um palhaço de classe. Acorçoado por expectativas, aplausos e quireras capitalistas, *o meu ser literário atolou diversas vezes na trincheira social reacionária*. Logicamente tinha que ficar católico.

Açoitando-se a si mesmo, Oswald diz que, “mais que aliado”, foi “índice cretino, sentimental e poético” da burguesia. Quanto ao movimento modernista, que teria “culminado no sarampão antropofágico”, “parecia indicar um fenômeno avançado”, afinal, “São Paulo possuía um poderoso parque industrial”. No entanto, havia, nesse parque industrial “de transformação”, muita “matéria-prima importada”. E, tal como ruíra a

¹⁶⁸ ANDRADE, Mário de. “O movimento modernista”. In: *op. cit.*, pp. 253-80.

economia cafeeira, ruíra também “toda a literatura brasileira ‘de vanguarda’, provinciana e suspeita, quando não extremamente esgotada e reacionária”.¹⁶⁹

É preciso, contudo, não tomar muito a sério essa crítica pois, como dissemos, Oswald filiara-se ao Partido Comunista, cuja orientação stalinista é suficiente para acender-se a lâmpada de alerta.

Depois de 1930, Oswald vive uma espécie de ostracismo, sendo resgatado dessa situação somente na década de 1950, pelos concretistas. Os textos de Haroldo de Campos, aliás, são um *tour de force* realmente grandioso no sentido de mostrar a radicalidade do texto oswaldiano. De mostrar ou de forjar essa radicalidade? Não que ela não exista, por exemplo, em *Memórias sentimentais*. Mas existe em *Pau-Brasil*? Seria essa poesia tão mais crítica quanto aquela de Cendrars à época, meras anotações de caderneta turística, aliás, sem grande interesse? Afirmarções como a seguinte, de Haroldo, não podem mais ser tomadas a sério:

A revolução – e revolução copernicana – foi a poesia “pau-brasil”, donde saiu toda uma linha de poética substantiva, de poesia contida, reduzida ao essencial do processo de signos, que passa por Drummond na década de 30, enforma a engenharia poética de João Cabral de Melo Neto e se projeta na atual poesia concreta.¹⁷⁰

É evidente o esforço de filiação da sua própria poesia (a concreta) a toda uma linhagem que, na realidade, é também ela forjada pelo crítico. Dizer que João Cabral descende de Oswald, ainda que via Drummond, é no mínimo discutível, senão risível. E se partirmos do prefácio de Paulo Prado ao livro de Oswald, teríamos então de ampliar as filiações, e dizer que Haroldo de Campos descende de Casimiro de Abreu e de Catulo da Paixão Cearense, pois que estes, antes de Oswald e sua poesia *Pau-Brasil*, teriam sido “os dois únicos intérpretes do ritmo profundo e íntimo da raça”...

Voltemos ao poema acima transcrito, no qual Oswald de Andrade parodia Gonçalves Dias. Aparentemente, numa tomada crítica, anti-sentimental, anunciando o que, ao fim, não nos parece cumprir. Não cumpre porque ali, no decisivo, não transgride a “Canção do Exílio”. O primeiro verso (“Minha terra tem palmares”) dá uma boa medida do

¹⁶⁹ ANDRADE, Oswald. *Serafim Ponte Grande*. São Paulo: Círculo do Livro, s. d., pp. 9-11. Grifos nossos.

¹⁷⁰ CAMPOS, Haroldo de. “Uma poética da radicalidade”. In: ANDRADE, Oswald. *Pau-Brasil*. São Paulo: Globo/Secretaria de Estado da Cultura, 1990, p. 12.

que se anuncia, e é igualmente o limite do anúncio. Sim, porque “palmares” remete a dois âmbitos diversos: de um lado, é sinônimo de “palmeiras” (daquelas da “Canção”); de outro, nos remete à história do Brasil e nos instala num dos seus episódios mais marcantes e sangrentos, o Quilombo dos Palmares. De fato, um belo achado e uma ótima inversão; se não inversão, uma ambigüidade que faz pensar. O que vem depois, no entanto, desmente a ousadia desse gesto semântico. Tome-se o poema; releiamos os seus versos. Onde foram parar os Palmares? Desenvolveu-se esse grão de denúncia e subversão de uma poesia ufanista e de evasão? Restam, na soma final, “Ouro terra amor e rosas”, objetos do desejo. E, agravante, a inflexão regionalista, ou melhor, bairrista, contida na última estrofe:

Não permita Deus que eu morra
Sem que volte pra São Paulo
Sem que veja a rua 15
E o progresso de São Paulo

Tudo se reduz a São Paulo, a metrópole bandeirante, a locomotiva do Brasil, a sede do moderno e o berço do futuro. Na leitura comparativa que faz dos dois poemas (o de Gonçalves e o de Oswald), Walnice Nogueira Galvão aponta que, de Gonçalves Dias para Oswald:

A natureza desapareceu, os três componentes são, ao contrário, da ordem da cultura: a mais próspera cidade do país; nela, a rua dos bancos, sede do dinheiro, à época; e uma noção evolucionista ligada à modernização industrial, de que essa cidade é tida como depositária. Sabiá e palmeira, generalizáveis para todo o território nacional, são assim particularizados, reforçando a singularização do possessivo, num lance ambíguo daquilo que se chamou bairrismo: alegre *nostos*, sem nostalgia, de um paulista de posses.¹⁷¹

¹⁷¹ GALVÃO, Walnice Nogueira. “Modernismo: intertextos”. In. DECCA, Edgar Salvadori; LEMAIRE, Ria, *op. cit.*, pp. 294-95.

Essa visão de São Paulo, “otimista e freqüentemente acrítica”, não só de Oswald,¹⁷² mas de todos os modernistas da primeira hora, foi estudada por Annateresa Fabris. As imagens usadas nos vários textos são “iterativas [...], muitas vezes retóricas em seu afã propagandístico, que não conseguem esconder uma leitura positivista do ‘fenômeno São Paulo’”. Se Menotti Del Picchia procura “construir uma imagem heróica da modernidade de São Paulo, usando toda sorte de recursos retóricos, não importa se nem sempre verdadeiros ou enfocados a partir de uma ótica particular”, Cândido Mota Júnior e Oswald de Andrade “partilham as mesmas idéias”, negando de um lado “o tripé racial brasileiro”, afirmando de outro o “paulista cosmopolita”.¹⁷³ O que Annateresa não aponta, Nicolau Sevcenko o revela: o “nativismo paulista”, esse mito bandeirante veiculado nas crônicas modernistas, tem outra origem, para lá (ou para cá) da estética – é política e está relacionada com “a primeira derrota política abaladora sofrida pela oligarquia paulista”, desde que assumira o controle das instituições republicanas. Tendo seu candidato presidencial sido derrotado, velhos temores a assaltaram. E, parece, havia reais possibilidades de “invasão e ocupação do estado de São Paulo”. Assim, se no plano federal, Hermes da Fonseca tomava iniciativas no sentido de instruir e atualizar o Exército; de sua parte, Washington Luís (então secretário da Justiça e da Ordem Pública de São Paulo) fazia o mesmo no plano estadual. Quando alçado ao cargo de prefeito da capital, uma das medidas que tomou (de quantas nos interessam mais de perto) foi a reorganização do Museu Paulista, dividindo-o em dois departamentos: um, de história do Brasil; outro, “o principal destaque”, de São Paulo. Menciona, ainda, a criação do escudo da cidade, levado a cabo conjuntamente pelo “pintor tradicionalista” Wash Rodrigues e pelo “futuro poeta modernista” Guilherme de Almeida: uma aliança, no mínimo, sugestiva... Mas a coisa não pára por aí. Nos arredores do centenário da Independência, foi promovido “um concurso público para se erigir um monumento comemorativo”:

¹⁷² Note-se que a capa original da 1ª ed. (1927) do *Primeiro caderno do aluno de poesia Oswald de Andrade*, com desenho de Tarsila, traz ao pé da página, *no centro*, a árvore “San Paulo” que se ramifica em duas direções (direita e esquerda), formando um semi-círculo que se fecha, no topo da página, no Cruzeiro do Sul; dessa árvore-mãe surgem os galhos secundários que, unidos todos, formam o Brasil... No “Manifesto Antropófago” (1928), Oswald inscrevia, num de seus aforismos, esta máxima: “Contra Anchieta cantando as onze mil virgens do céu, na terra de Iracema [sic] – o patriarca João Ramalho fundador de São Paulo”. Grifos nossos.

¹⁷³ FABRIS, *op. cit.*, pp. 3-7.

um monumento em pedra e bronze, *destinado a impressionar*, a atrair o público para o museu e a *exprimir*, em termos inequívocos, *que a Independência foi estabelecida em São Paulo e conduzida por um político paulista*.

E o principal:

Dentro desse clima de entusiasmo localista foi forjada a figura mítica do bandeirante, tema aliás do primeiro livro de Washington Luís [...]. Nessa nova versão, o bandeirante era apresentado como o lídimo representante das mais puras raízes sociais brasileiras, conquistador de todo o vasto sertão interior do país, pai fundador da raça e da civilização brasileiras [...].

Tal empreendimento ideológico tinha, além de trincheiras e objetivos, seus alvos inimigos:

Acrescentando uma dimensão cultural para legitimar seus anseios de assumir o controle econômico, político ou, em último caso, militar, dos destinos da República, os dirigentes paulistas não visavam apenas o inimigo externo, representado pelos estados “dissidentes”. A presença maciça de contingentes de imigrantes em São Paulo se constituía por si só [...] num primeiro “*front interno*”.¹⁷⁴

No poema “Hino Nacional do Pati do Alferes” (*Primeiro caderno do aluno de poesia Oswald de Andrade*), Oswald não deixa de celebrar Washington Luís:¹⁷⁵

Mas quando tu reapareces
Sob o hemisfério estrelado
Esperando a presidência do Dr. Washington Luís
Ó Brasil
Meu coração feito de pedaços
Se unifica
E proclama
A independência das lágrimas

Fico eleitor
Cidadão vacinado

¹⁷⁴ SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 137-38. Grifos nossos.

¹⁷⁵ Anote-se igualmente a dedicatória: *Homenagem a Júlio Prestes*.

Solto foguetes
Faço dobrados

Celebra igualmente o progresso: a “picareta do Progresso”, a “marcha do Progresso”. Tudo isso de mescla a signos arcaicos: “paragens”, “charanga”, “fazenda”, “velhas senzalas”, “quebradas da serra”. Signos, aliás, que se integram a outros, estes modernos, para compor uma totalidade que se quer expressão do Brasil (afinal, o hino é nacional): “palmas e bandeiras”, “estrelas” e “sindicatos”, “Bois arados e rosas”, “Cavalos e motocicletas”.¹⁷⁶

Francisco Foot Hardman, constatando a permanência, “em discursos estéticos, críticos e jornalísticos”, de um certo deslumbramento com os ditos anos heróicos do modernismo brasileiro, em especial com as propostas oswaldianas, sobretudo a da antropofagia, cristalizada em “programa político-cultural de uma identidade nacional vendida sempre como vanguardeira”, propõe-se problematizar a atualidade de tais propostas.¹⁷⁷ O problema, que bem aponta, é que o modernismo passou a ser, com a crítica canonizante e laudatória, não apenas o movimento datado e localizado dos anos 1920 (ainda que se tenha ramificado para outros estados), mas um estado de espírito e uma tomada de consciência que vão muito além das fronteiras daquele; nasceu, assim, um modernismo (como já indicamos) “bicho-papão”, que a tudo e a todos deglute, mesmo aqueles – como José Lins do Rego – que a ele se contrapunham.¹⁷⁸ E mais: “passaram a identificar a antropofagia como uma proposta ‘autêntica e original’ de negociação cultural e multiculturalismo”. O que, a partir do que já expusemos e com o que agregaremos a partir de Hardman, é bastante questionável.¹⁷⁹ Ou, quem sabe, nem tanto – uma vez que “negociação cultural e multiculturalismo” parecem cada vez mais sinônimos de apaziguamento de conflitos reais e esquecimento de que cultura real é mais que adereço (exotismo inocente, inofensivo), ou seja, é diferença que inevitavelmente leva a contrastes e a confrontos... Mas passemos esse capítulo de atualidade.

¹⁷⁶ ANDRADE, Oswald. *Primeiro caderno do aluno de poesia Oswald de Andrade*. São Paulo: Globo; Secretaria de Estado da Cultura, 1991, pp. 37-40.

¹⁷⁷ HARDMAN, Francisco Foot. “Algumas Fantasias de Brasil: o modernismo paulista e a nova naturalidade da nação”. In: DECCA, Edgar Salvadori de; LEMAIRE, Ria (Org.). *Pelas margens: outros caminhos da história e da literatura*. Campinas: Ed. da Unicamp; Porto Alegre: Ed. da Universidade, 2000, p. 317.

¹⁷⁸ José Lins do Rego: “Para nós, do Recife, essa ‘Semana de Arte Moderna’ não existiu”. Citado por Silviano Santiago, *op. cit.*, p. 87.

¹⁷⁹ Aliás, o mesmo se dá com o resgate de Gilberto Freyre e sua suposta (e suspeita) “democracia racial”, hoje em voga nos estudos culturais.

Hardman enfrenta a apologética de Haroldo de Campos, na qual este último diz ser a poesia de Oswald objetiva (“a poesia assim resultante é objetiva”). Ora, o que significa, neste caso, *objetiva*? Pode um texto literário, poético, resultado inevitável de um olhar pessoal, subjetivo, ser objetivo? Mas, se nem mesmo as ciências (as tais, ditas exatas) acreditam mais nessa falácia!¹⁸⁰ Sabemos todos que, no âmbito da linguagem, não há nada que se assemelhe a uma qualquer transparência ou a uma suposta objetividade. “Materiais simplesmente apresentados”, diz Haroldo, a propósito dessa poesia. “Desmistificados e desmistificantes”, conclui. Será? Não será. Se para Haroldo de Campos, a poesia de Oswald “é brasileira e de sua época”, a nós parece antes *paulista e de sua classe*. E a comparação com Dadá, por abusiva e formalista, nos parece de todo inapropriada. Os modernistas, naquele tempo, não foram críticos da modernização capitalista. Antes, ao contrário, propugnaram pelo capitalismo, a que designavam confusa, provincianamente, de modernização, glorificando, eufóricos, “buzinas, trânsito e agitos de cidade crescente” (Hardman). Assim, se há em Oswald uma “espécie de etnografia caricatural, passiva, feita de notações à moda de um turista espirituoso”, que acaba por “excluir terminantemente *as alteridades*”, uma vez que as mesmas passam a ser vistas, e registradas, “não mais como produtos de sujeitos historicamente diversos e contraditórios, mas apenas como tipos ou costumes – no fundo pitorescos, folclóricos – de uma pluralidade carnavalizada tão mais festejada quanto impotente”, não havendo portanto “efetivamente espaços de alteridade”; há também, em várias passagens de sua poesia, um “caráter regressivo” em que ficam evidentes “lugares-comuns do racismo dissimulado tão caro às elites brasileiras”.¹⁸¹ É o que parece ocorrer no poema “Pronominais” (seção “Postes da Light”, de *Pau-Brasil*), também citado por Hardman:

¹⁸⁰ Werner Heisenberg, por exemplo, refere-se “a um problema epistemológico que, desde Kant, em particular, foi suscitado repetidas vezes”, a saber: “até onde é possível objetivar as nossas observações da natureza – ou a nossa experiência sensorial em geral – ou seja, determinar, a partir dos fenômenos observados, *um processo objetivo independente do observador*”. Cf. HEISENBERG, W. “A descoberta de Planck e os problemas filosóficos da física atômica”. In: BORN, Max *et al.* *Problemas da física moderna*. Tradução Gita K. Guinsburg. 2ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1990, p. 10. Grifos nossos. E o mesmo Heisenberg, noutra parte: “a própria natureza nos informará que as respostas não são nada claras, mas dependem do estado de movimento do observador”. Cf. HEISENBERG, W. *A parte e o todo*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 31. Extrapolamos os campos? Não nos parece. Além do quê, ainda segundo Heisenberg: “de fato, a ciência da natureza é inseparável dessas questões [problemas humanos, filosóficos, políticos] mais gerais”. HEISENBERG, “A descoberta de Planck...”, in: *op. cit.*, p. 7.

¹⁸¹ HARDMAN, Francisco Foot. “Algumas fantasias de Brasil: o modernismo paulista e a nova naturalidade da nação”. In: DECCA & LEMAIRE, *op. cit.*, pp. 317-31.

Dê-me um cigarro
 Diz a gramática
 Do professor e do aluno
 E do mulato sabido
 Mas *o bom negro e o bom branco*
 Da Nação Brasileira
 Dizem todos os dias
 Deixa disso camarada
 Me dá um cigarro¹⁸²

A *democracia racial* definiria a *nação brasileira*. Leiamos outro poema, “O gramático” (da seção “Poemas da Colonização”, do mesmo *Pau-Brasil*, de Oswald):

Os negros discutiam
 Que o cavalo sipantou
 Mas o que mais sabia
 Disse que era
 Sipantarrou¹⁸³

Parece-nos que há uma visão, e um registro, elitista quanto à fala popular (no caso, negra). Como comparar esse poema a um poema dadaísta? O poema de Oswald não nos parece “tomar as coisas pela raiz”; essa poesia não afeta, “na raiz, aquela consciência prática, real, que é a linguagem”, ainda que a situemos “no quadro de seu tempo”, conforme quis Haroldo de Campos.¹⁸⁴

Vinicius Dantas, em texto aqui já mencionado, sublinha a natureza elitista da visada oswaldiana. Sua leitura de *Memórias sentimentais* nos parece convincente. A novidade desse texto de Oswald resumiria-se “à superfetação formal, à estilização caprichosa e novidadeira, à presumida superioridade subjetiva do Autor sobre o meio retratado”, uma vez que Oswald “não registra o descompasso entre modernidade e Brasil como um problema”. Além disso,

O atraso não é sequer denunciado ou contestado: o elitismo oswaldiano não cogita em absoluto no caráter difícil dessa modernidade,

¹⁸² ANDRADE, *op. cit.*, p. 120. Grifos nossos.

¹⁸³ *Id.*, *ibid.*, p. 86.

¹⁸⁴ CAMPOS, Haroldo de. “Uma poética da radicalidade”. In: ANDRADE, *op. cit.*, p. 7.

porque sabe que as conquistas cotidianas e artísticas contemporâneas estão facultadas à sua própria posição social.¹⁸⁵

Pau-Brasil teria inaugurado “um tipo até então desconhecido de relação positiva com o atraso local”, funcionando como “refutação das veleidades progressistas (completamente auto-iludidas) da mitologia modernista”. De que modo? Propondo “a conciliação da sociedade tradicional sem transformação à lógica da modernidade em transformação permanente”.¹⁸⁶ O que daí se desgarra, amalgamada a “partículas de insatisfação e anarquismo” (ausentes nos demais modernistas, insistimos), é “uma visão imobilista do Brasil”. Para Vinicius Dantas:

Inscrito na continuidade de uma tradição nacionalista anterior, o Futurismo paulista formulava convencionalmente o papel edificante da cultura como expressão afirmativa e ufanista da formação brasileira, ainda que para isso empregasse a retórica modernista mais descabelada. A presença desse nacionalismo, herança mitigada de românticos e naturalistas, relaciona patrioticamente a modernização à oportunidade histórica de síntese e definição de “nosso sentimento étnico” [Oswald *dixit*].¹⁸⁷

A crítica das elites mira tão-somente sua cultura de fachada, a insistente mimetização dos hábitos europeus. De outra parte, “o mundo social que se desenvolveu à sua volta [...] sai positivado”.¹⁸⁸ Ou seja, a violência das relações sociais, encoberta por práticas paternalistas na vida social brasileira, volta a ser encoberta na poesia *Pau-Brasil*, que investe na positividade daquelas práticas.¹⁸⁹

Se abordarmos outra das ramificações modernistas, o Verdamarelismo (ou Anta), a coisa desanda de vez. Tanto, que nem mesmo o “diapasão canônico” (Hardman) se arrisca a reivindicá-la. E não porque teria tomado por um desvio demasiado estreito, conduzindo os seus membros a distâncias inconcebíveis de *Pau-Brasil* e de Mário de Andrade, como se diz. Não houve desvio de rota. Ocorre que levaram às últimas conseqüências – ou seja, às raias do absurdo – os postulados nacionalistas do modernismo: foram até o fim do caminho.

¹⁸⁵ DANTAS, *op. cit.*, p. 201.

¹⁸⁶ Uma bela e acurada análise dessa síntese oswaldiana encontra-se em: SCHWARZ, Roberto. “A carroça, o bonde e o poeta modernista”. In: *Que horas são?: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

¹⁸⁷ DANTAS, *op. cit.*, pp. 201-02.

¹⁸⁸ *Id.*, *ibid.*, p. 202.

¹⁸⁹ Para a inversão positivadora na antropofagia: SCHWARZ, Roberto. “Nacional por subtração”. In: *Que horas são?: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, pp. 37-8.

Exagero? Mário de Andrade não assinaria – e não assinou – o manifesto “Nhengaçu verde amarelo” (1929), assinado por Menotti Del Picchia, Plínio Salgado e Alfredo Élis. Mas o Estado Novo, para o qual Mário de Andrade contribuiu, estaria assim tão distante do Verdamarelismo? A manipulação que aí se faz da história é algo assombroso. Criam-se mitos de uma pobreza patrioteira inconcebível. E, pensando-se bem, fica tão patente sua miséria teórica – não por acaso geradora do fascismo brasileiro –, que seria de todo impensável qualquer defesa canônica (não que o cânone seja todo sutilezas) dessa aventura. Tomemos o seguinte fragmento:

O tupi significa a ausência de preconceitos. O tapuia é o próprio preconceito em fuga para o sertão. O jesuíta pensou que havia conquistado o tupi, e o tupi é que havia conquistado para si a religião do jesuíta. [...] o tupi venceu dentro da alma e do sangue do português.¹⁹⁰

Há uma espécie de filosofia da história nessa visão (ainda que o manifesto insista na sua “não-filosofia”); no fundo, o mesmo messianismo idealista presente nos primórdios do movimento modernista: “O nacionalismo tupi não é intelectual. É sentimental. E de ação prática, sem desvios da corrente histórica [sic]”. São insistentes expressões como “a predestinação da gente tupi”, “grande finalidade histórica”, “predestinação humana”, “caminho histórico tupi”, “fatalidades cósmicas, étnicas, sociais ou religiosas”, “predestinação do Brasil na humanidade”. E, por fim, esta pérola:

*Aceitamos todas as instituições conservadoras, pois é dentro delas mesmo que faremos a inevitável renovação do Brasil, como o fez, através de quatro séculos, a alma da nossa gente, através de todas as expressões históricas.*¹⁹¹

... Sem comentários.¹⁹²

Quanto à participação de Graça Aranha no movimento, não nos parece estranha ou lateral.¹⁹³ Segundo consta, em novembro de 1921, estava programando, para o ano

¹⁹⁰ In: TELES, *op. cit.*, p. 362.

¹⁹¹ *Id.*, *ibid.*, pp361-67. Grifos nossos.

¹⁹² Para uma leitura diversa, não dos finalmentes dessa turma, mas dos seus princípios (na dupla acepção da palavra), veja-se: PRADO, Antonio Arnoni. *1922 – Itinerário de uma falsa vanguarda: os dissidentes, a Semana e o Integralismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

seguinte, a realização de uma Semana de Arte Moderna, e, ainda que os modernistas já se batessem na imprensa contra os “passadistas”, Graça Aranha acabou por se colocar “no centro do movimento”, pronunciando inclusive a conferência de abertura.¹⁹⁴ Nesta, entre muita retórica e alguma inconsistência teórica de cambulhada com boa dose de obscuridade transcendental, afirmava: “O que hoje fixamos não é a renascença de uma arte que não existe. É o próprio comovente *nascimento da arte no Brasil*”.¹⁹⁵ Pretensão assumida também por Menotti Del Picchia, em conferência pronunciada no segundo dia da Semana. Afirmando a “energia bandeirante” dos moços, conclui: “Nós somos o Alfa do novo ciclo”.¹⁹⁶

Em síntese, há, no modernismo brasileiro, um trabalho de *esquecimento* e de dupla *projeção*, ou projeção de mão dupla. Projeção esta simultaneamente rumo a um suposto *passado original* e a um pretendido *futuro glorioso* de modernização: ambos aspectos – ou melhor, os aspectos que compõem essa dupla projeção devendo ajuntar-se numa síntese, que seria a peculiaridade nacional, a sua própria identidade – sem recalques – genuinamente brasileira. E há o esquecimento: o esquecimento do *presente incômodo*, de suas contradições sociais – para além do meramente pitoresco. Que tenha sido bancado pela oligarquia do café, então francamente abalada em sua secular dominação, e levado a cabo por ricaços desejosos de modernidade, não nos parece de modo algum gratuito; antes, revelador. Com isso, não estamos afirmando que a Semana de 22 e o modernismo que se lhe segue reduzam-se a uma manobra promovida por aquela fração de classe, o que seria tão redutor quanto o seu oposto, i. e., negar importância ao fato evidente de seu apoio.¹⁹⁷

Em plena efervescência modernista, no entanto, gerava-se uma tendência outra, em nada devedora de seus postulados. Em 1928, era publicada *A Bagaceira*, de José Américo de Almeida, narrativa que anteciparia a voga de romances neo-regionalistas que nos anos 1930 se espalha pelo país, hoje conhecida como *romance de 30* – como se o romance que

¹⁹³ Para uma discussão sobre a possível influência teórica de Graça Aranha sobre os modernistas, sobretudo no tocante à questão da nacionalidade, a partir de 1924, ver: MORAES, Eduardo Jardim de. *A brasilidade modernista: sua dimensão filosófica*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

¹⁹⁴ TELES, *op. cit.*, pp. 275-76.

¹⁹⁵ *Apud* TELES, *op. cit.*, p. 286. Grifos nossos.

¹⁹⁶ Em TELES, *op. cit.*, p. 289-91.

¹⁹⁷ Para uma leitura que tenta compreender as “ambigüidades e inadequações” do modernismo brasileiro, a partir das artes plásticas e num sentido menos crítico que o esboçado até aqui, veja-se o sugestivo e em muitos sentidos esclarecedor ensaio de Ronaldo Brito “A Semana de 22: o trauma do moderno”, in: TOLIPAN, Sérgio *et alii*. *Sete ensaios sobre o modernismo*. Rio de Janeiro: Funarte, 1983.

interessa fosse somente o que seguiu esse padrão narrativo. Tais textos, na sua retomada do modo naturalista de narrar, se oporá, de um lado, à inventividade lúdica dos modernistas, aprofundando, de outro, a temática regional.

Para Alceu Amoroso Lima, estaria aí configurada uma segunda geração modernista, espelhando uma mudança de eixo: “O movimento modernista fora acentuadamente central, no eixo Rio-S. Paulo, com irradiações por Minas e Rio Grande. Com a segunda turma, generalizou-se o movimento e a prosa nordestina revelou-se de primeira linha, com um grupo de romancistas de alto valor”.¹⁹⁸

Ora, há um imbróglio nessa descrição que é preciso ser desfeito.

Imbróglio que aparece na descrição de Bosi, quando este afirma que, para os escritores da década de 30, o modernismo foi “uma porta aberta: só que o caminho já era outro”.¹⁹⁹ Este outro caminho diz respeito à participação política, exigência nascida a partir da chamada Revolução de 1930, recusando valor à pilhéria e ao abstencionismo. Mas o modernismo teria sido *uma porta aberta* para todos os escritores depois de 1930?

Seria de fato uma “segunda geração modernista”, como afirma Alceu Amoroso Lima, no sentido de terem, os escritores de 1930, herdado da geração anterior algo de essencial para a consecução de suas obras? Sem os modernistas de 22, não teria sido igualmente possível um Graciliano Ramos? Mera conjectura, se apanharmos a questão no plano estrito da controvérsia. A questão, contudo, não é irrelevante, a análise comparativa de algumas obras podendo dizer algo a respeito. Afinal, parece-nos que, do ponto de vista da técnica literária, bem como da visão de mundo, os prosadores de 1930 não parecem revelar qualquer dívida para com os modernistas de 22. Que semelhanças apontar entre o estilo telegráfico de *Memórias sentimentais* e, digamos, a prosa árida de *Vidas secas*, entre a visão de mundo que se desgarrá de *Macunaíma* e aquela de *O quinze*?

Por que não pensá-los, tais escritores e seus textos, tão-somente como um outro veio da literatura feita no Brasil por então, sem necessariamente ter relação com o veio modernista?

Assim consideradas as coisas, Cornélio Pena e Lúcio Cardoso, por exemplo, com seus romances densos aprofundando-se na psicologia dos personagens e das situações,

¹⁹⁸ AMOROSO LIMA, *op. cit.*, pp. 80-1.

¹⁹⁹ BOSI, *op. cit.*, p. 384.

numa orientação contrária à dos romancistas do nordeste, bem como à dos modernistas, seriam um outro veio, igualmente representativo. A complexidade e riqueza da produção literária seria a da literatura brasileira no seu todo, não a do modernismo unicamente, como sugerem as descrições de Alceu Amoroso Lima e Alfredo Bosi, entre outros.

Algo, contudo, parece comum a esses conscienciosos literatos: a recusa do anedótico e do lúdico, características do modernismo. Tratou-se de restaurar a seriedade no âmbito da literatura. A poesia não fugiu a essa exigência; pelo contrário, impôs-se a si mesma resgatar o que o modernismo deixara de lado: em síntese, o sublime. Com tais propósitos, surgem as poesias de Augusto Frederico Schmidt e do primeiro Vinícius. Bem como o grupo de poetas reunidos em torno de Tasso da Silveira, que fundaria em 1927 a revista *Festa*, e do qual participou Cecília de Meireles. Conforme o editorial do primeiro número da revista, tais poetas queriam cantar a “realidade total”: “a do corpo e a do espírito,/a da natureza e a do sonho,/a do homem e a de Deus”.²⁰⁰

O ano de 1930, que testemunhara a publicação dos primeiros livros de Drummond e Murilo Mendes, bem como de *Libertinagem*, de Manuel Bandeira, e *Remate de Males*, de Mário de Andrade, todos imersos, apesar das enormes diferenças que comportam, no espírito modernista (provavelmente, os últimos, até pelo menos a década de 1960); esse mesmo ano vê publicado igualmente um novo livro de Schmidt, *Pássaro cego*: metáfora interessante para qualificar esse poeta (e o que representa em termos de projeto) que quer, reagindo à alegria modernista (afinal, ela existiu), alçar vôo na celeste amplidão. Mas não pode. Cego, acaba por perder-se. É o risco que a poesia, nesses anos turbulentos, nestas terras sangrentas, haverá de correr.

²⁰⁰ Texto incluso em: TELES, *op. cit.*, pp. 346-48. O fragmento citado acha-se à última dessas páginas.

CAPÍTULO III

LITERATURA E QUESTÃO NACIONAL

NA IMPRENSA PORTO-ALEGRENSE

ENTRE 1922 E 1937

“São explicações hoje difíceis de levar a sério,
e que no entanto merecem exame enquanto voz corrente
e mecanismo ideológico.”

Roberto Schwarz,
*Que horas são?*²⁰¹

As primeiras três décadas do século XX, como vimos, mostram um Brasil em transformação: à crise da economia agrário-exportadora e da sociedade oligárquica, sucede-se e afirma-se o setor industrial e a sociedade burguesa. Esse processo é marcado por crises econômicas, sociais e políticas. Alargando o horizonte, veremos que essas primeiras décadas do século XX assemelham-se no contexto mundial. Quer dizer, também para os demais países das Américas, assim como para aqueles da Europa e do Oriente, a conjuntura será marcada por crises econômicas, sociais e políticas.

A Primeira Guerra Mundial abre, no plano internacional, um período turbulento, e que se estenderá pelas décadas de 1920 e 1930: fulgurante para uns, horrendo para outros. Há no ar, de um lado, uma espécie de desânimo, de sentimento de decadência talvez irremediável; e, de outro, um entusiasmo grande pelo porvir. Convivem nesse espaço-tempo a irrupção do novo (que não se sabe bem o que seja) e a resistência desesperada do

²⁰¹ SCHWARZ, Roberto. “Nacional por subtração”. In: *Que horas são?: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

velho. Assim pensa, entre outros, o crítico francês Albert Thibaudet, que tem alguns de seus ensaios publicados na imprensa porto-alegrense.²⁰²

A Primeira Guerra Mundial é uma ferida aberta. A Revolução Russa e o regime soviético são objeto irrecusável, e de modo cada vez mais intenso, de debate, de críticas, sobretudo. De 1925 em diante, assinala-se, serão muitos os artigos a tratar do tema.²⁰³ A própria literatura russa de então não escapa a comentários ácidos, como aqueles arrolados na crônica de João Grave, quando dirá, depois de elogiar a “grande literatura russa de Tolstoi, Dostoievski e Gorki”, que a nova literatura praticada na Rússia soviética contribuirá somente “para fazer feras e nunca para afinar as sensibilidades requintadas, educando-as na magnanimidade, na generosidade, no espírito de abnegação”, concluindo daí que há, nessa literatura de Babel e outros, “qualquer coisa de sádico”.²⁰⁴

São os tempos sombrios de recuo revolucionário na Europa, e de ascensão do fascismo e do nazismo, debatida com fervor por articulistas que vêem em Mussolini e em Hitler ou Deus ou o Diabo.

Os anos da Grande Depressão (1929-1933), que se seguem ao *crash* da Bolsa de Nova Iorque, derrubam governos de norte a sul e de leste a oeste, abalando a autoconfiança irrefletida dos senhores do capital. Na verdade, segundo avaliação de Eric Hobsbawn, as conseqüências políticas imediatas da Depressão foram dramáticas. Não menos o foram as de longo prazo. Em suma, no pior da crise, a direita radical se fortaleceu.

O pior, contudo, parece ter sido a vitória de regimes nacionalistas e belicosos no Japão (1931) e na Alemanha (1933) abrindo os portões para a Segunda Guerra Mundial.²⁰⁵

Na América Latina, a Depressão fez cair velhos governos em onze países entre os anos 1930-31, sendo dez deles por golpe militar. Entre os quais, o Brasil.

²⁰² Para a descrição acima: THIBAUDET, Albert. “O esporte e a literatura”. *Correio do Povo*, 31/07/1924, p. 3. Presume-se que o texto tenha sido originalmente publicado em periódico francês. Contudo, não há qualquer indicação de fonte, nem mesmo do tradutor do artigo.

²⁰³ Alguns exemplos: GRAVE, João. “A política européia e as intrigas comunistas”, *Correio do Povo*, 07/02/1926, p. 3; MEYER, Augusto. “Materialismo histórico e messianismo”, *Correio do Povo*, 20/05/1931, p. 3. Aliás, 1931 parece um ano especialmente dedicado à crítica do comunismo, pintando-o sob forma demoníaca: “O credo comunista”, 10/04; “Um quadro soviético”, 11/04.; “A ditadura vermelha”, 12/04; “O liberalismo vermelho”, jun; “A fauna feminina do bolchevismo”, jul.; “Ameaça vermelha”, nov.-dez.; todos do *Correio do Povo*. Não haveria, no fato, alguma correspondência com a política nacional?

²⁰⁴ GRAVE, João. “Comentários sobre a nova literatura russa”. *Correio do Povo*, 25/10/1925, p. 3.

²⁰⁵ HOBBSBAWN, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. Tradução Marcos Santarrita, 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 108.

Os anos de 1930 conhecem algumas guerras sinistras: entre o Japão e a China (1931), a Itália e a Etiópia, a Civil Espanhola (1936-39).

No plano da cultura (de massas), assinala-se o desenvolvimento do cinema, de tal modo arrebatador que os artigos sobre o assunto multiplicam-se a perder de vista, ganhando páginas e seções especiais.²⁰⁶

O movimento feminista, a psicanálise e o jazz são outros dos tantos elementos a comporem o contexto turbulento desse período que as páginas dos periódicos tratarão de espelhar.

No Brasil, a crise do sistema oligárquico, a Revolução de 30 e o governo de Getúlio Vargas dão a cor política do momento. A empresa de construção de um Estado nacional moderno, em termos capitalistas, é acompanhada por uma intensa discussão sobre a nacionalidade, como atrás (Capítulo II) ficou dito e adiante desenvolveremos, abordando a imprensa porto-alegrense.

A modernização de Porto Alegre nos anos 1920

A cidade colonial do Rio de Janeiro foi posta abaixo e substituída por uma cidade moderna, digna das cidades modernas da Europa, em 1906, sob a administração de Pereira Passos. Processo semelhante teve lugar na colonial e provinciana cidade de Porto Alegre a partir de 1924, com a administração de Otávio Rocha.

A questão, assim posta, parece simples, clara e irretocável. Na realidade, foi/é bem mais complexa. Afinal, o que se entende aí por *moderno*? A modernização do país, como sabemos, foi e é objeto de debate desde o século XIX. Adiante, discutiremos mais demoradamente a questão. Aqui, nos importa tão-somente recuperar algo do contexto urbano, político e social da Porto Alegre desses anos 1920, de vital importância para os rumos subseqüentes da cidade, do estado e, não é demais dizê-lo, do país. Como já assinalamos algo dos reveses políticos desse período no capítulo anterior, aqui apontaremos o processo de modernização urbana que se levou a cabo por então. Veremos que o mesmo

²⁰⁶ Sem falar nas revistas, e para dar simplesmente um exemplo, o *Correio do Povo* passa a dedicar página inteira ao mundo cinematográfico, apresentando, noutras páginas, artigos que procuram pensar o fenômeno, tal como a crônica de João Henrique, na qual o articulista afirma ser o cinema “escola de costumes e de estética e um dos melhores veículos de civilização para o povo”. (“Impressões”. *Correio do Povo*, 05/09/1931, p. 3).

não visou – tal como no Rio de Janeiro, aliás – diminuir os imensos contrastes sociais. Se, por um lado, são óbvios os benefícios de uma infra-estrutura urbana básica (água, iluminação pública, esgotos, transportes), embora tal estrutura tenha sido criada na zona central, agora destinada unicamente à burguesia, a periferia, agrandada, permaneceria abandonada à própria sorte; por outro, a remodelação urbana de algumas cidades (Rio de Janeiro, Porto Alegre) teve um não menos óbvio aspecto de encenação para turistas e elites locais desejosas de se sentirem numa cidade moderna à européia. Sem falar que tais reformas foram pagas, como veremos, pelas populações pobres. E pagas em todos os sentidos. Como bem sublinha Raymundo Faoro: “O povo [...] não participava da mudança: ele a padecia”.²⁰⁷

Assim, abertura de avenidas, novas praças, afastamento das populações de baixa renda para zonas distantes da região central foram medidas tomadas tanto no Rio de Janeiro como em Porto Alegre. Se no Rio já em 1906 se punha abaixo a cidade colonial e era erguida, no seu lugar, uma cidade moderna, tudo isso no entender dos reformadores e aliados da época, em Porto Alegre, apesar do Plano Geral de Melhoramentos de 1914, somente depois de 1924 se efetuarão reformas semelhantes, com os mesmos objetivos. Para Charles Monteiro, que estudou a remodelação urbana efetuada pela administração Otávio Rocha entre 1924 e 1928, em Porto Alegre,

A necessidade do PRR [Partido Republicano Rio-Grandense] de realizar mudanças para manter-se no poder, promovendo o consenso dentro da classe dominante e cooptando as forças emergentes, traduziu-se em um projeto de modernização da sociedade e da economia rio-grandense. O Estado deveria remover os entraves que se colocassem ao desenvolvimento da pecuária, realizando o saneamento econômico, investindo em áreas estratégicas para o capital, como ferrovias, aparelhamento dos portos, armazéns, infra-estrutura urbana, etc. Deveria, ainda, assegurar o controle da força de trabalho, no meio urbano, através da “incorporação do proletariado à sociedade moderna”.²⁰⁸

Mais:

²⁰⁷ FAORO, Raymundo. “A questão nacional: a modernização”. *Estudos Avançados*, São Paulo, USP, 6(14), 1992, p. 14. Não nos custa voltar ao clássico de José Murilo de Carvalho, *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*, 3ª. ed, São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

²⁰⁸ MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre: urbanização e modernidade: a construção social do espaço urbano*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995, p. 45. Grifos nossos.

Sobre a cidade se produz um discurso que visa à atualização do imaginário da sociedade rio-grandense e porto-alegrense no sentido de alcançar a modernidade. Modernidade esta construída a partir do ideário das elites dirigentes, e que se apresenta sob a forma de um projeto social que almejava criar as condições para o desenvolvimento econômico, modernizar a capital do Estado em relação às capitais dos Estados mais desenvolvidos brasileiros e mundiais, tudo isso, com a manutenção da ordem estabelecida e do *statu quo* da elite dirigente ligada ao PRR.²⁰⁹

Monteiro insiste em que o processo apresentava duas faces: a econômica, visando atender os interesses da burguesia comercial e industrial, e a social (digamos), estabelecendo um imaginário burguês de relações sociais no meio urbano. Assim, para veicular os novos padrões de conduta e sociabilidade, bem como o modelo de cidadão, “trabalhador, ordeiro e educado”, instituiu-se uma espécie de “‘pedagogia social’ difundida através da imprensa”.²¹⁰

Mas é uma estranha modernização, de fato, essa cujos “montantes destinados às obras de águas e de esgotos são bem menores que os destinados às de ‘embelezamento da cidade’, como o ajardinamento do Campo da Redenção e a construção do Teatro Municipal”.²¹¹ E tais montantes eram obtidos através de quais fontes? Além de empréstimos exteriores, sobretudo do mecanismo tributário. Neste particular é que se evidencia a orientação ideológica, de caráter nitidamente elitista, pois que “recaíram sobre a classe trabalhadora [...] os custos” dos empréstimos e das reformas.²¹²

Não esqueçamos que, depois das greves de 1917 e 1919, o operariado urbano era uma força social de modo algum negligenciável. Manter a ordem, portanto, era, para a burguesia e seus aliados, prioridade.²¹³

Para a imprensa, contudo, a cidade moderniza-se; é o quanto importa. Vejamos, dentre muitos, um único exemplo, cujo raciocínio é emblemático do que acabamos de dizer. Trata-se da crônica de C., na qual este articulista gaba-se de a cidade dar a “impressão neste momento de um grande centro verdadeiramente metropolitano”. Arrola entre os indicadores

²⁰⁹ *Id., ibid.*, pp. 47-8.

²¹⁰ *Id., ibid.*, p. 52.

²¹¹ *Id., ibid.*, p. 56.

²¹² *Id., ibid.*, p. 63.

²¹³ *Id., ibid.*, p. 68.

os teatros lotados, os cinemas em funcionamento, as escolas de arte com muitos alunos, o êxito das últimas exposições de pintura e agrícola. Conclusão:

Porto Alegre, de fato, perdeu de há muito o aspecto desolador de aldeia retardatária que lhe vinha imprimindo sistematicamente uma longa administração sem horizonte. Hoje, por um lado, ela é a “city” das grandes energias comerciais e industriais, a oficina prodigiosa do trabalho compensador; por outro, é a “urbs ridente” da graça e da elegância a encher suas artérias de visões luminosas e maravilhosas, a imprimir no ambiente festivo e álaure de seus salões mundanos o indispensável encanto da futilidade, que é toda a razão de ser das cidades que se civilizam.

Daí ser preciso que tudo na cidade “corra harmonicamente de acordo com o seu desenvolvimento e o seu progresso, já tão notáveis ambos sob qualquer ponto de vista que se os encare”.²¹⁴

Uma vez que a cidade se moderniza, quer dizer, os padrões de vida burgueses passam a compor o cotidiano dos cidadãos porto-alegrenses, aquele arremedo de vida parisiense que se praticava na capital federal,²¹⁵ não seria difícil supor, aqui também se manifestará. Vive-se então o deslumbramento de Paris, com as vestes e os trejeitos dos bulevares de Paris sobre corpos gaúchos a passear na rua da Praia. Sérgio de Gouvêa, escrevendo no *Correio do Povo*, comentava de modo acrimonioso:

Porto Alegre tem sido injustamente maltratada por aqueles que, nostálgicos da “féerie” parisiense, embora jamais tenham estado na cidade luz, sentem-se asfixiados por *este ambiente provinciano* [...].

[...]

E sonham com Montmartre, com Montparnasse, com o Quartier Latin, o Bois, com apaches e midinettes, com toda essa decoração maravilhosa daquela Paris que nós conhecemos através de romances e revistas...²¹⁶

Sandra Jatahy Pesavento assim descreve o mesmo fenômeno:

²¹⁴ C. “A cidade”. *Diário de Notícias*, 27/04/1928, p. 5. Grifos nossos. Em todas as citações, atualizamos a ortografia e corrigimos os erros mais evidentes.

²¹⁵ Cf. SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

²¹⁶ GOUVÊA, Sérgio de. “A nota”. *Correio do Povo*, 12/02/1932, p. 3. Note-se a diferença na caracterização de Porto Alegre de C. e de Sérgio de Gouvêa; para aquele, não é mais a provinciana aldeia retardaria; segundo este, o ambiente da cidade é provinciano.

Com o seu perímetro urbano dilatado, Porto Alegre se projetava como espetáculo burguês do “viver em cidades”. As confeitarias, os cafés, os teatros, as associações carnavalescas, os hipódromos, o *footing* da rua da Praia, as sessões dos cinematógrafos constituem as ambiências e as socialidades que atuam como palco de uma moda européia para a burguesia porto-alegrense.²¹⁷

Nada de espantoso, na verdade. Uma vez que se buscava a modernização, o progresso, a civilização, sendo a Europa – mais particularmente, a França e, numa palavra, Paris – sinônimo de tudo isso aos olhos da emergente burguesia comercial e industrial, bem como aos olhos das elites dirigentes e intelectuais, os padrões – de comportamento, de moral, de política – necessariamente seriam buscados nessa fonte; afinal, de Paris provinha o que de mais elevado a alta cultura ocidental havia produzido. Não era assim? Mas era a uma Paris muito específica que recorriam esses burgueses. Uma Paris que não incluía aquela dos inquietantes movimentos de vanguarda que a sacudiam em maior ou menor medida desde o final do século XIX.

Aliás, já que falamos em vanguarda, vejamos logo como a imprensa da época lidou com as ousadias da arte moderna. Assinale-se logo que o debate sobre arte moderna e movimentos de vanguarda não constitui objeto deste estudo. Assim, apesar de reconhecê-la, não faremos considerações teóricas sobre a distinção entre os termos. Para nossos fins, adotamos simplesmente o estabelecido pela historiografia. Quer dizer, tomamos, aqui, por vanguarda aqueles movimentos (cubismo, futurismo, dadaísmo, expressionismo, surrealismo) que passaram à história como tais, as chamadas *vanguardas históricas* ou *movimentos de vanguarda do século XX*.

Assinalemos, ainda, que estamos no pós-Semana de Arte Moderna. Em seguida, veremos que não se trata de um ponto de referência arbitrário. A partir de 1924, o discurso modernista povoa as páginas dos jornais e das revistas porto-alegrenses. Por discurso modernista, entendemos as formulações dos modernistas incluindo a crítica da arte e da literatura dominantes (academismo e parnasianismo, respectivamente), o elogio do moderno (tomado de um modo abstrato e generalizante) e a pregação nacionalista (numa

²¹⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Memória Porto Alegre: espaços e vivências*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS; Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1991, p. 44.

espécie de reedição romântica de alguns símbolos da nacionalidade, como o índio, mas não só, pois que a síntese étnica, racial, social passa a ser valorizada).

De modo que é preciso ter em mente a oposição então vigente no debate cultural: futurismo/modernismo (futuristas/modernistas) versus passadismo (passadistas).

1. A IMPRENSA PORTO-ALEGRENSE E A LITERATURA MODERNA²¹⁸

1.1- CRISE DA POESIA E ASSIMILAÇÃO DO POETA

A valorização da nova produção artística e literária aparece em vários artigos, nos quais a poesia arrojada, audaz, brutal por vezes, dos modernos é elogiada pelas possibilidades que traz aos novos poetas, libertando-os das amarras da convenção, das estreitezas do artificialismo, e permitindo-lhes fecundar obras de fato novas, condizentes com o espírito moderno, que seria “envolvente, irreprimível e alegre”, caracterizando-se pelo “desejo de criar, de mover os seres no tumulto misterioso das forças universais”, pois nele o que pulsa, segundo Bezerra de Freitas, é “a ânsia de liberdade integral”.²¹⁹

Mas há quem critique essa arte nova, essa poesia moderna, “reino dos vocábulos vazios, caprichosos, rendilhados”, cujos poemas não servem “para coisa alguma”, nas palavras de Jorge Jobim, para quem não há poesia nas conquistas da civilização, nem no tumulto das grandes metrópoles, nem no silvo das locomotivas ou na fumaça das fábricas, no ruído das máquinas, como alguns afirmam. O articulista não encontra, com efeito, qualquer “sedução nessa poesia, que, amanhã, pode estar divulgada, porque a sensibilidade também é, individual ou coletiva, susceptível de modificações, mas que, por enquanto, não tem a seu serviço os melhores espíritos”.²²⁰

É uma época de incertezas. E a produção literária e artística não fugiria às questões do seu tempo: a incerteza é também sua marca. Augusto Meyer vê a arte moderna como

²¹⁸ Trata-se de uma versão sintetizada e, esperamos, melhorada do terceiro capítulo (“A imprensa porto-alegrense, a literatura e os movimentos de vanguarda”) de nossa monografia de conclusão de curso: JAHN, Dilamar Paulo. *A dança e o sentado: a recepção dos movimentos literários franceses de vanguarda na imprensa de Porto Alegre (1900-1937)*. Porto Alegre, Instituto de Letras/UFRGS, 2002.

²¹⁹ FREITAS, Bezerra de. “Sob o signo de Goethe”. *Correio do Povo*, 15/11/1931, pp. 11 e 24.

²²⁰ JOBIM, Jorge. “Nicolas Lenau”. *Correio do Povo*, 12/08/1924, p. 3.

expressão de uma “impotência criadora” disfarçada em autocrítica: “Perdeu [o artista moderno] a crença na ação, o jeito da ação, quando a arte deve ser ação”. “Daí”, continua, “o ‘romance de idéias’, a ‘poesia pura’. Daí todos os ‘ismos’ que se grudaram como carrapatos nas artes plásticas e na música; a estopa das fórmulas e dos formulários tentando tapar o vazio interior”. No fundo, conclui, “é a incapacidade de acreditar na própria obra” o que move o poeta moderno, uma vez que este parece desconfiar do seu vocabulário e temer as palavras como a um “bumerangue perigoso que pode ferir o próprio atirador”.²²¹ Estaria Augusto Meyer, também ele poeta moderno, lamentando (para falar com Baudelaire e Benjamin) a perda da *aura*?

Noutros textos, encontra-se o mesmo eco anunciador da profanação da arte, rebaixada, segundo os mesmos, a mero instrumento de propaganda, útil apenas para o mais prosaico da vida moderna – pior, servindo apenas, tal como os anúncios dos jornais, para lançar, não uma bela obra ou um novo gênio, mas tão-somente mais um produto no mercado.

Essa mudança, que a modernidade capitalista instaura, pelo menos desde o tempo de Baudelaire, no distante século XIX, e se aprofunda no século XX, é captada e registrada por vários cronistas. A visão é desencantada. Mas a realidade não o seria? Além do mais, os anos neste estudo abordados testemunham, mundialmente, uma incerteza e um espanto, uma insegurança própria dos períodos de crise e transição: algo aparentemente sólido esboroa-se (a *Belle Époque*, para uns; a crença na realidade, para outros; etc.),²²² e o que se anuncia, sendo desconhecido, é incômodo. Como lidar com a situação? Os artistas e os intelectuais da época não deixam de perceber, registrar e, ao seu modo, reagir a esse processo.

Assim, a “crise da poesia”, oposta à ascensão do cinema, do rádio e do jornal que passam a hegemonizar o espírito do público, é retratada por vezes com tristeza, outras vezes com ironia: “Que a arte não é uma coisa imutável, prova-o a indiferença da época”, afirma o articulista F. B., pensando de modo especial na figura do poeta:

²²¹ MEYER, Augusto. “Arte e autocrítica”. *Correio do Povo*, 03/09/1931, p. 3.

²²² Para essa questão, veja-se: BARRACLOUGH, Geoffrey. *Introdução à história contemporânea*. Tradução Álvaro Cabral. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976, especialmente pp. 221-29, nas quais o historiador se refere a “uma crise de padrões e valores que se generalizou pouco depois de 1900”, mencionando os vários movimentos artísticos daí surgidos e sublinhando, a seguir, que “o choque e a desilusão da guerra [trata-se da Primeira Guerra Mundial, bem entendido] abalaram toda a fé numa realidade significativa” (p. 228).

A escola moderna e a atitude tipicamente renovadora dos bardos, de Marinetti para cá, pretendendo dinamizar a pose literariamente piegas dos guedelhudos sonhadores do passado, nada mais fizeram do que criar um caso para eles mesmos, os renovadores. [...] se por um lado reergueram o ideal artístico, mataram, os modernistas, por outro lado, se não a poesia que enaltecera e ressurgiram, ao menos a figura do poeta.²²³

Poeta que, no passado, “era uma figura saliente no meio que o hostilizava”, enquanto, no presente, “é um cidadão igual a qualquer burguês”, e isto “na aparência e na vida”.²²⁴ Mudança esta assinalada noutros passos. Mas tomemos com precaução essas assertivas, posto que contemporâneas dos processos. Neste caso, o articulista toma como termo de comparação para seu raciocínio a figura do poeta romântico, boêmio e errante. De fato, o poeta moderno negará essa imagem para si. O que o articulista parece não tomar em consideração na análise é o fato de que a própria sociedade, que mudou, impôs mudanças.

José Lins do Rego, diante do mesmo fenômeno, se pergunta: “Estará em vias de desaparecer a tradição dos poetas malditos, mesmo depois da renovação romântica contemporânea iniciada pelo expressionismo alemão e sistematizada pelo super-realismo?” É o próprio romancista quem responde: “Já entrou para a vida corrente a profissão outrora mal vista dos poetas”.²²⁵ Para o escritor paraibano, essa mudança seria “favorável aos poetas”, uma vez que “ser poeta já não atrapalha a vida”. Para corroborar seu argumento, menciona os casos distintos dos poetas franceses Valéry e Claudel, como prova da possibilidade oferecida por essa “época prática”, que é a nossa, de conciliar poesia e vida social regular. Adiante, aponta um esgotamento que só se aprofundará no correr das décadas, lançando a arte e os artistas num encruzilhada da qual ainda não saíram, nem têm perspectivas de sair:

Os próprios poetas radicais do super-realismo, que levantaram o desafio de “Lautréamont envers et contre tous”, que quiseram substituir a

²²³ F. B. “Poetas do passado e do presente”. *Correio do Povo*, 06/03/1932, p. 3.

²²⁴ *Id.*, *ibid.*

²²⁵ REGO, José Lins do. “As vias fatais da poesia”. *Correio do Povo*, 16/12/1936, p. 5. Como vimos no capítulo anterior, Bilac, em 1904, já fizera a descrição e a defesa dessa nova situação do poeta na sociedade. Em suma, trata-se da profissionalização do artista, a exigir certos padrões de comportamento etc. Cf. BRITO, Mário da Silva. *História do modernismo brasileiro: antecedentes da Semana de Arte Moderna*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

“produção” poética pela “atividade” poética, e tentaram, faz alguns anos, coerentes, organizar o “escândalo pelo escândalo”, depois de algumas experiências, desanimaram, porque os burgueses deixaram de escandalizar-se, os acadêmicos de resistir e os críticos de arte vieram e os classificaram assim mesmo. Alguns deles já figuram mesmo em antologias. E os museus já os aceitam.²²⁶

Talvez exagerado, ou mesmo impróprio, no caso do surrealismo, o processo que aponta se agravará. O esgotamento do potencial crítico da arte moderna – potencial crítico que é/era justamente a sua maior característica –, conjugado à apropriação de suas propostas ousadas pelo design e pela moda e, enfim, pela cultura de massas, sobretudo via publicidade, diluindo seus conteúdos de combate e realçando aspectos de estilo e decoração é fenômeno inegável, já então em andamento. Cabe assinalar, contudo, que o amplo movimento de *retour à l'ordre* protagonizado por correntes e/ou artistas isolados desde o fim da Primeira Guerra – e que já se fazia notar muito antes, desde a virada do século – não é seguido integralmente e por todos.²²⁷ Aliás, a dialética do modernismo (tomado em seu sentido mais amplo e indefinido, englobando os movimentos de vanguarda) não é simples. Se Octavio Paz pôde definir a história da arte moderna com um aparente oxímoro – “tradição de la ruptura” –, enfatizando o quanto a ruptura, e não a continuidade, marcaria essa nova e estranha tradição inaugurada pela modernidade estética, desde o romantismo;²²⁸ Antoine Compagnon, entre outros, a partir da mesma constatação do esgotamento crítico da arte moderna (“O burguês não se deixa mais escandalizar. Ele já viu tudo. A *modernidade* tornou-se a seus olhos uma *tradição*.”), na esteira de Octavio Paz, falará em *tradição de negação*, revelando o quanto a busca do novo traz em si a idéia de decadência.²²⁹ No mesmo sentido, poderíamos pensar na lógica da produção de mercadorias da sociedade de

²²⁶ *Id.*, *ibid.*

²²⁷ Para o retorno pregado e praticado na França desde a virada do século: RAYMOND, Marcel. *De Baudelaire ao surrealismo*. Tradução Fúlvio M. L. Moretto e Guacira Marcondes Machado. São Paulo: Edusp, 1997, especialmente o capítulo 5 da Parte I, “Sob o signo de Minerva”, no qual afirma (p. 83): “Os primeiros anos do século são marcados por uma renovação do nacionalismo, na burguesia culta. Um instinto de conservação a atormenta. [...] Nos programas e nos manifestos das novas revistas definem-se os valores especificamente franceses, reclama-se a formação de uma literatura clássica. [...] Ao romanismo eclético dos anos 90 substitui-se pouco a pouco um tradicionalismo integral.”. Tradicionalismo que será questionado em seguida por um grupo de poetas em que se destaca Apollinaire, na esteira de Marinetti e o futurismo.

²²⁸ PAZ, Octavio. *Corriente alterna*. 16ª ed. México: Siglo Veintiuno Editores, 1986, pp. 19-20.

²²⁹ COMPAGNON, Antoine. *Os cinco paradoxos da modernidade*. Tradução Cleonice P. B. Mourão, Consuelo F. Santiago e Eunice D. Galéry. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, pp. 9-18. Grifos do autor. Veja-se também: SUBIRATS, Eduardo. *Da vanguarda ao pós-moderno*. São Paulo: Nobel, 1986.

consumo de massas. Enfim, seria necessário aqui discutir as muitas correntes dentro do amplo conceito de *arte moderna*. Afinal, toda a arte moderna tem/teve potencial crítico?

Mas, já vamos longe na questão, que não é nossa questão aqui.

1.2- A ARTE MODERNA

A arte moderna é, essencialmente, expressão de uma busca; por vezes, errante e autocrítica, exigente – exigência que beira e, por vezes, mergulha na insubordinação e na franca revolta. Bezerra de Freitas, depois de um rápido panorama das artes européias de então, diz que a “moderna geração literária da Europa vai se revelando cada vez mais revolucionária e exigente na esfera das artes plásticas”, traduzindo uma época de “colaboração estreita” entre estas e a literatura, podendo agora o pintor “ser simultaneamente poeta e escritor”, o que não teria ocorrido em outros momentos da história (o autor parece esquecer a Renascença e Leonardo, e Michelangelo, para ficarmos com os mais evidentes dos muitos exemplos que negariam sua afirmação). Critica Valéry e a “juventude de 1910”, com seus “modelos obscuros” e suas “categorias informes”, protótipos (segundo o articulista) negados pela arte moderna. E acrescenta um elemento que aparecerá igualmente noutros artigos: a apologia da França como síntese “do universo irreprimível e renovador”, de onde viria “ainda uma vez o apelo à novidade”.²³⁰ É Dante de Laytano, porém, quem mais explicitamente faz essa apologia da França. Veja-se como inicia seu ensaio “André Gide e o espírito moderno”: “A França é o mundo. O mundo das idéias. O espírito francês é a universalização da arte. A arte é a síntese do universo”. Para Laytano, o autor de *L’Immoraliste* e *Les Caves du Vatican*, com seu “imoralismo”, seria não apenas a expressão do, mas “o próprio espírito moderno”.²³¹ Espírito que, também para Bezerra de Freitas, estaria presente, acima de tudo, na literatura francesa da época, “espelho mágico do mundo”, onde se refletiriam não só “a força e a grandeza do pensamento moderno”, mas também “os silêncios tenebrosos e os rumos fecundos, o fervor e a irreverência dos séculos”, iluminando “as realidades e as fantasias da nossa alma”.²³²

²³⁰ FREITAS, Bezerra de. “Panorama espiritual da Europa”. *Correio do Povo*, 01/11/1931, p. 11.

²³¹ LAYTANO, Dante de. “André Gide e o espírito moderno”. *Correio do Povo*, 16/08/1931, p. 11.

²³² FREITAS, Bezerra de. “Diretrizes literárias da França”. *Correio do Povo*, 12/04/1935, p. 3.

Adiante (parte 2), veremos que essa apologia da França soa anacrônica no contexto, uma vez que o grosso dos discursos é de caráter nativista/nacionalista. Ao seu tempo, veremos do que se trata.

1.3- OS MOVIMENTOS DE VANGUARDA

O tratamento dispensado aos movimentos de vanguarda evidencia, ainda mais aguçado, o debate desenvolvido nas páginas dos jornais e das revistas da época. Com efeito, pode-se distinguir no período a existência, *grosso modo*, de duas concepções, duas orientações, duas maneiras distintas de ver a produção literária e artística.

De um lado, alinham-se os articulistas que, de uma forma ou de outra, mais ou menos amplamente, abrem-se às propostas modernas mais ousadas, procurando compreendê-las, explicá-las, louvá-las e, inclusive, assimilá-las. É o caso de Augusto Meyer que, a partir da vinda de Marinetti ao Brasil, propõe a discussão do futurismo e do seu aporte – necessário e salutar – à poesia moderna e brasileira. Para o gaúcho, o poeta italiano vem “agitar em nosso ambiente verde uma nova harmonia” necessária, uma vez que “parecíamos obrigados a um servilismo tedioso, com falso incenso e tabus clássicos”. Desse modo, “a influência do futurista não fará mal nenhum em nossa terra”, agitando o conformismo e “uma gatinha mole” a remoer-se e “a sonhar com um novo deus”. Contrariando aqueles que simplesmente se opõem às novidades, e não somente as propaladas pelo movimento futurista, sem no entanto apresentar argumentos razoáveis que não o seu gosto pessoal pelo passado e o estabelecido, comenta que o futurismo “nasceu, necessário, espontâneo, da consciência vital, da certeza humana de que há no homem a magia do esquecimento, a faculdade milagrosa de esquecer e olhar para o mais longínquo horizonte, à espera de formas ainda nunca sonhadas”. Assim como o movimento que anima e, de certa forma, encarna, também Marinetti “é uma voz necessária na sinfonia”.²³³

²³³ MEYER, Augusto. “O poeta rubro”. *Correio do Povo*, 06/05/1926, p. 3. Essa visita de Marinetti ao Brasil dará margem à polêmica. Sua repercussão é grande. Na revista *Máscara*, a vinda do futurista é anunciada nos seguintes termos: “O criador e propagandista da nova [sic] escola literária – o futurismo – cria um clima de ansiedade sobre sua vinda. De um lado, esperam os ‘espíritos sôfregos’, que desejam ouvir o autor italiano com suas palavras de combate; e, de outro, esperam os que são presos ao classicismo [sic], que procuram o contato para encontrar falhas e contingências nesta escola”. Isto depois de afirmar que a vinda do poeta seria

As noções de necessidade e de contribuição salutar, referidas aos movimentos de vanguarda, aparecem noutros textos. É o caso de “Vida e Cultura”, também de Augusto Meyer, no qual o articulista cita os movimentos cubista, futurista e dadaísta como expressão de uma revolta contra os “excessos cerebrais do século XIX”, ainda presentes, diz, na arte e na filosofia do século XX.²³⁴ Já em “Estesia e preconceito”, seu autor opõe, ao mundo da “convenção”, em que tudo “se resumia em regras e cabia em leis”, o mundo da “liberdade ao pensamento”; ao mundo em que “os homens entendiam que era preciso complicar a vida”, e de tal modo estavam acostumados “às aperturas em que viviam, comprimidos entre aqueles paredões, que lhes fazia mal o ar puro e dava-lhes tontura o espaço livre”, opõe o mundo inaugurado por uma geração que se revoltou e que buscava a liberdade, que “visava a simplicidade antiga, rompendo as muralhas que fechavam os horizontes”. Assim, vieram o jazz, Marinetti, Graça Aranha, “uma porção de gente e de coisas novas”. O articulista, com humor, opõe a dança alegre dos novos às barrigas imensas e conspícuas dos velhos: “Foi uma festa. [...]. Houve alegria. Houve verdade na expansão dos homens felizes que se haviam descomplicado. Que se fizeram homens. Sem histerismo nem chiquiliques literários a 830, com absinto e choradeira.”²³⁵

Interessante essa alusão à chamada geração decadentista do final do século XIX, opondo a nova geração àquela, pois evita que uma certa crítica se pronuncie de um ponto de vista estritamente moral e conservador, relacionando – como de fato acontece noutros textos – ambas as gerações, a fim de desmerecê-las, sobretudo à última. Podemos, de outra parte, ver um certo entusiasmo idealista, posto que exagerado, no artigo, mas não podemos deixar de reconhecer a beleza de algumas palavras, como estas:

Só os retardados ficaram com saudades. [...]. Mas a saudade já, no seu lirismo entorpecente, é uma barreira para a ação. E nada fizeram. Nem tiveram coragem de fazer. O homem novo venceu. Porque ele queria apenas sentir a vida e dizer o que sente sem comedir, sem medir, sem pesar. Atirou fora as linhas métricas, quebrou as balanças. Chegou a ele mesmo. A estesia venceu o preconceito.²³⁶

“de grande relevância na vida mental no país” (*Máscara*, nov. 1925, ano VIII, nº 10). Sobre essa visita de Marinetti ao país e o muito que gerou de polêmica, ver: FABRIS, Annateresa. *O futurismo paulista*. São Paulo: Perspectiva/Edusp, 1994, pp. 217 e segs.

²³⁴ MEYER, Augusto. “Vida e cultura”. *Correio do Povo*, 21/08/1927, p. 3.

²³⁵ S. G. [Sérgio de Gouvêa?] “Estesia e preconceito”. *Correio do Povo*, 29/05/1931, p. 3.

²³⁶ *Id.*, *ibid.*

Claro que o “homem novo” não havia vencido, nem a sensibilidade nova abatido o preconceito, fossem lá o que fossem o “homem novo” e a “sensibilidade nova”. Havia ainda um combate. E o combate se dava no domínio das artes e da literatura, mas não só. O movimento surrealista, por exemplo (nos permitimos extrapolar), evidenciará na sua história como as fronteiras entre a arte e a vida são tênues e, por vezes, ilusórias. Em todo caso, são fronteiras, mas fronteiras a romper. Essa noção de rompimento dos limites convencionados como tais é chave para se entender os movimentos artísticos e literários de vanguarda do século XX.

Buscando “depurar os processos poéticos, condenando as tendências didáticas, todo o lastro estranho que se identificou com ela”, o surrealismo, aos olhos de Augusto Meyer, adquire o seu valor:

A invenção de uma linguagem puramente poética, livre de qualquer caráter conceitual, movendo-se no plano do lirismo sem muletas prosaicas, a poesia recriada incessantemente pelo estado de graça poética, transfiguradora e transfigurada, conservando-se na pureza do seu elemento próprio, eis a conquista crítica do movimento, capaz de abrir novos horizontes ao Poeta, escravo até hoje de mil preconceitos de ordem sentimental, moral, social. E escravo da própria literatura.²³⁷

Pode-se perceber, nesse último texto, alguns dos elementos característicos dos movimentos de vanguarda, sintetizados na noção de que sua proposta, simultaneamente “transfiguradora e transfigurada”, é “capaz de abrir novos horizontes”.²³⁸

Conceitos e parâmetros constitutivos do texto de Carlos da Cunha, no qual – depois de mencionar seu primeiro contato com o cubismo, em 1930, no Rio, durante uma exposição com quadros de Lothe, Picasso e Metzinger –, muito apropriadamente, alerta: “antes de dizer que uma coisa é boa ou má, convém, às vezes, compreendê-la”. É o que tenta fazer ao longo do texto, reconhecendo que encontrara beleza no que vira, “apesar de estar feito fora dos moldes de arte” que aprendera na Academia. Em seguida, insiste em não se poder negar razão de ser ao cubismo, considerando-o “o acontecimento essencial da história da pintura” no começo do século XX, e concluindo, finalmente, que a arte

²³⁷ MEYER, Augusto. “Tendências”. *Correio do Povo*, 27/05/1931, p. 3.

²³⁸ *Id.*, *ibid.*

contemporânea “vem toda do cubismo”. Demonstrando conhecimento do assunto, citando textos de Picasso e outros, assim expressa as diretrizes do cubismo: “restauração da imaginação criadora, direitos absolutos da invenção, supressão das restrições e das regras da Escola, em proveito dum totalismo imaginativo”.²³⁹

Do outro lado do pêndulo crítico, temos no entanto aqueles articulistas contrários aos movimentos de vanguarda, negando que estes tenham contribuído ou estejam contribuindo positivamente para a poesia e a arte. Esses articulistas, em geral, negam a própria arte e a literatura moderna, aferrando-se a um passado espectral. A idéia de que se pode expressar coisas novas em velhas formas e a crítica acerba a todas as escolas que surgiram desde o romantismo animam a argumentação, por exemplo, de um Zeferino Brasil, poeta gaúcho e colaborador do *Correio do Povo*. Fazendo o elogio da “trindade augusta dos aedos brasileiros”, isto é, Bilac, Raimundo Correa e Alberto de Oliveira, Zeferino afirma a eternidade da poesia, criticando as escolas em geral e o futurismo (sobretudo na figura de Marinetti) em particular.²⁴⁰

A aversão que o futurismo – e/ou modernismo – gerou, em certos espíritos, é grande. A repercussão do movimento também. De tal modo que, vulgarizada, a expressão *futurista* passa a representar toda expressão nova considerada estranha ou ousada para os padrões tradicionais, seja em poesia, seja nas artes em geral. Mas não só. No texto “Futurismo”, depois de comentar a última moda feminina, qual seja, a de trazerem as mulheres as pernas descobertas, sem as usuais meias de seda, o articulista, incógnito, arremata:

Trata-se, desta feita, de uma arma muito mais poderosa que as inventadas anteriormente [pela moda]. É o “futurismo” das meias, – “futurismo”, por certo, mais belo e sedutor que o outro... Há, apenas, a ameaça de grave perigo: é que ele não vai, como aquele, virar a cachola vazia dos rapazelos vadios. É capaz de muito mais.

É capaz de virar a cabeça de muita gente boa.²⁴¹

²³⁹ CUNHA, Carlos. “Explicação do cubismo”. *Correio do Povo*, 14/06/1933, p. 3.

²⁴⁰ BRASIL, Zeferino. “A eternidade da poesia”. *Correio do Povo*, 03/03/1922, p. 3. Para uma análise da postura e da obra de Zeferino Brasil – e de outros tantos poetas sul-rio-grandenses –, veja-se: SCHÜLER, Donaldo. *A poesia no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

²⁴¹ Sem indicação de autor. “Futurismo”. *Correio do Povo*, 15/10/1925, p. 3.

A irreverência do articulista não disfarça sua aversão ao futurismo (modernismo?); antes, ao contrário, a denuncia. Mário da Silva Brito já havia alertado para o uso pejorativo e generalizado que se fez das palavras “futurismo” e “futurista”. Nas suas palavras:

São, antes, representantes das idéias aceitas que põem sob o denominador comum – futurismo – tudo quanto lhes pareça diferente, inusitado. Basta que o crítico – ou simplesmente o observador – depare com uma novidade, com algo um nada fora do comum, para que, logo, se ponha de sobreaviso e denuncie o fato estranho, colocando, assim, o artista à margem da corrente geral. E então é aplicada a etiqueta – futurista – que tem sentido pejorativo e significa, no mínimo, falta de equilíbrio; está ligada à idéia de loucura, de patológico. Tudo é futurismo e todos são futuristas. É necessário somente que o artista se afaste um milímetro dos padrões convencionais vigentes.²⁴²

Com efeito, essas palavras “são empregues caricaturalmente e inspiram quadrinhas, sátiras, sonetos humorísticos, zombarias de toda a sorte, enfim”. Diz ainda que tais palavras “são aplicadas a torto e a direito e a tudo quanto destilhe da normalidade”, sendo que os “espíritos conservadores delas se utilizam pejorativamente, procurando pôr em ridículo pessoas, coisas, atitudes e situações”.²⁴³

Já vimos um exemplo. Vamos a outro.

Na sua coluna diária, “Impressões”, João Henrique afirma que o futurismo, “como avassaladora onda, vai invadindo os domínios da justiça, da religião, da literatura”. O futurismo “jurídico”, diz, “é o despreendimento de regras processualísticas, a liberdade na interpretação e aplicação das leis”, o que, “corroendo os alicerces da equidade”, faria “tombar o edifício das instituições sociais”. Já o futurismo “teológico” tentaria “conciliar a vontade divina com a liberdade humana”, o que evidentemente não é nada recomendável. O “futurismo literário”, por fim, “rápido vento, talvez de insânia”, despregando-se de regras, “antepondo-se ao classicismo literário, despreza belos postulados que a experiência de vários sábios nos legou”. Tais postulados, para o articulista, fariam parte do “patrimônio da ciência” (sic). Patrimônio que esses “anarquistas da literatura”, para os quais “existe apenas

²⁴² BRITO, Mário da Silva. *História do modernismo brasileiro: antecedentes da Semana de Arte Moderna*. 3^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971, pp. 161-62.

²⁴³ *Id.*, *ibid.*, pp. 246-47.

destruição sem construção no mundo das letras”, estariam injustificadamente desprezando.²⁴⁴

Paulo Torres, por sua vez, comenta:

Apesar de coisa velha para os espíritos menos maliciosos, o futurismo ainda está na ordem do dia. Todas as extravagâncias, todas as esquisitices na esfera da literatura e da arte, com ou sem razão de ser, são logo, pela maioria, classificadas como manifestações futuristas. Um desenho mal feito, uma escultura deformada, um trecho musical sem harmonia, uma poesia crivada de reticências etc., no entender dos mais audaciosos ou dos de melhor boa fé, tudo isso é futurismo.²⁴⁵

O trecho sintetiza de modo claro a situação.

Outro articulista, Reinaldo Moura, retomará a discussão no texto “Futurismo... de ouvido”, onde, surpreso, indignado, critica as constantes “confusões e insensatezes” que se diz a propósito de Marinetti e do futurismo na imprensa brasileira. Anotemos, de passagem, certa confusão do articulista, que, mesmo citando o nome de Marinetti, parece tomar a vertente nacionalista de 1916 (veja-se o Capítulo II deste trabalho) como expressão fiel do futurismo, quando aquela não passou de uma versão amena do radicalismo original de Marinetti. Leia-se o trecho seguinte, misturando conceitos ambíguos e altamente criticáveis pela carga de idealismo e cientificismo acoplados (“energias peninsulares”, “mundo espiritual de uma raça”, “fatalidade biológica”):

O futurismo veio criar um ambiente, polarizando as energias peninsulares, galvanizando as tempestades mortas no mundo espiritual de uma raça. Para que de novo circulasse a vida pelo corpo maravilhoso da península, era preciso provocar a explosão das energias rebeldes. E a atitude de Marinetti devia ser demolidora como toda revolução que sempre exagera, obedecendo a uma fatalidade biológica, a sua ação iconoclasta.²⁴⁶

Notamos, ao longo do texto, o esforço do articulista para esclarecer os propósitos do movimento, bem como para empurrá-lo goela abaixo do público, sobretudo quando enuncia com segurança (e certa empáfia, convenhamos) a tese de que “o que Marinetti dizia hoje

²⁴⁴ HENRIQUE, João. “Impressões”. *Correio do Povo*, 19/07/1931, p. 3.

²⁴⁵ TORRES, Paulo. “Futurismo”. *Correio do Povo*, 02/03/1934, p. 3. Note-se que a formulação posterior de Mário da Silva Britto, acima mencionada, era percebida pelos contemporâneos, ou por alguns deles.

²⁴⁶ MOURA, Reinaldo. “Futurismo... de ouvido”. *Correio do Povo*, 28/08/1936, p. 3.

todo mundo aceita naturalmente”, o que era, à época (e ainda hoje) uma evidente simplificação (não esqueçamos o recurso às ciências naturais – a tal “fatalidade biológica” – para explicar um fenômeno social e artístico). O seu intuito, no entanto, parece ser o de limpar o terreno e encerrar a discussão: as propostas do futurismo, em termos de sensibilidade acima de tudo, seriam já coisa do passado, ou seja, conquistas irrevogáveis da literatura moderna.

Esse texto, de 1936, evidencia um combate vivo. Quatro anos antes, outro articulista, referindo-se ao contexto internacional, afirmava que os aportes da arte e da literatura modernas não haviam ainda conquistado terreno seguro. Tal fato se devia, para Bezerra de Freitas, à força do passado: “Em muitas inteligências latinas ou saxônicas, persiste, melancólico e teimoso, o espectro do passado”.²⁴⁷ O mesmo articulista volta ao tema alguns dias depois, discorrendo sobre as resistências que opõe certa crítica acadêmica às audaciosas propostas modernistas. Diz Bezerra de Freitas:

É um espetáculo melancólico [...]. *O momento é ainda indeciso para a literatura modernista*, onde se acentuam vozes de todas as procedências, desejosas de vencer o resto de tristeza que o passado nos deixou como vestígio de nossa irremediável angústia lírica.²⁴⁸

2. A IMPRENSA PORTO-ALEGRENSE E A QUESTÃO NACIONAL

2.1- FUTURISMO E CARTA DE ABC

Em 1925, numa série de quatro crônicas cujo intuito, nas palavras do articulista, é o de “reivindicar para José Joaquim de Campos Leão Qorpo Santo as honras de pioneiro” do futurismo, que ele teria iniciado “há cinqüenta anos atrás nesta leal e valorosa cidade de Porto Alegre”, e cujos poemas seriam mais emotivos e interessantes que os poemas dos “novos”, o articulista ataca uma suposta falta de reflexão de muita gente, como Guilherme de Almeida e Oswald de Andrade, cujos poemas de *Pau-Brasil* são criticados:

²⁴⁷ FREITAS, Bezerra de. “A sabedoria moderna”. *Correio do Povo*, 04/02/1932, p. 3.

²⁴⁸ FREITAS, Bezerra de. “A reação antimodernista”. *Correio do Povo*, 14/02/1932, p. 11. Grifos nossos.

Tudo isso é muito bonito, não há dúvida... Mas, não é com isso que se descobre o Brasil. Os trinta milhões de que fala o poeta, “de músculos guindastes de aço”, estão reduzidos a uma grande porção, a uma terça parte, talvez, de opilados, de aleijados e tarados, sem a menor luz de instrução, atirados ao completo abandono do nosso vasto “hinterland”, sofrendo as maiores injúrias da vida.

*Um país que possui 75% de analfabetos, ainda não pode nem mesmo à força de “futurismo”, descobrir-se a si mesmo de um momento para outro através das “revelações da poesia moderna”.*²⁴⁹

O articulista é muito claro. Além de considerações de ordem estética, o que aí importa são considerações de ordem mais ampla: o conhecimento do Brasil. Para o autor das crônicas, a proposta modernista não dá conta da realidade complexa, problemática, angustiante do país e de suas populações. O futurismo – com ou sem aspas – estaria, aqui, deslocado. É o mínimo que se pode dizer.

Na última das suas crônicas sobre Qorpo Santo e os novos, Passadista insiste nos mesmos termos:

*Como “blague” o nosso atual “futurismo” ainda passa. Agora, como escola, como brasilidade, como idéia nova, isso é que não, pela simples razão de que o Brasil maravilha, o Brasil do asfalto e do arranha-céu está precisando apenas de saneamento físico, saneamento moral e carta de A.B.C.*²⁵⁰

Aprofunda-se a crítica: o Brasil moderno não existe; ou, se existe, recobre fragilmente camadas mais espessas, bem mais espessas, de Brasil arcaico. A *brasilidade* desse “futurismo”, portanto, não nos serve de escola. De outra escola necessitam os brasileiros, uma escola básica, que pavimente o “Brasil maravilha”.

2.2- APOLOGÉTICA

O evento detonador da revisão empreendida por Passadista foi a presença de Guilherme de Almeida na cidade. Com o propósito de divulgação das propostas modernistas, o poeta realizou uma série de conferências, sob o título genérico de “A

²⁴⁹ PASSADISTA. “O Futurismo (Qorpo Santo e os novos – III)”. *Diário de Notícias*, 20/09/1925, p. 3. Grifos nossos.

²⁵⁰ PASSADISTA. “O Futurismo (Qorpo Santo e os novos – IV)”. *Diário de Notícias*, 22/09/1925, p. 3.

revelação do Brasil pela poesia moderna”. E concedeu entrevista. O entrevistador assim preludia as palavras do poeta, “um dos maiores apóstolos da *cruzada nacionalista*, cuja bandeira foi levantada por ocasião do último movimento literário aparecido na Paulicéia”:

Vivíamos de reflexos, como é do conhecimento de todos, escritores ou não. Nossas escolas literárias eram reflexos, e nada mais: [...] a mania de introduzir nas nossas letras a influência dissolvente das renovações européias. Não há quem não saiba que a nossa literatura, desde os seus pródromos, vem sendo o produto do decalque, pois o decalque [...] é o resultado inelutável e direto dessa mania de importação, em assunto de letras ou de artes.²⁵¹

Como se “o último movimento literário aparecido na Paulicéia” não tivesse surgido também dessa “mania de importação”... O articulista não problematiza: sendo mania, é registrada na coluna dos prejuízos, algo a evitar. O processo, bem mais complexo – passando pelo lugar do país na divisão internacional do trabalho e o que isso implica em termos sociais e culturais, como adiante (parte 3) discutiremos – não recebe maior atenção (até mesmo porque seu interlocutor não parece propiciar, como veremos, espaço para maiores reflexões). A explicação, de viés psicologizante, nada explica: o decalque (a cópia) é resultado da mania de importação (da cópia). Estranha lógica, em que consequência e causa se igualam ou se anulam: claro, da mania de copiar só pode mesmo surgir a cópia. Mas, e a mania, de onde vem? Esta é que precisaria ser estudada. Por enquanto, sigamos na trilha desse discurso.

À pergunta do articulista – “O que pensa do espírito de modernidade na literatura brasileira?” –, Guilherme de Almeida responde com uma fatuidade confusa e generalizante:

Já pensei. Agora sinto: “nihil in sensu quod non prius in intellectu”... Sinto. Sinto com uma alegria louca que *agora, literariamente, começamos a existir*. Em todas as literaturas de hoje o espírito de modernidade parece que vem criando em cada escritor um basbaque diante da máquina – símbolo da civilização – só da máquina. [...]. *Temos máquinas e maquinistas como todo o mundo, temos civilização*. No entanto, o espírito dos nossos homens de inteligência está fugindo, graças a Deus, a esse unilateralismo europeu.

²⁵¹ CALLAGE, Fernando. “O espírito de modernidade da literatura brasileira”. *Diário de Notícias*, 23/06/1925, p. 5. Grifos nossos.

Uma vez que vivíamos de reflexo, quer dizer, de imitação do que lá fora se fazia de novidade, não existíamos literariamente. Agora, passamos a existir, pois rompemos com a cópia e passamos a ser. Ora, temos civilização, como a Europa a tem. Por que não haveríamos de ter também nossa literatura, com perfil próprio? Pois, agora, a temos.

Atente-se, a seguir, no modo como se refere à relação dos modernistas com a máquina:

Percebemos que um aviador é muito mais belo que um argonauta, sem compararmos o avião com a galera? Para quê? A máquina vem sendo, para as nossas especulações, um simples encontro agradável no meio do caminho: cumprimentamo-la com um sorriso bom e de gente educada, falamos dela com gratidão, mas acidentalmente – e basta. Não somos “arrivistes”.

A gratuidade de algumas afirmações é impressionante:

O que nos está interessando, o que nos está impressionando, o que nos está inspirando, o que nos está entusiasmando – somos nós mesmos: *é esta terra verde e boa, é este sangue moço e sadio, é esta vida fácil e gostosa – o Brasil, o Brasil, o Brasil*. Sinto isso intensamente em todos os bons espíritos com os quais convivo. [...]. *Ser brasileiro é o “leitmotiv” do momento*. Todos estão gostando de Gonçalves Dias, porque é o nosso poeta. Isso é lindo, isso é admirável.

Afinal, de que vida “fácil e gostosa” está falando o poeta? No Brasil de 1925? Para quem a vida era então “fácil e gostosa”? Quem seriam os tais “bons espíritos” de vida “fácil e gostosa” com os quais convive? Todos eles gostando de Gonçalves Dias? O que significa, afinal, “ser brasileiro”?

Guilherme de Almeida, como Mário de Andrade e Raul Bopp (como vimos no capítulo anterior), insiste em que o movimento se fez sozinho, porque era necessário:

foi uma idéia espontânea que brotou insensivelmente, sem pregões, nem manifestos, nem chefes, nem nada [sic]. A Semana veio por si mesma [sic],

porque veio, porque devia vir; ou antes, não veio: já estava realizada no fundo de todos nós [sic].²⁵²

Sabendo-se que alguns dos participantes da Semana de 22, desde 1917, desenvolveram intensa atividade nas páginas dos jornais em prol da arte moderna (embora fosse imprecisa e algo flutuante a noção), contra os críticos retrógrados; sabendo-se que Graça Aranha, antes dos moços paulistas, tinha a idéia de organizar uma semana de arte moderna, e é com tal intenção que os procura; sabendo-se que a Semana foi muito bem organizada, recebendo financiamento de algumas das famílias mais tradicionais de São Paulo, ligadas à produção do café; sabendo-se, por fim, que o próprio Guilherme de Almeida, entre outros, antes da realização da Semana – portanto, antes da configuração definitiva de um grupo vanguardista –, publica textos de filiação parnasiano-simbolista, a falsificação histórica contida em suas palavras torna-se clara. Bastaria inverter os termos de suas proposições para darmos com a verdade.

Verdade que nos parece igualmente ofuscada em crônica de Cassiano Ricardo, publicada no mesmo jornal, meses depois. Partindo das conferências de Guilherme de Almeida, Cassiano introduz um pequeno mas significativo desvio no discurso; desvio nada inofensivo, nem gratuito, a considerar a futura participação de Cassiano Ricardo nas hostes integralistas: já não fala genericamente em Brasil, mas em “pátria”. O poeta não é contra a novidade, contra a vida contemporânea (o que seria estranho num poeta modernista, convenhamos); só acha por bem ser, acima de tudo, “de nossa pátria”:

Se a natureza, que nos cerca, é uma *natureza privilegiada*, e se os assomos vertiginosos do século nos encontram em situação igualmente privilegiada, porque nos encontram vivendo, dentro do *nosso destino*, sem a muralha dos preconceitos tradicionais e estratificados, é força afirmar que, para nós, nada mais claro, nem mais conseqüente, do que uma nova concepção da beleza, tão nova como *os anseios primaveris desta pátria nascente*.

Natureza privilegiada, pátria nascente. O discurso de Cassiano Ricardo reedita aquele dos românticos brasileiros e latino-americanos (cf. Capítulo II). É realmente impressionante o

²⁵² Citado por CALLAGE, Fernando. “O espírito de modernidade da literatura brasileira”. *Diário de Notícias*, 23/06/1925, p. 5. Grifos nossos.

quanto estavam impregnados os modernistas – uns mais, outros menos, é verdade – do espírito tradicional: romântico, no sistema de metáforas e no sentimento; nacionalista, no pensamento político. Mas o que mais nos surpreende nesses dois últimos textos (Cassiano e Guilherme de Almeida) é a distorção histórica. Seria esta fruto da ingenuidade, devida ao entusiasmo da novidade de serem protagonistas de um movimento? Seria função da posição de classe de ambos? Estratégia de divulgação e promoção? Seja como for, soa, no mínimo, estranho ouvir/ler que no Brasil de 1925 não havia – diversamente da Europa, por certo – “a muralha dos preconceitos tradicionais e estratificados”, como afirma Cassiano Ricardo. Coisas do nosso destino...

Leiamos mais um trecho de sua crônica:

Ora, se não há comunhão que aproxime e unifique mais que a do sentimento; se o “espírito dos povos, soberanos pela inteligência e pela sensibilidade, é um traço fisionômico que nem os cataclismos e revoluções dos homens conseguirão apagar”; se na força do sentimento, mais do que nas idéias, é que reside a vitalidade coletiva; não há como recusar à obra de arte esta missão sagrada: a de ser o maior fator de unificação pelo sentimento de pátria.

A imprecisão conceitual, aliada a um idealismo ultra-retrógrado (“espírito dos povos”), resulta numa concepção estreita do papel da arte: mero agregador de consciências adormecidas pelo sentimento de pertença a uma vaga noção de pátria.

O que nos remete ao estudo de Montserrat Guibernau, quando esta trata das relações entre fascismo e ritual. Diz ela:

A emergente religião secular do fascismo apelava aos sentimentos do povo que, proferindo o mesmo grito, marchando e cantando os mesmos hinos, sentia sua identidade diluir-se na do grupo. Pertencer à mesma nação apagava todas as outras fontes de identificação. A participação emocional na nação miticamente construída estava acima de tudo o mais e tinha o poder de exigir o supremo sacrifício: a disposição de consagrar a vida aos ideais comuns transmitidos pelo chefe, que encarnava não apenas o partido, mas a nação inteira.

Descrição que nos parece inteiramente adequada ao período Vargas, sobretudo a partir da instauração do Estado Novo. Descrição, contudo, que nos parece dar conta de algo que está em germe no discurso de Cassiano Ricardo. Vejamos melhor, ainda nas palavras de Guibernau:

Mussolini conhecia a obra de Pareto e a *Psicologia das multidões*, de Le Bon. Esses dois pensadores criticavam o desprezo marxista pelos motivos “paralógicos” e “sentimentais” que afetam o comportamento coletivo. Em 1903, Mussolini acentuou que “os sentimentos são os motivos dinâmicos dos atos humanos”, chamando a atenção para o “sentimento de solidariedade” como fundamental para levar os homens à guerra.²⁵³

Para Cassiano Ricardo, “a redenção do espírito brasileiro [sic] se tornou realidade”:

o coroamento sensacional da cruzada [sic] não foi apenas a vitória dos propósitos modernistas, senão também, e com maiores motivos de orgulho para nós todos, a afirmação prodigiosa, integral, definitiva, da nossa soberania de espírito e sentimento.

Que os brasileiros tenham, a partir da vitória (?) do modernismo (afirmada em 1925, embora questionada, como vimos, ainda em 1936), conquistado prodigiosa, integral e definitivamente sua *soberania de espírito e sentimento*, muito duvidamos. Afinal, o que seria essa soberania? Teria sido o modernismo, de fato, “a alvorada da nossa emancipação mental”, como afirma em seguida, no mesmo texto? Teríamos realmente adquirido “fisionomia própria”, começado “a existir”?²⁵⁴

2.3- O DEBATE

2.3.1- Nos tempos do modernismo

Augusto Meyer responde positivamente. E, antecipando o diagnóstico de Sérgio Buarque de Holanda (em *Raízes do Brasil*), afirma: “Vivíamos um grande sonho,

²⁵³ GUIBERNAU, Montserrat. *Nacionalismos: o Estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Tradução Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p. 106.

²⁵⁴ RICARDO, Cassiano. “Guilherme de Almeida (Revelação do Brasil pela poesia moderna)”. *Diário de Notícias*, 18/09/1925, p. 3. Grifos nossos.

estrangeiros, em nossa terra”. Fechando com o lugar-comum: “Agora é o despertar”. Lugar-comum que não esquece da terra: “Infância nas almas e, sobretudo, a alegria de amar a terra, como se a houvéssemos descoberto nós mesmos, hoje, agora...”.²⁵⁵

... Como se tudo se reduzisse a “amar a terra”. E a falar “brasileiro”. “Mas a nossa realidade o que poderia ser, senão *criar o brasileiro*, que estava morto, e sabia falar todas as línguas, menos o ‘brasileiro’?”²⁵⁶ Trata-se, é evidente, de uma metáfora, com significado maior, portanto, do que a mera consideração da língua nacional. Augusto Meyer alude à tão criticada mania dos intelectuais brasileiros, cômicos da última moda européia, mas alheios à realidade do seu país.

Bezerra de Freitas, por sua vez, parece inclinado a uma resposta negativa à mesma questão: “A *alma brasileira* ainda não resolveu o seu secular conflito com o meio físico. *Em vez de ser um reflexo da natureza, ela é a continuadora do gênio europeu na América*”. Seu diagnóstico não é diferente de tantos outros seus contemporâneos. Acrescenta, contudo, a sua caracterização do brasileiro: “Nesse estado de magia se tem conservado o homem brasileiro, sonhador, volúvel, generoso, exaltado, tocado do ‘sutil veneno da dúvida’, apologista da liberdade e da renovação espiritual pelo milagre”. Para, enfim, se perguntar: “Por que havemos de perpetuar, de manter indefinidamente *essa desordem mental e emocional?*” E se a Europa se debate “nos movimentos descoordenados de todas as angústias”, melhor seria que voltássemos as costas à ela (como propunham os modernistas de São Paulo): “Façamos, pois, coisa nossa. Abandonemos essa cultura em crise, passadista, triste, sinal de decadência, e sejamos a imagem da nossa sensibilidade estética”. Só não esclarece o que seria essa sensibilidade estética específica dos brasileiros, nem nos convence de sua existência. Antes, na segunda parte da crônica (“Arte Nova”), tece considerações sobre uma suposta renovação dos valores na Europa (apesar do que antes dissera), empresa paralela à do fascismo, pois se este “nasceu da lógica”, a nova arte teria vindo “do sonho demolidor e construtor que perturbou os povos europeus”. Mas de que arte se trata? Segundo o articulista, essa arte nova “é o poema da independência, o canto da aspiração e do entusiasmo”, uma vez que a Itália teria compreendido “o perigo da unificação forçada dos espíritos”, demarcando “as fronteiras do fascismo” e tomando-o

²⁵⁵ MEYER, Augusto. “Prisma verde (Para os ‘novos’ gaúchos)”. *Diário de Notícias*, 20/09/1925, p. 3.

²⁵⁶ *Id.*, *ibid.* Grifos nossos.

(quer dizer, sem romper com o fascismo) como “simples disciplina formal em transição do individualismo para a felicidade [sic] expansiva e qualitativa” (ou seja, reconhecendo a necessidade, ou pelo menos os méritos, do fascismo). Assim teria nascido a “doutrina do ‘atualismo’, menos imperialista que o futurismo, mais segura do seu destino e da energia criadora do homem”.²⁵⁷ (Lembremos que, dez anos depois, como vimos na parte 1.2 deste capítulo, Bezerra de Freitas não hesitará em fazer a apologia da França.)

A oposição que acima parece ser instaurada, entre os italianos que teriam visto claro o seu destino, demarcando as fronteiras e tomando as rédeas ao carro do sol – via fascismo?! – e, de outra parte, os brasileiros que parecem ainda incertos, inseguros, não ousando tomar o rumo que lhes cabe nos destinos da humanidade, parece ser seguida por Jarbas de Carvalho na sua crônica sobre o teatro, ou melhor, sobre a ausência de um teatro próprio no Brasil:

Se o teatro é um expoente de civilização, não sei por que o Brasil se obstina em não ter um teatro seu... Porque no teatro não aparecem apenas as inclinações naturais do povo, os seus estigmas ancestrais, as taras impossíveis de iludir – toda as suas eivas, enfim. No teatro surgem os pendores artísticos, as resistências virtuosas, as linhas centrais – os elementos psicológicos, enfim.

Terá o Brasil, por isso, receio de revelar-se a si mesmo, através sua fugidia, incerta, difusa literatura teatral?²⁵⁸

Depois de afirmar que o teatro “revela o caráter”, passa a considerações sobre os teatros inglês, francês e russo, retornando à cena brasileira: “O que nos falta, a nós, brasileiros, é a coragem de sermos como nossa alma exige que sejamos”. Mas, perguntamos, o que seria essa “nossa alma”, e como exige ela que sejamos? O autor não parece disposto a responder, insistindo em generalizações. Se falta ambiente, é preciso criá-lo. Como? Ora, criar esse ambiente propício ao teatro nacional “é insistir em fazer a obra de arte com os nossos elementos, isto é, com o que está naturalmente no fundo do nosso espírito”. E se não sabe, ou não diz, o que seria essa essência, sabe, no entanto, o que não quer:

²⁵⁷ FREITAS, Bezerra de. “Passadismo e Futurismo...”. *Diário de Notícias*, 09/08/1925, p. 3. Grifos nossos.

²⁵⁸ CARVALHO, Jarbas de. “Algumas idéias sobre o teatro”. *Diário de Notícias*, 16/04/1933, p. 8.

Não tomem estas minhas palavras, porém, por solicitação à que se faça uma literatura teatral restrita, enfezada, pueril, com caboclas amorosas, pretos velhos, índios valentões, casinhas de sapê à beira de um rio poético. Isto seria uma preocupação ridícula.

Parece que, ao contrário de contemporâneos seus, o articulista não reivindica a *cor local*; machadianamente, pugna por um “certo sentimento íntimo”,²⁵⁹ aliás, difícil de definir. Talvez por isso insista em generalidades: “Faça-se arte teatral sincera”. Para a conclusão com chave-de-ouro: “Façam teatro sem o desejo preocupado de imitar o aticismo francês, o ceticismo inglês, o trágico russo. Porque, *dentro dos moldes novos, como das velhas matrizes clássicas – lá estará, fatalmente, a alma brasileira*”.²⁶⁰

A “alma brasileira” aparece tematizada em conferência do pintor Angelo Guido, na qual apresenta a sua leitura do modernismo. Parte do texto dessa conferência aparece transcrito no *Diário de Notícias*. Para Angelo Guido,

No campo literário como no das artes plásticas fomos sempre um reflexo de escolas estrangeiras, adotando-as como novidades quando nos meios em que nasceram já estavam em decadência.

Isto aconteceu com o romantismo, com o parnasianismo, com o simbolismo e agora se verifica com o modernismo, que aparece entre nós no momento em que na França e na Itália se está tentando uma reação neoclássica.

A corrente modernista de S. Paulo, embora queira assumir o caráter de um movimento nacionalista, é, nos processos técnicos e na essência, um reflexo das escolas vanguardistas de além-mar.²⁶¹

A descrição, convenhamos, não traz qualquer novidade a tudo que outros tantos (como vimos) já disseram. A novidade está na tentativa de desmentir o suposto aspecto nacional(ista) do modernismo brasileiro (embora com argumentos distintos de Passadista; veja-se a parte 2.1 deste mesmo capítulo), denunciando-o como mais uma das tantas cópias locais de movimentos europeus – em decadência. Acompanhemos ainda sua crítica:

²⁵⁹ ASSIS, Machado de. “Instinto de nacionalidade”. In: *Crítica literária*. São Paulo: Editora Mérito, 1961, p. 135.

²⁶⁰ *Id.*, *ibid.* Grifos nossos.

²⁶¹ GUIDO, Angelo. “Arte moderna”. *Diário de Notícias*, 19/10/1925, pp. 3 e 6.

Não possui esse modernismo, nos seus processos de criação, uma diretriz própria, brasileira ou internacional. É uma mistura de cubismo, dadaísmo, futurismo, ultraísmo e expressionismo, faltando, porém, a essa salada de “ismos”, precisamente a parte espiritual que constitui o fundo das reformas estéticas estrangeiras.

Só trouxemos para o Brasil a casca dessas expressões estéticas novas e nos falta a cultura necessária e o necessário senso crítico para distinguirmos uma de outra corrente e o que há de essencial e de formal nessas renovações.

Seu juízo não deixa margem à dúvida: “A literatura brasileira moderna carece de profundidade: é só casca”. Os processos dessa literatura são falsos:

É preciso que se diga, a essa mocidade exaltada, que não é dando o nome de poesia “Pau-Brasil” a umas tolices incompreensíveis, onde há imitações medíocres de processos mal compreendidos e onde as “trigonometrias brancas” andam de mistura com “laranjas da china”, batatas assadas, busca-pés e coqueiros sem sabiás de Gonçalves Dias que se forma o espírito brasileiro.

Todas estas coisas nada dizem da nossa alma, do nosso ambiente e dos nossos ritmos e sim muito do nosso espírito de imitação e do nosso apego às coisas fúteis.

Há uma estranha e não explicada oposição, no seu argumento, entre *nossa alma* e *nosso espírito*. Se, de um lado, as realizações dos modernistas nada dizem *da nossa alma* etc., mas dizem *do nosso espírito* etc., algo parece manco. Das duas, uma: ou Ângelo Guido insiste na antinomia entre alma e espírito (embora mencione, em seguida, o apego, que é da ordem dos sentidos, do corpo, mas bem poderia ser pensado a partir da instância da alma), pra lá de anacrônica, ultrapassada já em seu tempo; ou o autor não percebe a sua própria incoerência, a denunciar *nossa prática imitadora e fútil* contra *nossa... essência imitadora e fútil*.

Seu ponto de partida, idealista, nacionalista-romântico, o trai. Daí seu parecer sobre os artistas, poetas e escritores modernistas que – “salvo dois ou três” –, talentosos, carecem de qualquer “traço profundo de brasilidade”. Mário de Andrade, “crítico arguto e brilhante”, parece-lhe (“num misto de cubismo e dadaísmo”) “detestável como poeta”. Oswald de Andrade, “uma negação da poesia, é, sem dúvida, um romancista interessante, nada mais do que interessante, e que se serve de processos impressionistas para explorar

um realismo banal”. Graça Aranha, Mennotti, Ronald de Carvalho, Brecheret tampouco escapam. Afinal, pergunta-se: “Onde está a brasilidade desse movimento?”. Somente Villa-Lobos teria apresentado “coisas modernas e realmente brasileiras”.²⁶²

Ficamos sem saber, contudo, o que seria essa tal *brasilidade* tão reivindicada.

Angelo Guido, no entanto, tem lá suas simpatias pelo modernismo, quando o encara “como ânsia de brasilidade e intenção libertadora”. Constata, porém, não ter havido ainda “nem brasilidade nem libertação”, embora existam “os pontos de partida de uma nova orientação literária no Brasil”: a “Estética da Vida”, de Graça Aranha, e a Semana de Arte Moderna. Em que sentido?

Vivíamos decalcando obras francesas e adorando fósseis portugueses. Andávamos a dar satisfações ao Padre Antonio Vieira, Herculano, Castilho e outros clássicos enjoados, impressionados com gramáticos, filólogos e críticos imbecis, e empanturrados de velharias e... de repente, soltamos uma gargalhada saudável e irreverente.

O motivo do riso, da gargalhada, da alegria dos jovens, em oposição à seriedade, à sisudez, à tristeza dos velhos, será recorrente ao longo desses anos de 1920 e 1930 nos periódicos. Esse motivo é, para alguns, justificativa suficiente, embora não exclusiva, para a empreitada modernista, que teria desta forma rompido com a tristeza endêmica do brasileiro, romântico por natureza. Para Angelo Guido, que antecipa Paulo Prado na sua radiografia da “alma brasileira”, “viemos [os brasileiros] da melancolia de três raças tristes”, embora a “vaia tremenda no passado e na tradição” que representou a Semana de Arte Moderna tenha conduzido à descoberta de que também “somos moços, alegres, brincalhões”: “E o que a nossa arte precisava era de mocidade; de uma mocidade capaz de escandalizar com a sua irreverência os tardos mastodontes da crítica nacional”. Contudo, é preciso ir além do riso: “Rimos: agora vamos construir”. E o caminho para a construção passa por “olhar para a vida e para a arte mais profundamente”, porque “há muito

²⁶² Parecer, ao que consta, unânime à época, segundo Sevcenko: “Villa-Lobos foi o primeiro a fixar o índice musical de um novo conceito de ‘brasilidade’”. Por quê? Porque teria correspondido a um “anseio de uma sólida síntese entre os elementos históricos, populares, modernos e nacionais”. Maior salada, impossível! Veja-se: SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, pp. 275-77.

estrangeirismo em nossa arte, muita banalidade”. A arte moderna “viu apenas o lado exterior e material desta época de assombrosos empreendimentos”, sendo tão-somente uma “revolução da forma”, e o que desejaria é que fosse uma “expressão mais alta, mais pura, mais profunda do nosso espírito”.²⁶³

Quanto à banalidade, não há o que discutir. Agora, no que toca ao muito de estrangeirismo, seria um problema para o autor se nos puséssemos a questioná-lo. Afinal, como selecionaria o que é e o que não é brasileiro, quer dizer, autêntico, em *nossa arte*? É possível algo assim como uma arte pura, sem componentes alheios, ainda mais numa sociedade complexa, em contexto de capitalismo mundial? E, perguntemos logo: a arte autenticamente brasileira seria qual? a romântica? a colonial, de origem portuguesa? alguma outra, inteiramente inédita, nova, por vir?

Enfim, esse *espírito* próprio ao brasileiro – existiria? Voltaremos a essas questões na parte 3. Mas antes, consultemos outro cronista, Luiz Annibal Falcão, que adiante leremos. Ora, diz: “Uma cultura nacional não passaria de um fragmento de cultura”.²⁶⁴

A oposição entre a juventude e a velhice, entre a virgindade e a decadência – entre o passado e o presente, projetando-se, este, para o futuro, um futuro grandioso –, aparece em outra crônica, esta sobre a chegada de Blaise Cendrars ao Rio de Janeiro. A. C., comentando palavras do poeta suíço, que teria feito “o panegírico da América nova, novo mercado de valores e imagens para a obra de renovação estética universal”, conclui desse hino às terras da América que a cultura européia já dera “quanto tinha de dar”: “Começou a fatigar a imaginação e a perturbar as inteligências. A imaginação sentiu a falta da matéria-prima para as suas criações reveladoras”. Aqui, ao contrário, “exubera a matéria-prima que escasseou na Europa”. Aqui, neste “mundo em flor”, encontrariam os poetas do Velho Mundo “o filão de uma sensibilidade toda virgem”.²⁶⁵

Quando da organização, em Curitiba, de uma “liga de reação contra o movimento modernista”, o mesmo articulista acentuará sua adesão às propostas do modernismo, pois que, segundo pensa, “as diretrizes chamadas modernistas que se desenham nas letras nacionais respondem a uma necessidade orgânica de renovação”. Isto porque as literaturas “são o espelho ambiente da evolução humana”, não se compreendendo pois qualquer

²⁶³ *Id.*, *ibid.* Grifos nossos.

²⁶⁴ FALCÃO, Luiz Annibal. “Falso nacionalismo”. *Correio do Povo*, 02/12/1933, p. 3.

²⁶⁵ A. C. “Blaise Cendrars”. *Diário de Notícias*, 06/10/1927, p. 5.

imobilidade, nem a ausência de movimentos renovadores. O modernismo seria, desta forma, “um esforço para criar, contra a mentalidade sem ambiente físico e racial [sic] que vinha dominando os nossos focos de cultura e inteligência”. Deve-se pois “admirar esse esforço de epopéia da beleza, para *reproduzir a alma de uma terra bárbara*”. Quanto à reação curitibana, trata-se apenas de uma revolta inútil.²⁶⁶

Falar da *alma de uma terra bárbara* a propósito do Brasil de 1928 é, no mínimo, ingenuidade histórica. A não ser que propusesse cantar o gênio da floresta, aquele dos rios amazônicos ou das matas e banhados de Mato-Grosso... Raul Bopp, aliás, faria algo assim com o seu *Cobra Norato*. Mas isso era tudo?

A resposta é óbvia. E mais: pensamos que a leitura que aí se faz constituiu-se numa redução da proposta oswaldiana, que, com os seus problemas, incoerências e inconsistências, propunha ao menos dar conta da realidade complexa do Brasil, amarrando o arcaico ao moderno, a floresta e a escola (cf. Capítulo II).

Reflexões sobre arte e literatura, como se vê, passam no geral ao largo da realidade cultural e social mais ampla, evitando as reais contradições engendradas pelo capitalismo e pelo tipo de sociedade – burguesa – aqui constituída. A crítica ao *espírito de imitação* etc. é abstrata e, no limite, impotente, quando não vazia.

Ruy Cirne Lima, aparentemente, escapa a essa regra. Em seu texto, o poeta sul-riograndense, que aderira aos preceitos modernistas, intenta uma reflexão de conjunto da literatura brasileira sua contemporânea, ou melhor, da literatura brasileira na sua expressão modernista, especialmente a sul-riograndense.

Começa por constatar uma certa desorientação da nova literatura brasileira, incerta entre “um distante horizonte universalista” e a “fechada estreiteza do regionalismo”. Menciona, em seguida, o “problema sociológico” do Brasil e suas “conseqüências de ordem estética”:

Afastado já – quem sabe se só agora – o prognóstico pessimista de Buckle, ainda não conseguimos, no entanto, determinar o nosso campo estético, à revelia dos marcos de cultura estrangeira – limitação arbitrária e falsa por se aplicar a valores diversos dos que a formaram.²⁶⁷

²⁶⁶ A. C. “Movimentos renovadores”. *Diário de Notícias*, 19/02/1928, p. 5. Grifos nossos.

²⁶⁷ LIMA, Ruy Cirne. “Pelo Rio Grande”. *Diário de Notícias*, 06/05/1928, p. 10.

Tentemos compreender o que aí se afirma. O problema sociológico do Brasil seria a possibilidade ou não de uma civilização nos trópicos. Para o historiador inglês Henry Thomas Buckle, a impossibilidade era evidente. E o seu naturalismo determinista foi acatado por intelectuais brasileiros (Araripe Jr., Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha). Mas o que dizia, afinal, Buckle? Recorramos a Roberto Ventura:

Buckle considerava a história um campo análogo às ciências naturais, que deveria examinar as leis pelas quais o meio físico age sobre o homem e a sociedade. A partir da divisão entre países frios e quentes, explica a formação da civilização na Europa, tida como centro da história humana, pela menor força da natureza, que teria permitido ao homem desenvolver o raciocínio e superar as superstições sugeridas pela imaginação. À civilização européia, Buckle opõe as regiões tropicais, como o Brasil, condenadas ao “atraso” pelo predomínio da natureza sobre o homem. Descreve, de forma feérica, as ameaçadoras selvas brasileiras, habitadas por terríveis répteis, e exclui o país do progresso e da civilização, devido ao esplendor da natureza e à barbárie de um povo ignorante e brutal [...].²⁶⁸

Tal prognóstico terrível estaria, portanto, superado. Mas, do ponto de vista estético, não teríamos ainda nos singularizado, estando presos aos “marcos de cultura estrangeira”, inadequados para expressar nossos valores, distintos daquela. Como se vê, nada de novo nesse diagnóstico. Sublinhemos a semelhança entre o seu e o raciocínio de Ângelo Guido quanto ao uso local de formas derivadas de fora: casca *versus* espírito. Mas nada de novo no argumento? Talvez, pois que Ruy Cirne Lima parece destoar dos discursos apologéticos antes estudados: não há, por enquanto, nenhuma aurora da originalidade brasileira, estando esta ainda por surgir.

Prossigamos na leitura do seu texto.

Das considerações gerais que abordamos, passa para a nova literatura sul-riograndense. Nesta, sente “nitidamente delimitado o ambiente moral”, estando “possuído em toda a sua extensão o meio físico”: “Há orgulho e ternura no lirismo gauchesco. Orgulho provindo da integração do homem na sua terra e na sua formação social”. (Como se vê, o tom muda substancialmente.) Haveria, nessa literatura, a coexistência de uma “ainda difusa consciência da nacionalidade e de uma bem definida consciência própria, que a sobreleva”.

²⁶⁸ VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: histórica cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, pp. 90-1.

Ora, de que integração se trata, realmente? Será interessante, aqui, opormos a essa a descrição de Cyro Martins, um tanto menos laudatória (verdade que feita duas décadas depois). O regionalismo sul-rio-grandense, pois é disto que se trata, “nutriu-se da legenda campeira, decantando a trajetória histórica e os costumes do gaúcho, celebrado como monarca das coxilhas, visto como figura de exceção”.²⁶⁹ Bem, isto todos sabemos. Cyro Martins, contudo, enriquece sua descrição com a acidez de uma visão crítica dessa literatura, que insistia em se manter, ainda que sob condições históricas que não mais a legitimavam. Salvo raras exceções (Darcy Azambuja, Nogueira Leiria, Roque Callage), para o autor de *Porteira fechada*, os demais regionalistas,

epígonos sem significação de Alcides Maya e Simões Lopes, requintaram nas exterioridades convencionais, perpetrando falsidades literárias de extrema indigência quanto à pintura da campanha e ao estudo dos caracteres. As suas produções consistiam invariavelmente na apoteose extemporânea da china, do rincão, do quero-quero, do bolicho, do fandango. [...] essa gente [...] contribuiu para que se prolongasse entre nós o culto das aparências, mascarando a visão fiel da verdade humana e das circunstâncias e dramas da coletividade crioula.

É que já não existia a integração referida por Cirne Lima:

O nosso gaúcho, alvo de tantos hinários grandiloqüentes, de tantas declamações desperdiçadas, perdia o entono de guapo e entrava paulatinamente numa fase de insegurança existencial que culminaria na penúria [...]. Porque o tipo então decantado era o gaúcho pobre, apontado como um indivíduo que sorria da desventura. E ninguém desses “poetas” enxergava que a estabilidade do campeiro, como homem de bem e de “honor”, dependera até então da vida das estâncias, cuja largueza estava acabando.²⁷⁰

O impulso modernista tendo enveredado para o nacional aqui tampouco representou mudança nesse plano. Para Cyro, apenas a lírica de Augusto Meyer, voltando-se para o crioulisto, mostrou-se produtiva. No mais, o regionalismo teria entrado em crise.

²⁶⁹ MARTINS, Cyro. “Visão crítica do regionalismo”. In: *Sem rumo*. (1937). Porto Alegre: APLUB, 1988, p. 11. Esse texto, incluído na edição citada do primeiro volume da “trilogia do gaúcho a pé”, reproduz a conferência realizada por Cyro na Faculdade de Direito de Porto Alegre, em 1944.

²⁷⁰ *Id.*, *ibid.*, pp. 15-6.

Contudo, não parece ser essa a conclusão de Cirne Lima. Por certo, a distância do tempo fornece elementos a Cyro negados a Ruy. Aliás, voltemos a este.

Ruy Cirne Lima propõe-se investigar as causas e as conseqüências do que entende ser um fato (a consciência regional sobrepujando a nacional); antes, porém, acha conveniente reconstituir alguns aspectos do modernismo:

De modo geral, o movimento moderno vale por uma segunda descoberta da nossa terra. De uma realidade de confrontos e sobreposições livrescas, passamos à vida. À vida que anda sobre o chão, em todas as formas. E veste as árvores verdes. E colore céus e águas...²⁷¹

O poeta faz remissão à natureza, tal como o faziam os românticos e, como vimos, outros articulistas: é mesmo uma segunda descoberta; a descoberta do mesmo – volta a natureza a compor a originalidade nacional, servindo de acobertamento das contradições sociais concretas, que não são apontadas (cf. Capítulo I deste trabalho). Como se não existisse a vida urbana (e moderna) com suas contradições e problemas típicos. Suas considerações, com efeito, passam ao largo dessas questões, atendo-se ao campo estético, melhor, literário.

Assim, pode pensar a ruptura com as “últimas convenções frenadoras” (adiante, veremos que Augusto Meyer dirá o mesmo). Ruptura que teria colocado os literatos brasileiros diante de uma nova encruzilhada. Afinal, depois de destruir (ênfatisa, na esteira de Ângelo Guido), é preciso construir. Mas que caminho tomar? Se a destruição já fora uma encruzilhada entre Primitivismo, Pau-Brasil, Verdamarelismo, a nova encruzilhada parecia exigir a imposição de uma “harmonia nova”. Eis que principia, segundo Ruy Cirne Lima, “a hegemonia literária do Rio Grande”. Hegemonia não explicitada no texto, nem verificada na prática: quando se deu, na história literária do Brasil, tal hegemonia? A argumentação do poeta é de clara entonação partidária: “Só o Rio Grande e o Centro serão capazes de conduzir e orientar. Principalmente o Rio Grande, pois que Rio e São Paulo sofrem da febre cosmopolita” (em 1928?). “Do Rio Grande”, continua, “sairão os semeadores do futuro. E do Rio Grande o gesto de semeadura [...] ‘se alargará até as estrelas’...”, conclui, não sem antes deixar esta pérola de evidente contradição, ou melhor, de revelação:

²⁷¹ LIMA, Ruy Cirne. “Pelo Rio Grande”. *Diário de Notícias*, 06/05/1928, p. 10.

Assim, qualquer que fosse a solução adotada, a poesia, como a literatura brasileira moderna, tenderia para o Rio Grande – ao menos, para aqui afirmar-se desde logo definitivamente, pelas vozes daqueles que estabelecem *a continuidade das tradições* e modulam o canto cotidiano pelo *ritmo eterno da terra*.²⁷²

Continuidade das tradições e ritmo eterno da terra? De fato, é um modernismo *sui generis* esse! Não destoa, contudo, da vertente verdamarelista do modernismo, uma vez que esta, como vimos no capítulo anterior, aceitava as instituições conservadoras...

Oswald de Andrade também comparece às páginas do diário sul-rio-grandense, defendendo a antropofagia, possível solução inclusive para a Europa... Quanto ao Brasil, diz, “somos o fruto de uma deformação inquisitorial”: “A isso e ao que se poderia chamar ‘A evolução do governador-geral’ devemos a *nossa invertebrabilidade nacional*”. Ocorre que “ainda não proclamamos direito a nossa independência”, uma vez que todas as reformas, “todas as nossas reações costumam ser dentro do bonde da civilização importada”, enquanto seria preciso “saltar do bonde”, “queimar o bonde”.²⁷³

A distância que separa esse discurso dos outros até o momento analisados não é pequena, apesar das semelhanças aparentes.

A primeira diferença gritante: Oswald não fala na literatura; suas considerações são de ordem mais ampla, cultural, política, social.

Segundo: não só prega contra a imitação local da moda européia, como propõe a ruptura definitiva com a civilização importada. Nosso futuro é outro, longe dos moldes da modernidade burguesa da Europa. Se não aparece aí a diferença mencionada é que os demais articulistas, em geral, não tocam nesse ponto crucial: a questão da modernidade capitalista. E que Oswald, ao seu modo, fere.

Ora, queimar o bonde não parecia ser a solução para Affonso Schmidt, para quem o futurismo que se estava fazendo no Brasil seria “sórdida macaqueação”, desvirtuando “a obra dos apóstolos da nova corrente estética”, bem como prejudicando “muitos rapazes de talento”. O futurismo soava mal no Brasil, tal como “uma gritaria contra os cabelos curtos em vilarejo onde todas as mulheres usam cabelos compridos”. Ora,

²⁷² LIMA, Ruy Cirne. “Pelo Rio Grande”. *Diário de Notícias*, 06/05/1928, p. 10. Grifos nossos.

²⁷³ ANDRADE, Oswald de. “Contra os emboabas”. *Diário de Notícias*, 20/05/1928, p. 12. Grifos nossos.

Compreende-se o futurismo, com este ou qualquer outro nome, nos países que já transpuseram o ciclo por nós apenas iniciado, esses povos cujas expressões artísticas se embotaram pelo uso e onde o gênio mais alto mal consegue fugir ao lugar-comum. Os povos mais evoluídos encontram-se atualmente num beco sem saída, para todas as suas artes [...]. Todos os artistas esperam uma revelação. Os que não a compreendem, sentem-na. E o gesto violento de liberação foi o futurismo.

Repete-se a imagem de uma Europa envelhecida, embotada, sem força vital. O futurismo ali é compreensível. E necessário. No Brasil, tal gesto não teria sentido:

Reformar uma arte que ainda está por fazer? Procurar novos caminhos de expressão onde *os fundos regional e nacional ainda estão inteiramente por erguer? Nosso passado riquíssimo de motivos novos* (novos para nós e para o mundo) *ainda está por explorar*, como o nosso carvão de pedra e as nossas florestas.²⁷⁴

Convenhamos, há boa dose de incompreensão das propostas modernistas no texto de Affonso Schmidt, que se deixa levar pelo rótulo – futurista –, e certamente pelo primeiro tempo modernista (1917-1924), marcado pela polêmica e pelo tom de piada das intervenções, apanhando dessa forma a superfície pelo fundo e, assim, perdendo-se nas aparências. Pois desde 1924 os modernistas, como vimos no capítulo anterior e neste, adotaram um discurso neo-romântico de fundo nacionalista, predicando pelo resgate desse *passado riquíssimo de motivos novos*, buscando justamente erguer *os fundos regional e nacional*, como reivindica.

Referência às *nossas florestas*, embora em tom diverso ao de Affonso Schmidt, aparece em crônica de Ruy Cirne Lima, para o qual a poesia brasileira estaria “desfigurada pela assimilação de mestres e escolas francesas”. A solução? Uma poesia de caráter nacional, que expresse o deslumbramento ante a exuberância da natureza do Brasil. No fundo, como vemos, nada de novo: as idéias, claro, espalham-se e se repetem. Diluem-se.

Cirne Lima:

²⁷⁴ SCHMIDT, Affonso. “A dama vestida de sol”. *Correio do Povo*, 02/08/1925, p. 3. Grifos nossos.

Nem se poderia conceber outra atitude, senão essa de *deslumbramento, na revelação da nossa terra*, com as suas belezas bruscas e as suas surpresas extasiantes...

O movimento pela brasilidade, que traz nas veias a maravilhosa vitalidade dalguns poetas, deve ser firmado, como a consciência da nacionalidade.

A cegueira ante a realidade social, urbana e rural, nos parece evidente. Deslumbramento ante o quê, mesmo? Adiante (parte 3), abordaremos esse uso abstrato e generalizante da categoria *terra*. Anote-se, contudo, a ideologia característica da época, a pregar a brasilidade, a consciência nacional etc.

A conclusão não é menos enfática, ambiciosa e questionável: “Deixamos cair a máscara européia, que nos servia, não para encobrir a angústia dum fim de raça, e sim *a mocidade duma terra irrevejada*.”²⁷⁵

Augusto Meyer propõe uma reflexão mais refinada e complexa, em resenha de uma trilogia de Maurice Barrès. Dizemos *propõe*, mas pensamos que não passa de uma variante das considerações algo abstratas e idealistas então em voga sobre a “realidade brasileira”, a “brasilidade”, o “brasileirismo”. É que, depois de sintetizar os movimentos do personagem principal e o enredo da trilogia, o crítico passa à generalização seguinte:

Quando um homem, à maneira de Philippe [o protagonista], esgota as suas reservas numa análise excessiva, ele condenou-se já a uma reação que saberá descobrir-lhe novas maneiras de sentir e amar. Sobrevém o mal do isolamento, a nostalgia dos pagos, a ternura pelas suas raízes mais fundas. O Eu transborda e quer pisar no solo a certeza de um alvo coletivo.

Pois que houve sempre, e haverá, uma linguagem humana e boa na terra em que nascemos.

Tudo isso está bem, conquanto questionável (e apesar do tom piegas da última oração). A conclusão, como veremos, não é muito alentadora:

Ora, se eu falo aqui na trilogia de Barrès, é que nenhum paralelo melhor eu achei, intentando ver a formação das nossas raízes, pela antinomia entre o individualismo e a realidade brasileira, que todos sentimos e queremos afirmar.²⁷⁶

²⁷⁵ LIMA, Ruy Cirne. “Brasilidade”. *Correio do Povo*, 04/08/1925, p. 3. Grifos nossos.

²⁷⁶ MEYER, Augusto. “Individualismo e brasilidade”. *Correio do Povo*, 17/09/1925, p. 3.

Com certeza... Mas, o que é essa *realidade brasileira* etc.? E *todos* é sinônimo de quem? Como insistimos nessas páginas, é precisamente a realidade brasileira que nos parece ser evitada, escamoteada, apanhada unilateralmente.

Afora esse aspecto, de modo algum negligenciável, assinalemos que há, no entender do poeta, uma oposição entre individualismo e coletivo na sociedade brasileira. Oposição que precisa ser superada.

Noutro texto, o mesmo Augusto Meyer repete os termos conhecidíssimos de Graça Aranha e demais modernistas. “O Brasil”, afirma, “sob o prisma literário, foi até hoje o país da censura”. Esta censura era exterior, resultando na tentativa dos brasileiros de adaptar-se à marcha européia. Adaptar-se, quer dizer, imitar. E tal imitação, buscada na poesia, no romance, na política, sufocava a originalidade que, potencialmente, possuímos, nós, os brasileiros.²⁷⁷ Agora, que originalidade seria essa, não sabemos. Talvez ninguém o soubesse, dada a censura auto-imposta, quer dizer, o esforço de fazer algo europeu num contexto diverso; noutras palavras, dada a alienação das elites quanto à realidade concreta, de uma parte, e quanto a si mesmas, de outra; em suma, dada a negação do inegável, daí a sensação do inadequado, do inautêntico, do falso.

Mas a censura não era exterior: estava internalizada na própria estrutura mental das elites brasileiras.

O mesmo Augusto Meyer, anos depois, voltaria ao tema, em conferência realizada na Biblioteca Pública do Estado, em Porto Alegre, e cujo texto é reproduzido nas páginas da *Revista do Globo*.

O movimento modernista no Brasil teria sido “uma crise de lucidez”, tendo a poesia brasileira descoberto que ela simplesmente não existia, e daí passado a gritar – pois que “o grito”, diz, “é pelo menos uma afirmação de resistência” –, “os poetas da terra se enganaram, tomando a desordem pela ordem procurada”. “Mas o erro”, prossegue, “foi o nosso professor”. Daí o fragmento que aqui nos interessa mais de perto:

Descobrimos uma porção de verdades amargas e simplórias: que não se fabrica a poesia brasileira com manifestos ou programas – que *a nossa indefinição literária é um aspecto particular da grande desorientação*

²⁷⁷ MEYER, Augusto. “Brasileirismo e reforma poética”. *Correio do Povo*, 14/10/1925, p. 3.

*nacional – que não possuímos caráter definido como povo – que o nosso estado atual, pelo próprio imperativo da formação americana, é a barbaria envernizada de cultura – que não nos defendemos contra duas influências absorventes: a sedução pragmática dos Estados Unidos e a ideologia ocidental – que o individualismo inevitável da nossa formação cultural não podia levar a uma expressão espontânea do coletivo.*²⁷⁸

Detenhamo-nos no fragmento; tentemos compreender o que aí se afirma. Primeiro, detecta uma indefinição literária, uma falta de personalidade, com tentativas, ensaios de revelação e expressão de uma originalidade desconhecida, embora suspeitada e, mais que tudo, desejada. Nada surpreendente. O que parece novo – embora Oswald atestasse, como vimos, algo semelhante – é a acusação de que tal indefinição no plano da cultura constitui apenas *aspecto particular da grande desorientação nacional*. Ora, estamos em 1930, em plena efervescência política pré-revolução.²⁷⁹ Se esse contexto não diz tudo (e não diz), não deixa de atuar, de algum modo significativo, no raciocínio. A ordem oligárquica mostra fissuras por toda parte; a República dos governadores revelou sua incompetência (para dizer pouco); o país é uma colcha de retalhos de interesses distintos, quando não contraditórios; o Brasil assemelha uma farsa. A nação não existe. Sim, parece ser este o diagnóstico: *não possuímos caráter definido como povo*, somos um amálgama, uma massa amorfa da qual é preciso extrair o caráter definido que nos diferencie cabalmente dos demais povos e nações, dando arranque e partida, de uma vez por todas, rumo ao futuro...

Não somos, portanto, uma nação. Nosso estado atual, contudo, não é produto do acaso, é derivado de nossa formação, cultora do individualismo, quando se precisaria fomentar o coletivo. Augusto Meyer pára por aí. O que quereria dizer, além do que disse? Podemos nos autorizar deduções a partir do seu silêncio, mais que de suas palavras? Não o faremos. Resta, contudo, algo: o tal *imperativo da formação americana*, que seria o do Brasil. A referência ao antigo estatuto colonial nos parece clara. Mas em que medida atuaria ainda em 1930? E se atuava, por quê? E como Augusto Meyer pensava rompê-lo, posto não ser bastante criticar este ou aquele aspecto relativo à superestrutura – isto, dizemos nós –, como a *mania de imitação*?

²⁷⁸ MEYER, Augusto. “A poesia moderna”. *Revista do Globo*, Ano II, nº 1, 11/01/1930, s/p. Grifos nossos.

²⁷⁹ Tomado o conceito na acepção discutida no Capítulo I deste trabalho, ou seja, grosso modo, como arranjo de frações das elites excluídas do comando político, a fim de ascender ao poder evitando, simultaneamente, a ameaça de uma revolução de fato.

2.3.2- Nos tempos da arte social

Como vimos mais atrás, muito se falou, entre lamúrias e escárnio, da crise da poesia. Pois Alberto Ramos tenta mudar a história: a crise não seria da poesia, mas de poetas. Os tempos modernos não teriam produzido “um poeta, o ‘seu’ poeta”. A poesia “não morreu no coração dos homens”, ainda que a “harpa do profeta” tenha emudecido; Babilônia, contudo, espera “inconsolavelmente o sopro criador e divino que há de reanimar as adormecidas cordas”. O que nos resta? A esperança no futuro.

Entretanto, se o presente não produziu nenhum grande poeta valha-nos ao menos a esperança do futuro. E não pareça vã prosápia admitir que algum dia no tempo venha a caber ao *Brasil renovado, renascido, liberto de ódios e preconceitos, de fanatismo, de superstições e de tiranias, imenso e fraternal*, a honra incomparável de dar ao mundo o seu poeta.

Eis uma descrição que nos interessa: se no futuro, quando o Brasil, *renovado, renascido*, estiver liberto de ódios e preconceitos, de tiranias etc., poderá – quem sabe! – dar nasença ao poeta de voz universal, quer dizer que o Brasil, tal como o articulista o vê – ao contrário de Cassiano Ricardo, como vimos, embora noutro contexto; mas seria um contexto de tal modo diferente, tomando-se a realidade brasileira em conjunto? –, *está pleno de ódio e preconceitos, de fanatismo, de superstições e tiranias*. A coisa, como se vê e melhor verá, não andava muito favorável a seus prognósticos:

Esse dia, pelos modos, ainda vem longe. Por enquanto a poesia no Brasil espia a longa fatalidade de um servilismo nauseante que se traduz na contrafação grosseira do modelo francês mais recente – simbolismo, futurismo, modernismo, super-realismo, fenômeno que de um modo geral se inclui no *quadro sinóptico do mulatismo nacional*.²⁸⁰

Em 1933, Alberto Ramos insiste em lançar mão de uma categoria – a de raça – já em descrédito, há muito, nos estudos sociais da Europa e dos Estados Unidos (embora não na política; basta pensar em setores da direita, como o nazismo de Hitler e, voltando ao Brasil, o integralismo de Plínio Salgado).

²⁸⁰ RAMOS, Alberto. “Crise da poesia”. *Correio do Povo*, 24/11/1933, p. 3. Grifos nossos.

Pois a categoria *raça* passará a ser desacreditada também no Brasil, a partir desse mesmo ano, com a publicação de *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre. Com este, o *mulatismo nacional* perderá seu caráter negativo, ainda presente na crônica de Alberto Ramos, ganhando ares de “democracia racial” etc. (Veja-se Capítulo I).

A confusão não era pouca. O nacionalismo se presta sempre a confusões e exageros, a censuras e violências de toda ordem. Luiz Annibal Falcão denuncia uma destas medidas culturalmente repressivas, e regressivas, qual seja, a iniciativa de alguns escritores e editores, “exageradamente nacionalistas”, no sentido de proporem medidas para diminuir o número de edições de obras estrangeiras. Julgavam, com isso, e erroneamente, “incrementar a publicação de autores brasileiros”. Luiz Annibal, ao criticar tal iniciativa, antecipa certa reflexão de Antonio Candido, pois que aqueles escritores e editores esqueciam

que a nossa produção literária – e refiro-me àquela que merece ser lida – não é suficiente para satisfazer ao enorme apetite de leitura que vemos atualmente em nosso país. Esta constatação já de si bastava para tornar fora de propósito os pruridos nacional-literários daquele grupo de intelectuais. Mas outra razão não menos ponderável vem condenar ainda mais a tentativa ora esboçada: é que precisamos dilatar e aprofundar cada vez mais a nossa cultura e que a nossa cultura só se pode compreender sendo universal. *Uma cultura nacional não passaria de um fragmento de cultura.*²⁸¹

A questão da autonomia cultural, ou melhor, de sua ausência, preocupava mais de um articulista, como estamos vendo. Renato Vianna, por seu turno, comentando o que chama de “arte social” (trata-se, em suma, do que hoje se entende por *romance de 30*), afirma: “Em matéria de imitação, somos alarmantemente primitivos: imitamos a torto e a direito – e o resultado disso é andarmos, ainda hoje, com quatrocentos anos de idade, à procura da ‘nossa expressão’”. Indignado, acrescenta:

²⁸¹ FALCÃO, Luiz Annibal. “Falso nacionalismo”. *Correio do Povo*, 02/12/1933, p. 3. Grifos nossos. A afirmação de Candido está na *Formação*: “Há literaturas de que um homem [sic] não precisa sair para receber cultura e enriquecer a sensibilidade; outras, que só podem ocupar uma parte da sua vida de leitor, sob pena de lhe restringirem irremediavelmente o horizonte. Assim, podemos imaginar um francês, um italiano, um inglês, um alemão, mesmo um russo e um espanhol, que só conheçam os autores da sua terra e, não obstante, encontrem neles o suficiente para elaborar a visão das coisas, experimentando as mais altas emoções literárias.//Se isto já é impensável no caso de um português, o que se dirá de um brasileiro? [...]. Estamos fadados, pois, a depender da experiência de outras letras”. CANDIDO, Antonio. “Prefácio da 1ª. edição”. In: *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. (1957). 9ª. ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000, p. 9.

Temos sido tudo o que os outros foram: metafísicos, positivistas, idealistas, materialistas, românticos, naturalistas, futuristas, dadaístas, cubistas, fascistas, socialistas; e, da salada de todos esses valores filosóficos, sociais e estéticos, têm saído as fórmulas esdrúxulas da “nossa” política e da “nossa” arte.

Lamenta-se por termos sido tudo o que os outros “são ou já foram”; “desgraçadamente”, conclui, “só não temos sido nós mesmos...”. O articulista só não especifica o que seria, afinal, sermos *nós mesmos*. Nem (se) questiona mais profundamente (sobre) o fato da imitação. Registrando a onda de “arte social” que teria invadido as terras brasileiras, conclui:

Repete-se, pois, o fenômeno mimético observado, nestas plagas, com o “futurismo”, que passou, mais tarde, a chamar-se “modernismo” e acabou, por fim, sem nome ou expressão de qualquer espécie, regressando os vanguardistas às fórmulas do passado, que é a própria consciência do presente. E isso porque ninguém pode fugir a este imperativo da história natural [sic] do homem: somos o que somos – e não o que deveríamos ser.²⁸²

Ora, se os brasileiros têm sido sempre imitadores, não seria essa a sua *essência*, o seu próprio ser? Afinal, se não se pode fugir ao *imperativo da história natural do homem*, segundo o qual *somos o que somos*, então os brasileiros não são o que deveriam ser, i. e., autênticos, originais, diferentes dos europeus, mas simplesmente o que são, imitadores, seja do estrangeiro, seja do passado – embora o cronista pareça avalizar o retorno ao passado, uma vez que seria *a própria consciência do presente*. Tudo, em suma, é confuso nesse pensamento. A busca das origens, ao fim das contas, resume-se à perseguição de uma fugitiva sombra intangível...

Para Bezerra de Freitas, à diferença dos homens de letras da Europa e da América do Norte, o escritor brasileiro não exerceria “a necessária influência social”. E se não faltam “motivos inspiradores de largos movimentos sociais”, nos ressentimos no entanto da ressonância social do quanto é por aqui escrito, pois que falta estímulo “aos verdadeiros criadores intelectuais”. Dessa forma,

²⁸² VIANA, Renato. “Comunismo... literário”. *Correio do Povo*, 24/05/1934, p. 3.

Nossos romances, nossos poemas, nossos estudos críticos interessam pelo colorido estilístico e vivacidade descritiva, mas se ressentem dessa força secreta que move os lares, as correntes morais, os núcleos universitários, os grupos culturais, e daí o seu relativo prestígio no espírito coletivo.

Se houve, por um lado, a geração de Tobias Barreto e Silvio Romero, de Euclides da Cunha e Joaquim Nabuco, agitando idéias e sensações; por outro, as gerações seguintes foram se dissolvendo num verbalismo gratuito e vazio. Se, de um lado, Graça Aranha e seus epígonos se chocaram contra o espírito clássico, interessando “toda a atividade brasileira, da estética à economia, da religião à política”; de outro, sucedeu-lhe uma fase de impotência, de pessimismo, de indiferença, o que “depõe contra as nossas faculdades criadoras”. E sobram críticas aos “vagos romances sociais” escritos no Brasil, cheios de “cenas complicadas” e de “paisagens exóticas”, constituindo o “fundo monótono” desses textos “sem sinceridade nem plano psicológico de ação”. Tais obras estariam “em oposição à realidade ambiente”. Haveria, contudo, “sinais de reconsideração, de unidade da novela brasileira, de domínio dos fatores essenciais da nossa vida física e moral” em algumas “páginas vivas, corajosas, incisivas de alguns trabalhos de ficção moldados em nossos costumes sociais”.²⁸³ No entender do articulista, ao contrário dos Estados Unidos, que se esforça

no sentido de criar uma literatura autóctone, baseada nas suas violentas transformações sociais, os países do centro e do sul ainda não conseguiram criar uma arte característica, uma literatura objetiva, permanecendo na imitação e na cópia servil.

Tal fato confirmaria a evidente “inferioridade da literatura latino-americana em face do pensamento estético europeu”. Tanto que a jovem literatura latino-americana “é ignorada nos próprios círculos intelectuais do continente”. A partir daí, não causa impressão o que se segue, fecho do ensaio: “Mais do que a luz dourada da América, será a França, impetuosa e obscura, idílica e tormentosa, instintiva e sutil, a fonte permanente da nossa inspiração”.²⁸⁴

²⁸³ FREITAS, Bezerra de. “Literatura e civilização”. *Correio do Povo*, 25/12/1934, p. 3.

²⁸⁴ FREITAS, Bezerra de. “O nacionalismo na literatura latino-americana”. *Correio do Povo*, 17/05/1935, p. 3.

Não causa impressão, embora destoe da pregação generalizada pelo retorno às coisas da *terra brasiliensis*.

O “bovarismo nacional” aparece duramente criticado na crônica de Reynaldo Moura, outro dos que versam sua antipatia ao “romance de tese social” então em voga.²⁸⁵ Em voga no Brasil, como em voga na Europa e nos Estados Unidos. Aqui, contudo, seria resultado de mera cópia, de servilismo intelectual, como sempre.

Mas, estando em voga tanto nos Estados Unidos como na Europa (onde, afinal, teve início?) – por que seria cópia unicamente no caso do Brasil, e no caso dos demais, não? Questão que o autor não formula, não de modo explícito, não para os leitores.

Considerações idênticas às de Reynaldo Moura são as de João Alphonsus em sua crônica sobre o unanimismo, na qual menciona Jorge Amado e Érico Verissimo, a fim de repisar as mesmas insistentes notas de seus companheiros de imprensa. Para exemplo, as seguintes palavras, a propósito do aproveitamento, por parte de Érico, da técnica composicional de Huxley:

Que a técnica de Huxley é susceptível de aproveitamento, prova-o o próprio livro do sr. Verissimo. O que é preciso, é não dar à coisa o caráter de único e exclusivo jeito moderno de romance [...]. *Evitar este delicioso mal brasileiro*: o que está em moda é o romance proletário; e toca a escrever romances proletários... O que está em moda é a linguagem desbocada; e toca a escrever linguagem desbocada... O que está em moda é o romance coletivista, e toca...²⁸⁶

A questão nacional(ista) retorna em nova crônica de Bezerra de Freitas, dos mais prolíficos articulistas da época na imprensa local. Seu texto começa por afirmar a prática, por parte de alguns “povos europeus e asiáticos”, de um nacionalismo “agressivo, espetacular, violento”. Distingue em dois domínios, o econômico e o artístico/literário, o significado distinto de *nacionalismo* e *patriotismo*. Se no primeiro parece não haver dúvida quanto à significação dos vocábulos, no último, entretanto, há dúvidas, e de tal monta que adquirem “aspectos de verdadeira angústia”. Esclarece que, na verdade, o nacionalismo europeu não pode ser posto no mesmo plano do americano ou do asiático. Nestes últimos, seriam “formas instintivas e animadas de defesa coletiva”, agindo “no sentido único da

²⁸⁵ MOURA, Reynaldo. “O romance de interesse social...”. *Correio do Povo*, 17/01/1936, p. 3.

²⁸⁶ ALPHONSUS, João. “Unanimismo”. *Correio do Povo*, 14/02/1936, p. 3. Grifos nossos.

oposição às investidas dos países de tendências imperialistas”. Não haveria qualquer problema aos que pretendessem estudar seus objetivos e diretrizes lógicas. Outra é a situação daqueles escritores e artistas que orientem suas obras por tais princípios, gerando no crítico “as mais aflitivas indagações”. Sim, pois há que se distinguir entre, de um lado, *patriotismo*, exaltação das glórias nacionais, sentimento natural de dignidade, saudável; e, de outro, *nacionalismo*, afirmação hostil diante do outro, visto como inferior na intenção, expressa ou não expressa, de dominá-lo, resultado do orgulho e do ódio, nada saudável. Segundo vê, a parte “mais expressiva e mais considerável da literatura contemporânea” revelaria “fortes e profundas tendências nacionalistas”. Assim, “na confusão social da hora”, os sentimentos de dignidade, orgulho e ódio representam a atmosfera intelectual, uma vez estando a civilização dominada “pela desagregação da personalidade e a defesa do Estado totalitário”. Eis a literatura, na sua sombria descrição:

Os quadros literários atuais são constituídos de tipos regionais, de ambientes provincianos, e tudo respira o ar viciado do bairro, do cantão, do burgo, da comuna, do município, da aldeia, por que os povos se voltam, cada vez mais, para as forças que os cercam no tempo e no espaço.

Um problema, sem dúvida. Exemplo?

No “Pensamento nacional”, G. Ricard descreve-nos o fracasso de um chefe, que, a despeito da alta espiritualidade, não soube aproveitar das suas energias criadoras para proporcionar a uma geração a novidade, o ineditismo, que ela reclamava, e esse episódio de tanta repercussão deve servir de advertência aos escritores nacionalistas encerrados na água furtada das suas vaidades messiânicas.

A arte e a literatura nacionalistas seriam signo da incapacidade de romancistas, poetas, pintores e críticos de alçar o olhar “além das fronteiras da pátria”, quando não caem no extravasamento de ódios nacionalistas “que denunciam séria inferioridade mental”. Outra teria sido a atitude na literatura clássica, em que a pintura da cor local não visava hostilizar os universalistas. Conclusão?

O nacionalismo literário é uma tese destinada a ser dissolvida pelas próprias condições gerais da sociedade mecanicista, que, resolvendo todas as coisas com os recursos infinitos da matéria e do movimento, arrastará ao ridículo os propulsores dessa estreita orientação intelectual. Pode ser uma vitoriosa dentro dos esquemas contraditórios, móveis e inconstantes da sociedade atual, mas, nos domínios literários e artísticos, o nacionalismo, bem próximo do regionalismo, será sempre sacrificado por todas as obras de expressão universalista.²⁸⁷

Mais amplamente, na confusão desse tempo, faltaria à cultura brasileira uma orientação. De cultura superficial, literária, escrava da sensibilidade, em face da tormenta, é uma atitude de aspectos românticos o que os brasileiros demonstrariam, segundo o articulista. E no momento em que desejamos “transmitir um pouco da realidade social”, o que acontece? Caímos “fatalmente no exagero ou na imitação”. Para Bezerra de Freitas, esses os termos em que se deve compreender a cultura brasileira, sem qualquer ponta de otimismo. “A tragédia do homem brasileiro”, continua, “consiste em querer possuir espírito europeu, estilo europeu, destino europeu”. Ecos de Graça Aranha (“dúvida metafísica”, “terror com que sempre defrontamos a realidade”) e fragmentos de outros discursos nacionalistas – o autor distingue um nacionalismo positivo, de cunho prático, e um nacionalismo negativo, como coisa de cultura – comparecem. Segundo pensa, ao contrário da Europa, em que a política sobrepuja a tudo, no Brasil, como em toda a América Latina, quer-se “viver através o romance”. Assim, a cultura brasileira

procede agora do claro-escuro das usinas, do anonimato dos teares, dos protestos coletivistas, da inquietude das lavouras, das camadas inferiores da sociedade, onde se processam as incompreensões, as ameaças e as lutas eternas. Enquanto nos divertimos com essa literatura empírica, baseada sobre realidades imaginárias [sic], dada a *nossa condição de país sem utilidades coordenadas, reflexivo, indisciplinado*, com trabalhos imensos a vencer, esquecemos os nossos objetivos fundamentais. Ao Brasil cabe evitar, pela cultura, propaganda e defesa das idéias, o que já se denominou, com propriedade, o “desequilíbrio social”, cabe impedir que as instituições, os sentimentos e as iniciativas se choquem numa grande desarmonia.²⁸⁸

²⁸⁷ FREITAS, Bezerra de. “Literatura nacionalista”. *Correio do Povo*, 07/03/1936, p. 3.

²⁸⁸ *Id.*, *ibid.* Grifos nossos.

Atente-se para o ponto de vista desde e pela ordem do articulista, expresso na última oração, e que adiante explicitaremos.

Até o momento, prossegue, todo o trabalho aqui feito tem sido “*obra de plágio, sem caráter, que não sai do nosso sangue e do nosso caráter*” (tal entidade existe?). O pior é que não se conhece “a essência do pensamento das últimas gerações, sua força analítica, sua capacidade de realização”; sabe-se unicamente que há “uma certa inquietação” nos círculos espirituais (escolas e centros universitários). Para o articulista é inconcebível a insistência da literatura (de certa literatura, sublinhemos) “na exploração dos malefícios da máquina e dos teares mecânicos, nas mentirosas narrativas de injustiças e trabalhos opressivos”. Como se tais coisas não existissem de fato no Brasil... Não é à toa que estranhe as “diretrizes culturais do momento”, pois que os problemas acima arrolados seriam “problemas que o meio social desconhece”. Seu amor pelas “humanidades clássicas” lhe cega a mirada. Ainda que veja bem, quando critica a “ vaidade nacionalista” – embora não perceba no seu próprio o discurso da ordem de que lançaram mão alguns nacionalistas. A “incipiente cultura brasileira”, assim, teria acentuados traços “de bairrismo, de provincianismo, de regionalismo”. O que é ruim, posto não alcançarmos, a partir desses traços, o necessário ponto de equilíbrio, para além da “pequena intuição”. O articulista recorre a Paulo Prado para afirmar que a questão no Brasil é que tudo é imitação, “desde a estrutura política [...], até o falseamento das manifestações espontâneas do nosso gênio criador”. Há, portanto, a “necessidade de um amplo movimento de cultura, capaz de dar expressão ao nosso pensamento e à nossa sensibilidade”. Embora a existência ainda de “espíritos caóticos e informes, dominados pelo complexo da raça em formação” (paráfrase de Graça Aranha, em fragmento citado pelo articulista) revele a “superficialidade da nossa cultura humanista”. Volta o seu cavalo de batalha: a estreiteza de escritores voltados tão-somente às coisas de sua terra, dando as costas a temas e debates de outras plagas, oposta à largueza de vistas e à fecundidade da cultura universal. Mas o que seria essa *cultura universal*, distante das dimensões regional e nacional? E não havia, ele, Bezerra de Freitas, afirmado o contrário: que os autores brasileiros imitavam formas exteriores, imaginárias se comparadas à realidade nacional? Em vão buscaremos respostas para essas questões. Bezerra prossegue incólume:

A literatura e a arte oriunda dessa “mística nacionalista” [...] impõem ao escritor a exaltação sistemática das “glórias nacionais”, e podem refletir a psicologia coletiva do povo, mas dificilmente servirão de instrumento de conquista ou de itinerário às gerações.

*O homem novo do Brasil, que sorri das academias, dos conceitos clássicos e das doutrinas conservadoras,*²⁸⁹ *esse não se resignará à triste condição de simples defensor do conceito histórico e lingüístico da nação.*

[...]

A cultura brasileira não pode obedecer a uma diretriz invariável, única, imutável, por isso que o pensamento ainda é “mestiço”, provém do choque de vários elementos, de tendências contraditórias, de ideais opostos e de sentimentos antagônicos. Por isso mesmo, por essa multiplicidade de aspectos e dada a transformação dos valores intelectuais do mundo moderno, na ciência, na arte, na literatura, a tendência nacionalista da nossa cultura representa um equívoco.²⁹⁰

Definindo o caráter da cultura brasileira (do pensamento, diz) como mestiço (o que não constitui novidade), conclui pelo equívoco de querer-se dotá-la de uma diretriz única, Bezerra de Freitas parece pressentir o germe de orientação autoritária embutido no projeto nacionalista encampado pelo Estado, embora não o diga. Por outro lado, critica a literatura de (denúncia) social, pois que teme, ao que parece, o comunismo explícito ou latente nessa literatura.

Para Bezerra, a cultura brasileira deveria ser a “síntese do cosmos [sic] moderno, imagem do dinamismo universal, fórmula vigorosa do pragmatismo literário, [...] vivificada pelo espírito de mocidade, pelo idealismo e pela *esperança de realização do seu grande destino*”.²⁹¹

Eis uma conclusão das mais tocantes, e vazias. O articulista, aí, se deixa levar pela magia das palavras, pelo encanto da retórica: *síntese do cosmos moderno?* a *cultura brasileira* deve ser a fórmula vigorosa do *pragmatismo literário*? O que significam tais conceitos? Realmente, formulações dessa ordem parecem ser a regra do período. Como regra é a aposta no futuro, a *esperança de realização do seu* [do Brasil, da cultura brasileira] *grande destino*.

Alguns dias depois, o articulista repisa no mesmo solo os mesmos argumentos. Reafirma sua convicção de que o grande problema do Brasil “é o da cultura coletiva, que

²⁸⁹ Que não se confundem, no raciocínio do autor, com a cultura clássica ou humanista.

²⁹⁰ FREITAS, Bezerra de. “Nacionalismo e cultura”. *Correio do Povo*, 02/07/1936, p. 3. Grifos nossos.

²⁹¹ *Id.*, *ibid.* Grifos nossos.

ainda se mostra incerta, vaga e pedante”. A arte brasileira seria “convencional e arbitrária”. Em termos de economia, sociologia e literatura, estaria o Brasil ainda filiado “ao ecletismo acadêmico dos fins do século dezenove”. Contudo, há sinais de vida, quer dizer, de mudança, embora continuem os brasileiros a viver sob o “trágico desejo de afirmação”. Insiste no que havia dito dias atrás: “o paradoxo brasileiro prefere sempre as soluções de essência romântica”. Há uma fé, mas vacilante. Não existe, nas “esferas intelectuais”, vontade de realizar. O movimento modernista (inspirado por Graça Aranha, diz) teria marcado “a ofensiva do homem novo do Brasil”. Desde então, “uma inteligência mais avisada, penetrante, ávida de sensações realistas” teria conquistado “toda a atividade brasileira”. O que representaria bem mais que uma simples revolta contra o passado. Sua significação é mais profunda, podendo-se defini-la “como uma adaptação do espírito às imposições da época”.

Caberia perguntar se não podemos ler de tal forma, se não todos, outros movimentos que se verificaram no Brasil.

Questão que o articulista não se propõe, insistindo na “timidez da literatura brasileira”, na “falta de personalidade” da arte brasileira, assinalando (eis uma novidade) “a fraqueza da nossa arte popular, sempre saudosa, pessimista, amarga, como que uma censura à alegria da terra ensolarada”. Por que seria tão triste esse povo, se vive na terra de Canaã? Não se compreende... Como não se compreende que no Brasil se fale de opressão, de conflitos entre operários e patrões. Quanta falsidade, quanta mistificação numa tal literatura, “suspeita, porque intencional” (sic), “com os seus quadros falsos”! Textualmente: “Não nos conformamos [quer dizer, os tais romancistas] com a idéia de não possuímos judeus sem dinheiro, encontros violentos e sanguinosos entre patrões e operários, galerias subterrâneas pejudadas de mineiros exaltados ou a procissão sinistra das vítimas da máquina”. Eis, novamente, o mecanismo do reflexo funcionando: queremos imitar os romances europeus. Pior:

Toda a arte social, elaborada no Brasil, nestes últimos tempos, não tem sido outra coisa senão uma dolorosa contrafação da nossa realidade. O que se pretende, através da novela, do conto ou do teatro, é arrastar a sensibilidade das massas à aventura das paixões materialistas, estabelecer confrontos e contrastes irritantes para facilitar a desagregação do meio social.

Ponto de vista, como se vê, engajado, mas engajado na manutenção da ordem. Será que não haviam contrastes e confrontos no meio social, tais como os descritos nessa literatura *subversiva*? Anotemos o ano: 1936. Os contrastes e confrontos, na cena política, são evidentes. Não falta muito para o golpe de 1937 e a instauração do Estado Novo...

A conclusão do articulista beira o cômico: pobre do crítico, afirma, nada mais difícil que a sua missão, assim como a do sociólogo e do pensador, “no tumulto de tantas superstições pitorescas e diferenças fundamentais”.²⁹²

Diferenças fundamentais. Parece ser esta a razão maior trazida à baila por Motta Filho nas suas considerações. Comentando projeto de lei de sua autoria, visando “armar os poderes públicos de elementos para conservar sempre em destaque as nossas cidades históricas”, faz a sua defesa do tradicionalismo: “O tradicionalismo no Brasil tem um papel especial e ele precisa existir quase como uma religião”. Essa “nossa atitude conservadora”, no entanto, deve ser “oposta à atitude européia”. Por quê? Porque lá tudo é história, e de tal monta que acaba por esmagar “com o seu peso imenso, todo e qualquer prurido de renovação”. Não é à-toa que por lá andem soprando os ventos da revolução. A ameaça é séria. Acontece que tudo na Europa é definido e limitado: “Cada ser tem o seu lugarzinho certo”. Assim (segundo o articulista) com o operário, o soldado e o camponês, que jamais deixarão de ser o que são e sempre foram, nem pensam em tal.

Como se verá, o cronista manipula a história em prol de sua argumentação.

No Brasil, prossegue, é outra a situação. Primeiro, porque “o passado propriamente não existe”. Assim, como a terra por aqui é “enorme e abundante”, não se formaram classes nem castas. Não? Não. Estamos nos primeiros dias da Criação:

Tudo está em começo. Tudo está em trabalho. Há, no país, uma perpétua ânsia de novidade. [...] Tudo muda. O que está hoje num lugar não mais estará amanhã. Domina entre nós um febril espírito de construção. Há uma civilização que se processa e que portanto não adquiriu ainda forma própria. Há pelo território as mais contrastantes mentalidades. Homens de todas as raças e de todos os pensamentos. E todos esses homens com aquele mesmo espírito de pioneiro dos abridores de caminho. Assim, vivemos numa

²⁹² FREITAS, Bezerra de. “Renovação da sensibilidade brasileira”. *Correio do Povo*, 07/07/1936, p. 3. No ano seguinte, o articulista voltaria à sua frente de combate, diante do mesmo inimigo e utilizando-se das mesmas armas e munições, na crônica “O caráter social da arte”, *Correio do Povo*, 04/04/1937, p. 5.

revolução permanente, numa revolução quotidiana. [...]. Assim em tudo. Uma vasta experimentação. *Daí a necessidade do tradicionalismo entre nós. Não há nacionalidade sem tradição.* Não há conceito de cultura sem tradição.

A nação, portanto, não existe e, para que exista, é preciso cultivar o que lhe é próprio: “só assim, cultivando o que é nosso, o que fomos e o que já construímos, que *podemos ser, na realidade, uma nação*”.²⁹³

Seria talvez demasiado concluir daí que, para esse articulista – somente esse? –, uma nação deve ser sinônimo de homogeneidade no plano da cultura? Afinal, à inquietação reinante, pugna pelo tradicionalismo: a tradição daria a base para a construção do edifício, a nação brasileira. Mas de que tradição se trata? Onde buscá-la? Como estabelecê-la? Quem a determinará?

E mais: não existiriam, de fato, classes e castas no Brasil de 1936?

O estado supostamente informe, confuso, do povo brasileiro, bem como a falta de *um* caráter brasileiro na arte e na literatura, é objeto de lamentações. Muito já se teria feito nesse sentido, a partir do modernismo. Mas restaria a grande tarefa de assumir o destino que a este país está reservado. Há reações antinacionalistas. Reações da parte de espíritos retrógrados, por suposto. Fernando Callage não deixa de denunciar a permanência de uma “mentalidade escrava”, que não sabe “ver as coisas como elas devem ser realmente vistas”. E não vê porque a Europa “lhe é sempre o padrão de todo conhecimento e a chave de todos os mistérios”. O parágrafo seguinte é valioso:

Filosoficamente arcaicos, com um modo de viver e pensar diferente do nosso, vendo tudo por um prisma de métodos adversos à realidade americana, esses letrados imbuídos de uma educação clássica, enciclopédica, não podem e não sabem compreender o *nosso papel em face do mundo*. Possuem uma noção muito triste e apagada de nossa história e da nossa evolução, para poderem ter uma compreensão do *nosso determinismo cósmico [sic] e histórico*.²⁹⁴

Atente-se para a repetição do pronome possessivo *nosso*, como se fosse o Um: uma unidade homogênea e inquestionável em todos os planos e sentidos. Mas *nosso* quer dizer *de todos*?

²⁹³ MOTTA FILHO. “Tradição e revolução”. *Correio do Povo*, 17/10/1936, p. 5. Grifos nossos.

²⁹⁴ CALLAGE, Fernando. “Libertação do preconceito europeu”. *Correio do Povo*, 09/12/1937, p. 5. Grifos nossos.

Não, pois que atua no argumento em oposição a um *eles* não nomeado (ou melhor, nomeado: os tais *letrados imbuídos de uma educação clássica*), cuja *mentalidade escrava* os impede de *ver as coisas como elas devem ser realmente vistas*? Mas como devem as coisas ser realmente vistas? Quem define – quem pode fazê-lo? – o modo certo de se ver as coisas? E há algo assim como um *modo certo* de se ver as coisas?

O articulista insiste no seu maniqueísmo, como se fosse um combate entre o Bem (*nós*) e o Mal (*eles*), entre as Luzes e as Trevas. Assim, descreve o choque de idéias e de interesses que se opera no país, como se reduzido a uma única oposição: os que, anacrônica e arcaicamente, se aferram à adorada Europa; os que, modernamente, lutam pela autenticidade nacional.

Ora, perguntamos: havia tão só essas duas posições em cena? E era essa a oposição fundamental?

Típica operação de redução: há o meu (“nosso”), que é tudo, e há o outro (o estrangeiro), que é o resto, e como resto deve ser descartado, evitado, combatido, sob pena de risco e morte. Portanto, combatamos tenazmente essa “mentalidade decrepita”, nós, os “espíritos esclarecidos e moços e que meditam seriamente sobre o *destino histórico da nossa nacionalidade*”. Acabemos de uma vez com “esse mal oriundo de uma falsa educação que nos alheou, por completo, do conhecimento integral do nosso Brasil”. Como Euclides da Cunha (“um dos mestres da nossa brasilidade”) e outros, gritemos contra “o espírito desnacionalizador dessa mentalidade”. Já basta de sermos esta “vasta colcha de retalhos”. Felizmente, graças à “campanha nacionalista encetada bravamente por um grupo de jovens pensadores e sociólogos brasileiros”, vamos indo, aos poucos, nos libertando, “realizando alguma coisa de verdadeiramente nossa”. É hora de darmos, portanto, um fim ao cosmopolitismo, pois que este, como anunciava Miguel de Unamuno, é prejudicial “aos países que têm que cumprir uma missão na história”.

A *vasta colcha de retalhos* preocupava também o Sr. Getúlio Vargas, nesse mesmo ano. A queima das bandeiras estaduais que o diga...

Mas Callage não diz – a não ser que se creia no *determinismo cósmico e histórico* (!) – porque o Brasil *tem que cumprir* uma missão histórica, nem que espécie de missão seria.

Antes, insiste para que acabemos com o preconceito europeu, chegado ao cúmulo de contratar

mediócrez professores franceses com ordenados fabulosos para as nossas Universidades em desabono de velhos mestres indígenas [sic] que tanto se esforçam com a sua cultura e com o seu amor, pelo nosso progresso moral e intelectual, *pela integridade e pureza* [sic] dos nossos costumes.

Contra essa “obra desnacionalizadora de uma mentalidade retrógrada que teima ainda em pensar e se vestir pelos modelos europeus gastos demais para sujar *o verde panorama da terra boa e maravilhosa do nosso caro Brasil*” é preciso reagir.²⁹⁵

3. UMA LEITURA DA LEITURA: A QUESTÃO NACIONAL, A MODERNIDADE E OUTROS IMBRÓGLIOS

Um nacionalismo de fundo telúrico parece perpassar a maior parte das proposições de acento nacionalista aqui analisadas, configurando o debate em torno de supostas qualidades específicas da *terra brasiliensis*, o que, por si só, garantiria a inequívoca, irrefreável, magnífica marcha da *nação brasileira* rumo a um (tão desejado quanto distante) destino glorioso. Sempre o amanhã, o porvir, a promessa. Fala-se em terra virgem, boa, privilegiada. Há demasiado deslumbramento, ufanismo demais. E um tanto de ingenuidade, atada à estreiteza provinciana daquele tempo (e não só de Porto Alegre, mas também de São Paulo). Típico daqueles anos em que o modernismo paulista soube imprimir um viés positivo às especificidades nacionais, tomadas, até então, como vexame (cf. Capítulo II).

Dizemos *especificidades* do país tendo claro que o eram quando comparado, o Brasil, com os países de industrialização avançada e sociedade burguesa moderna. Sociedade esta já existente no Brasil de 1920-30, mas com a particularidade de ter se formado num país periférico, denunciando e agravando as contradições da modernidade capitalista. Denunciando e agravando, embora assim não fosse vista pelos contemporâneos, que tomavam o *atraso* do Brasil como momentâneo, uma fase ruim no inevitável caminho

²⁹⁵ *Id., ibid.* Grifos nossos.

do progresso, e não como uma consequência do lugar ocupado pelo país na divisão internacional do trabalho, que determinava, ao Brasil, como a outras nações, um papel muito claro: fornecer matérias-primas aos países centrais, consumir seus produtos industrializados e fornecer terreno fértil e seguro para seus capitais excedentes.

Nesse sentido, o ufanismo de nossos articulistas – como aquele dos modernistas, que os alimentam – pode ser dito um neo-romantismo. Nativista, eufórico, o discurso mascara, como vimos, as contradições reais da sociedade.

Aliás, nem só de modernismo e passadismo se constituíram aqueles anos: o nacionalismo – em suas várias vertentes – perpassa as preocupações do período (cf. Capítulo I). No âmbito literário, a *cor local* passa a ser buscada, tanto quanto o fora no período romântico. Daí as reações ao futurismo, por exemplo. Embora essas reações não se reduzam à questão da nacionalidade, mas também à defesa de valores e normas estéticas tradicionais.

A denúncia da cópia, da imitação, como atrás dissemos, é abstrata, idealista, impotente. Assim como é irreal a busca de uma essência nacional, de um fundo genuinamente brasileiro, não adulterado.

Portanto, o deslumbramento referido parece antes sintoma de uma profunda desconfiança e de um mal-estar do que sentimento verdadeiro da propalada situação (que seria a da natureza) *privilegiada* do país, destinado cósmica e historicamente a um grande futuro.

Roberto Schwarz parte daí. O mal-estar existe. Não deixou de existir, apesar dos modernistas. Quer dizer, ainda hoje sentimos o *caráter imitativo de nossa vida cultural*. Portanto, parece razoável “imaginar que baste não reproduzir a tendência metropolitana para alcançar uma vida intelectual mais substantiva”.²⁹⁶ Ou, nos termos de nossos articulistas da época: alcançar o fundo brasileiro autêntico, não adulterado pelo decalque. Evidentemente, tal raciocínio – subtraída sua justa, embora ilusória, petição de autonomia política e cultural – encobria a “mitificação da comunidade brasileira” (Schwarz), que sequer existia enquanto tal. Tal mitificação trazia de arrasto, além do ufanismo e do patriotismo, o apagamento da “análise de classe que a tornaria problemática”.²⁹⁷ Quer dizer:

²⁹⁶ SCHWARZ, Roberto. “Nacional por subtração”. In: *Que horas são?: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, 32.

²⁹⁷ *Id.*, *ibid.*

o problema não se reduziria às oposições, de resto abstratas, entre nacional e estrangeiro, autêntico e inadequado...

Noutros termos, “a fatalidade da imitação cultural se prende a um conjunto particular de constrangimentos históricos”.²⁹⁸ Portanto, não serão manifestos ufanistas nem críticas abstratas ao vício da cópia que porão abaixo “o fundamento da situação, que é prático”.²⁹⁹ Trata-se de pensar a situação real do Brasil no contexto do capitalismo mundial, como dissemos. Mais: de atentar-se para a formação do Estado nacional, nos termos em que se deu (trabalho escravo etc.). E também de verificar onde se localiza o referido mal-estar – que é nas elites intelectuais. Na síntese de Schwarz,

o passo da Colônia ao Estado autônomo acarretava a colaboração assídua entre as formas de vida características da opressão colonial e as inovações do progresso burguês. A nova etapa do capitalismo desmanchava a relação exclusiva com a metrópole, transformava os proprietários locais e administradores em classe dominante nacional, virtualmente parte da burguesia mundial em constituição, e conservava entretanto as antigas formas de exploração do trabalho [...]. Noutras palavras, a discrepância entre os “dois Brasis” não é produzida pela veia imitativa [...] nem marca um curto momento de transição. Ela foi o resultado duradouro da criação do Estado nacional sobre base de trabalho escravo, a qual por sua vez [...] decorria da Revolução Industrial inglesa e da conseqüente crise do antigo sistema colonial, quer dizer, *decorria da história contemporânea*. Assim, a má-formação brasileira, dita atrasada, manifesta a ordem da atualidade a mesmo título que o progresso dos países adiantados.³⁰⁰

Quer dizer, o *atraso* do Brasil era expressão da *atualidade*. Dito de outro modo: não havia propriamente atraso, mas determinada inserção nacional numa ordem mundial. Embora certo atraso seja inegável, desde o ponto de vista da modernidade capitalista, e mesmo de um ponto de vista humano: o acesso à moradia, à alimentação, à educação e à saúde, para ficarmos no mínimo dos mínimos.

De modos que a grita contra o “transplante cultural” (expressão de Schwarz), amplamente difundida nesse período que enfocamos, traz em si alguns despropósitos. Primeiro dos quais, faz pensar que a imitação é evitável, quando esta é universal. Segundo, o mal-estar, que é das elites, aparece expresso em termos nacionais. Em seguida, oculta o

²⁹⁸ *Id., ibid.*, p. 36.

²⁹⁹ *Id., ibid.*

³⁰⁰ *Id., ibid.*, p. 45. Grifos do autor.

essencial – a segregação da maioria da população, excluída da cultura contemporânea –, pois concentra a crítica na dúbia relação entre as elites locais e os modelos de fora. Crítica, além do mais, formulada por essas elites, pressupondo, de modo mais ou menos implícito, a auto-reforma. A questão, contudo, é mais complexa, envolvendo as populações segregadas e o seu necessário acesso “aos termos da atualidade, para que os possam retomar segundo o seu interesse”.³⁰¹

Daí que a idéia de cópia, aqui discutida e funcionando à base de oposições simples – nacional-estrangeiro, original-imitado – é irreal, se considerada nos termos propostos pelos articulistas – em oposição à cópia, uma espécie de criação a partir do nada –, embora não seja falsa, desde que tomada de um ponto de vista liberto dessa cadeia ufanista, idealista e ideológica.³⁰²

Há uma distinção, contudo, a ser apontada, e que atrás assinalamos. Se a denúncia da cópia parece universal, a *aurora* de um novo tempo não é unânime. Como vimos, para alguns, esta teria surgido já nesses anos de 1920, com a *cruzada modernista*, pregando uma arte nacional, de deslumbramento ante a natureza do país. O movimento pela *brasilidade* marcaria, segundo esses articulistas, uma segunda e definitiva descoberta da terra.

Para outros, não haveria, ainda, nenhuma aurora a contemplar. Seria, antes, uma ânsia de brasilidade o que se manifestava nessa empreitada.

Na década de 1930, com o surgimento de toda uma literatura despegada dos termos modernistas dos anos anteriores e de um impulso de engajamento, à direita e à esquerda, dos intelectuais – engajamento, de resto, que aparece nas obras –, o quadro muda. Mas pouco. Às críticas ao modernismo, vazadas nos anos 1920, seguem-se as críticas à *arte social*, ao *romance coletivista*, ao *comunismo literário*. Não serão os mesmos os críticos de um e outro. Nem será com a mesma euforia que se apostará no caráter redentor da literatura contemporânea. Embora se mantenha a esperança no futuro.

³⁰¹ *Id., ibid.*, p. 47.

³⁰² *Id., ibid.*, p. 48.

A categoria terra

O antropólogo Roberto DaMatta, em breve mas rico ensaio apresentado no seminário “Cultura e Identidade Regional”, realizado em Porto Alegre em 2003, discute as formas de construção de identidades e o modo como estas se deram no Brasil, evidenciando o quanto a “dialética da leitura do Brasil pelos brasileiros” é regida por um pêndulo que oscila entre uma visada “universalista, moderna, nacional e globalizante” e outra “regional, local e íntima”. Cada uma dessas leituras “invoca uma configuração diferenciada do Brasil”. Cada uma, ainda, propõe sua leitura (ou narrativa, como bem sublinha) a partir de pontos de interlocução diferenciados. Uma toma como ponto de comparação outras coletividades, outros povos, países. Outra faz remissão a um conjunto de elementos, fatores, identidades, que configuram uma identidade maior, a nacional.³⁰³

Se a uma das referidas leituras corresponde a noção de país atrasado e mesmo “sem jeito”, isto é, cujo destino é mesmo o fracasso, o “dar errado” de um contínuo que vem desde o seu berço (quer dizer, desde a Colônia); à outra leitura atrela-se uma visão de cunho essencialmente ufanista, irreal, autocompensatório (autocompensatório, acrescentamos, ante as evidências de um presente histórico incômodo, problemático, que aquela outra leitura expõe, nua, ante os olhares atônitos). Nessa dialética entra em jogo um dispositivo interessante, bem apanhado pelo antropólogo nos seguintes termos:

Quando nos comparamos e nos contrapomos aos países capitalistas modernos que são modelos ideais (e idealizados) de modernidade, como os Estados Unidos, a França e a Inglaterra, pensamos em parâmetros universalizantes (trânsito, vida urbana, renda *per capita*, violência, concentração de renda, corrupção política causada pelo familismo, processo de industrialização, sistema financeiro e educacional, etc.). Mas quando queremos enxergar o lado incomparável e singular do Brasil, um lado que nos conforta, falamos de coisas inefáveis, incomensuráveis e incomparáveis, como a comida, a música e – como não mencionar? – a saudade.³⁰⁴

³⁰³ DAMATTA, Roberto. “Nação e região: em torno do significado cultural de uma permanente dualidade brasileira”. In: SCHÜLER, Fernando Luís; BORDINI, Maria da Glória (Orgs.). *Cultura e identidade regional*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, pp. 20-1.

³⁰⁴ Id., *ibid.*, p. 23.

Assim, se no plano da modernidade capitalista, o país aparece crivado de contradições e fracassos – digo *aparece*, pois assim é visto por quantos idealizam os mencionados países, como se o capitalismo não fosse, lá, eivado de contradições e, digamos, fracassos; no plano das qualidades próprias, as que marcariam uma singularidade intransferível e evidente, surge justamente como o oposto. “Nessa dimensão”, prossegue DaMatta, “ele pode ser interpretado harmonicamente, como o melhor país do mundo: mais como *terra* sem rival do que como país que ‘perdeu o trem da modernidade’ e tem um longo e duro caminho a percorrer”.³⁰⁵ E aqui o antropólogo fornece uma chave interpretativa de ampla envergadura, ao mencionar a categoria sociológica de maior presença no debate que seguimos e estamos tentando analisar. Trata-se do conceito de *terra*. Sigamos, primeiramente, suas considerações, relegadas a uma nota (extensa) de rodapé do ensaio. Diz o autor de *Carnavais, malandros e heróis*:

Terra, que é uma categoria sociológica riquíssima e que surge no *Dicionário Aurélio* com vasto conteúdo semântico, designando, entre outras coisas, o planeta, o mundo, a parte sólida do globo e a parte branda ou cultivável do solo. Terra que também pode ser localidade, pátria, torrão natal, gleba, lugar, povoação, estilo de vida, território, propriedade e espaço sagrado, lugar onde nossos mortos devem ser enterrados e do qual nossos inimigos devem ser banidos, como ocorre nas expressões simétricas e inversas, *enterrar* e *desterrar*, que permitem recuperar o sentido sagrado, moralmente encharcado e totalizante da idéia de terra. No Brasil, enterramos nossos amigos e desterramos nossos inimigos.³⁰⁶

Tentemos compreender, a partir daí, a lógica dedutiva do pensamento desses articulistas que lançam mão da categoria *terra* a fim de concluir da grandeza do país, da nação, do seu futuro. Ora, tal pensamento, parece-nos, pode ser traduzido num esquema simples e bem conhecido, pelo menos desde os românticos, embora com variações nem sempre negligenciáveis: terra (natureza) boa => pátria (sociedade) boa => cultura (literatura) boa. Daí, na versão mais ufanista desse ufanista pensamento: futuro bom.

Num esquema aproximativo, poderíamos traduzir do modo seguinte o raciocínio acima:

³⁰⁵ Id., *ibid.*, pp. 23-24. Grifo do autor.

³⁰⁶ Id., *ibid.*, p. 23, nota 5.

PASSADO	PRESENTE	FUTURO
colonial	incômodo	grandioso
↓	↓	↓
imitação/ cópia servil do estrangeiro (Europa)	revolta contra o outro e retorno ao próprio – autonomia	realização do destino histórico

Antonio Candido não aponta essa lógica no pensamento dos modernistas brasileiros, embora ela tenha atuado. Percebe-o, contudo, e bem o sublinha, na empresa romântica. Acompanhemos sua exposição, fechando aquela de Roberto DaMatta.

Partindo de teorização de Mário Vieira de Mello, segundo a qual, nas palavras de Candido, “até mais ou menos o decênio de 1930 predominava entre nós a noção de ‘país novo’, que ainda não pudera realizar-se, mas que *atribuía a si mesmo grandes possibilidades de progresso futuro*”,³⁰⁷ Antonio Candido afirma que esse “estado de euforia” – herdado de Colombo e Caminha pelos intelectuais da (injusta e ideologicamente dita) América Latina – foi transformado em “instrumentos de afirmação nacional e em justificativa ideológica”. “A literatura”, prossegue, “se fez linguagem de celebração e terno apego”. Processo favorecido pelo romantismo, mas de modo semelhante e não menos inegável presente no modernismo brasileiro. E presente, como vimos, no debate que se fez na imprensa porto-alegrense.

Segundo Candido,

A idéia de *pátria* se vinculava estreitamente à de *natureza* e em parte extraía dela a sua justificativa. Ambas conduziam a uma literatura que compensava o atraso material e a debilidade das instituições por meio da supervalorização dos aspectos regionais, fazendo do exotismo razão de otimismo social.³⁰⁸

³⁰⁷ CANDIDO, Antonio. “Literatura e subdesenvolvimento”. In: *A Educação pela noite & outros ensaios*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 2000b, p. 140. Grifos nossos.

³⁰⁸ Id., *ibid.*, p. 141 (grifos do autor).

Otimismo social que insistia em não ver as razões contrárias, o que, de resto, é típico de todo otimismo. E de toda ideologia.

CONCLUSÃO

A PERMANÊNCIA DE UM IMPASSE

“É certo que se empenharam em apontar o quanto os gregos poderiam encontrar e aprender no estrangeiro, no Oriente, e quantas coisas, de fato, trouxeram de lá. Era, sem dúvida, um espetáculo curioso, quando colocavam lado a lado os pretensos mestres do Oriente e os possíveis alunos da Grécia [...]. No particular, pouca coisa ficou resolvida; mas já a idéia geral, nós a aceitaríamos de bom grado, contanto que não nos viessem com a conclusão de que a filosofia, com isso, germinou na Grécia apenas como importada e não de um solo natural doméstico, e até mesmo que ela, como algo alheio, antes arruinou do que beneficiou aos gregos. *Nada é mais tolo do que atribuir aos gregos uma cultura autóctone: pelo contrário, eles sorveram toda a cultura viva de outros povos [...]. São admiráveis na arte do aprendizado fecundo, e assim como eles devemos aprender de nossos vizinhos, usando o aprendizado para a vida*”.

Friedrich Nietzsche,
*A filosofia na época trágica dos gregos*³⁰⁹

1. O mal-estar da *brasilidade* é uma constante desde a época romântica. Naqueles tempos de independência formal e monarquismo escravista, a campanha nativista cumpria a função ideológica de instituir um passado mítico e histórico visando, em suma, justificar o poder oligárquico dominante. O brasileiro típico seria a síntese do indígena heróico e do fidalgo português. Se a temática do índio não era novidade, no Brasil adquiriu conteúdo particular, e esse conteúdo nada tinha de uma crítica à sociedade burguesa, como na Europa; ao contrário, funcionava tão-somente como legitimadora da oligarquia rural e escravagista. Servia, igualmente, de efeito compensatório ao sentimento de inferioridade que a condição de brasileiro assumia, quando comparado a um europeu ou norte-americano.

³⁰⁹ NIETZSCHE, Friedrich. “A filosofia na época trágica dos gregos”. In: *Obras incompletas*. Seleção de textos de Gérard Lebrun; tradução e notas de Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Abril Cultural, 1974, p. 39. Os primeiros grifos são nossos; o último, do autor.

A ausência do negro na composição da identidade nacional, naquele momento, não surpreende: o negro era escravo, e tal fato parecia comprovar sua inferioridade, apregoada pelas teorias racistas que em breve fariam longa carreira no mundo e no país.

A geração anti-romântica de Sílvio Romero, apegando-se ao cientificismo *fin de siècle* e aos ideais republicanos, negará o indianismo romântico e resgatará o negro do esquecimento em que fora lançado. Tal gesto não significou, contudo, a inclusão do negro nos projetos de nacionalidade. Uma vez liberto do horror do cativo, o negro – tal como o índio, embora por vias diversas – deverá desaparecer da *nação brasileira*, via branqueamento progressivo da população, que se daria pela imigração crescente de europeus (i. e., brancos) e a conseqüente e desejada miscigenação. A raça branca prevaleceria, pois que era superior. O Brasil, finalmente, poderia ter/ser uma civilização.

A questão, assim posta, parece grotesca. E em certo sentido, ela o é. No fundo, contudo, encobre a grande angústia dos intelectuais brasileiros, sedentos por alcançar a modernidade capitalista ou, nos termos da época, o progresso, a civilização, que estaria negada, segundo os ideólogos do imperialismo, às nações tropicais e às raças não-brancas.

Estaria negada, portanto, ao Brasil.

Vaticínio que jamais aquietou aquela angústia, que seria tematizada na literatura. Obras como *Canaã* e *Os sertões* a enfrentam, embora presas aos preconceitos racistas do tempo. *Triste fim de Policarpo Quaresma* proporá sua leitura, diversa das anteriores, despida dos preconceitos de raça.

A Primeira Guerra, destruindo os fulgores da *Belle Époque*, inclusive no Brasil, renovará os receios e os anseios nacionais das elites. Descobre-se que a questão racial não é tudo; há educação e saúde a considerar.

Com o modernismo, voltam os temas românticos a povoar a produção literária. São os anos conturbados do tenentismo, da fundação do PCB, da Coluna Prestes, da reação católica. Em suma, a ordem oligárquica, assombrada, mostrava fissuras. O operariado, depois das greves de 1917 e 1919, não podia mais ser negligenciado enquanto força política.

O modernismo quis, num primeiro momento, fazer *tabula rasa*, ser um marco zero, um novo começo. Em seguida, sentiu a necessidade de retorno ao passado e às coisas da terra. Tal retorno envolveu toda uma discussão em torno da identidade nacional. Discussão

de modo algum inédita, mas que adquiriu novos matizes – sem prejuízo do resgate do espírito romântico.

Período em que a França, ou melhor, Paris, tinha dimensão inequívoca de modelo. Raul Bopp o afirmou: Paris era “um centro magnético”.³¹⁰ É ela a expressão maior da “latinidade”, da “civilização”.³¹¹

Centro magnético, como outros, questionado nesse momento. Queria-se um retorno *às coisas da terra*, um resgate das *raízes nacionais*; buscava-se a *realidade brasileira*, a *brasilidade*, o *brasileirismo*, o deslumbramento ante a natureza *privilegiada* do país.

O mal-estar, contudo, persistia. O excesso ufanista e o tom eufórico de muitos articulistas o denunciava.

2. Mas o que buscavam esses intelectuais? Autonomia. O Brasil vivia imitando a última moda a desembarcar do último navio. Mas quem vivia imitando? Não eram os intelectuais, além da classe política dominante? Questão apropriada, mas que não encontra resposta nas suas formulações.

A ênfase no futuro, a valorização da natureza privilegiada, de par com o veredito de que não havia uma nação brasileira eram outros tantos signos do referido mal-estar, que era também ideologia a encobrir as relações de classes, as imensas desigualdades sociais e as conclusões que daí deveriam ter sido tiradas.

Ao contrário, tais intelectuais ficcionalizam uma entidade chamada *nação brasileira*, oposta a outras nações, a fim de acobertar o horror nacional, aquietar os focos de revolta e fornecer um suplemento ideal à realidade mesquinha que era a sua.

³¹⁰ BOPP, Raul. *Movimentos modernistas no Brasil (1922-1928)*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1966, p. 11. Veja-se, também, o ensaio “Paris como a capital literária da América Latina”, onde Pierre Rivas, professor de Literatura Comparada de Paris, comenta: “Entre tentação centrífuga e nostalgia centrípeta, entre aculturação européia e contra-aculturação indígena, literatura de transculturação (Ángel Rama), entre cosmopolitismo e localismo, entre vanguarda e regionalismo, nesse duplo registro e duplo sistema, a América Latina procura seu centro, seu sentido, sua unidade”. (In: CHIAPPINI, Lígia & AGUIAR, Flávio (Orgs.). *Literatura e história na América Latina*. São Paulo: Edusp, 2001, p. 103). A tese de Pierre Rivas não é nova, nem sua; além de Angel Rama, sua dívida é para com Antonio Candido, que afirmava, já em 1950 (antes de Rama, inclusive): “Se fosse possível estabelecer uma lei de evolução da nossa vida espiritual, poderíamos talvez dizer que toda ela se rege pela dialética do localismo e do cosmopolitismo”. A tese está em “Literatura e cultura de 1900 a 1945”, incluída em *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*, 8ª. ed., São Paulo: T. A. Queiroz, 2000a, p. 109.

³¹¹ Expressões recorrentes nas primeiras décadas do século XX nos jornais, opostas, sobretudo no período da Primeira Guerra, às de “germanismo” e “barbárie”.

3. A questão da nacionalidade esteve, e está, estreitamente vinculada à política concreta, ao esforço de construção de um Estado nacional moderno, nos moldes dos Estados nacionais europeus. Esteve, e está, portanto, relacionada à modernidade capitalista, alvo dos esforços teóricos dos intelectuais brasileiros aqui estudados.

Assim, literatura, história e sociedade são componentes de um todo inextricável. Embora a literatura tenha sua autonomia relativa, não escapa às condicionantes históricas – até porque, em muitos momentos, não quer. Não esqueçamos que há toda uma vasta produção literária que, intencionalmente, se faz para intervir na história. É o caso do modernismo paulista, por exemplo.

Daí nos ter parecido conveniente estudar não somente de que modo a imprensa jornalística de Porto Alegre, entre os anos 1922 e 1937, percebeu e debateu, nas suas páginas, a questão da nacionalidade, mas também de que modo percebeu e debateu a literatura sua contemporânea.

Não queremos, tendo adotado tal procedimento, afirmar que a literatura se fez mero reflexo da realidade. Temos clara a lição de Antonio Candido, segundo o qual

Traçar um paralelo puro e simples entre o desenvolvimento da literatura brasileira e a história social do Brasil seria não apenas enfadonho mas perigoso, porque poderia parecer um convite para olhar a realidade de maneira meio mecânica, como se os fatos históricos fossem determinantes dos fatos literários, ou como se o significado e a razão-de-ser da literatura fossem devidos à sua correspondência aos fatos históricos.³¹²

Não se pode negar, porém, que a literatura do período se fez sob o signo da participação, ainda que essa participação seja diferente de uma década para a outra.

Assim, a partir de 1924, quando textos dos modernistas passam a circular pela imprensa sul-rio-grandense, verifica-se uma crescente consideração dos postulados das vanguardas européias, inextricavelmente conjugados aos do modernismo brasileiro.³¹³ A

³¹² CANDIDO, Antonio. “Literatura de dois gumes”. In: *A Educação pela noite e outros ensaios*. 3^a ed. São Paulo: Ática, 2000b, p. 163.

³¹³ Sobre a recepção da arte moderna e dos movimentos de vanguarda, no período 1900-1937, remetemos à nossa monografia de conclusão de curso: JAHN, Dilamar Paulo. *A dança e o sentado: a recepção dos movimentos literários franceses de vanguarda na imprensa de Porto Alegre (1900-1937)*. Porto Alegre, Instituto de letras/UFRGS, 2002.

arte moderna, oposta à arte tradicional, carrancuda, acadêmica, será objeto de adesão mais ou menos explícita, quando não de manifesto entusiasmo.

Crítica e rejeição categóricas são o outro lado da moeda, representada por articulistas que negam, em parte ou no todo, as novas formas artísticas.

O debate sobre a literatura moderna/modernista entrelaça-se ao debate sobre a questão nacional. Neste, reeditam-se os termos românticos da valorização da natureza e da terra privilegiadas. Não se entenderá de todo esse ufanismo se não o pusermos na tela de fundo do *atraso* nacional frente aos países capitalistas centrais.

Vimos que há nuances nesse ufanismo generalizado.

Se há os que reverenciam, invariavelmente, a *terra brasiliensis*, concluindo daí o inevitável futuro grandioso da nação, há os que, embora propugnando pela autonomia e entregando-se ao deslumbramento idealista, problematizam as soluções propostas, os caminhos tomados, não derivando daí o veredito da inevitável grandiosidade do futuro do Brasil.

De qualquer forma, buscavam, todos, o ingresso do país na ordem das grandes nações capitalistas. Era esse, afinal, o futuro grandioso destinado ao Brasil: o progresso, o desenvolvimento, a modernidade.

Mas a busca do progresso, do desenvolvimento, da modernização, ou que nome se queira dar às mudanças esperadas, buscadas ou empreendidas – sempre tentando preservar a ordem, controlando os rumos e alcances dessas mudanças –, traía o conservantismo das classes dirigentes.

Já os articulistas que acabamos de ler, encerrados em sua quase totalidade na *contemplação nacional*,³¹⁴ buscavam uma identidade cultural autóctone que era, no fundo, ilusória. Primeiro, porque essa autonomia, tal como formulada, não é possível. Segundo, porque – embora presos à *contemplação nacional*, e talvez por isso – não percebiam as

³¹⁴ Expressão de Raymundo Faoro, extraída do ensaio “A questão nacional: a modernização”. *Estudos Avançados*, 6(14), 1992, p. 20. Dito ensaio é rico em sugestões, embora padeça de certa crença na idéia de modernidade enquanto processo que comprometeria toda a sociedade, uma vez que seria fruto de uma suposta “lei natural do desenvolvimento”, preconizada por Marx no prefácio de 1867 de *O Capital*. Oposta à modernidade, estaria a modernização, projeto da classe dirigente ou de uma fração dela que, dissentindo da classe dirigente tradicional, apontaria a necessidade de mudança, sem mexer, contudo, na pirâmide social, que resta inalterada. Ora, se é certo que é deste último molde que as várias modernizações brasileiras se fizeram, não menos certo é que a modernidade capitalista é fruto de um desenvolvimento desigual e combinado; quer dizer, ao Brasil, como a outros países, coube certo lugar na ordem mundial das nações. A modernidade capitalista mundial também está aqui.

determinantes sociais mais amplas a que estava amarrada a questão, bem como as respostas que insistiam em procurar.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. Fontes

1.1- Periódicos

Correio do Povo, Porto Alegre, 1900-1937.

Diário, Porto Alegre, 1911-1915.

Diário de Notícias, Porto Alegre, 1925-1937.

Kodak, Porto Alegre, 1912-1920.

Máscara, Porto Alegre, 1918-1928.

Revista do Globo, Porto Alegre, 1929-1937.

1.2- Obras literárias

ALMEIDA, José Américo de. *A bagaceira*. (1928). São Paulo: Círculo do Livro, 1987.

ANDRADE, Mário de. *Poesias completas vol. 1*. 6^a ed. São Paulo: Livraria Martins Editora; Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1980.

----- . *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*. (1928). 20^a ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.

ANDRADE, Oswald. *Primeiro caderno do aluno de poesia Oswald de Andrade*. (1927). São Paulo: Globo; Secretaria de Estado da Cultura, 1991.

----- . *Memórias sentimentais de João Miramar*. (1924). 2^a ed. São Paulo: Globo; Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

----- . *Pau-Brasil*. (1925). São Paulo: Globo; Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

----- . *Serafim Ponte Grande*. (1933). São Paulo: Círculo do Livro, s/d.

ARANHA, Graça. *Canaã*. (1902). 20^a ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

BARRETO, Lima. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. (1909). 7^a ed. São Paulo: Ática, 1997.

----- . *Triste fim de Policarpo Quaresma*. (1915). 5^a ed. São Paulo: Ática, 1989.

MENDES, Murilo. *Poesia*. Rio de Janeiro: Agir, 1983.

2. Bibliografia

- ALENCAR, Francisco; CARPI, Lúcia; RIBEIRO, Marcus Vinício. *História da Sociedade Brasileira*. 3^a ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985.
- AMARAL, Aracy A. *Artes Plásticas na Semana de 22*. 5^a ed. São Paulo: Editora 34, 1998.
- AMOROSO LIMA, Alceu. *Quadro sintético da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Agir, 1956.
- ANDRADE, Mário de. *Aspectos da literatura brasileira*. 6^a ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2002.
- ARANTES, Paulo Eduardo. Nação e reflexão. In: *Zero à esquerda*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004.
- ASSIS, Machado de. *Crítica Literária*. São Paulo: Editora Mérito, 1961.
- BANDEIRA, Manuel. *Apresentação da Poesia Brasileira*. 3^a ed. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, s.d.
- BARRACLOUGH, Geoffrey. *Introdução à história contemporânea*. Tradução Álvaro Cabral. 4^a ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. *A crítica literária no Rio Grande do Sul: do romantismo ao modernismo*. Porto Alegre: IEL, EDIPUCRS, 1997.
- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BERND, Zilá. *Literatura e Identidade Nacional*. 2^a ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.
- BOPP, Raul. *Movimentos modernistas no Brasil (1922-1928)*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1966.
- BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 32^a ed. São Paulo: Cultrix, 1994.
- . *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BRAYNER, Sônia (Org.). *A Poesia no Brasil, volume I: das origens até 1920*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- BRITO, Mário da Silva. *História do Modernismo brasileiro: antecedentes da Semana de Arte Moderna*. 3^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

- BROCA, Brito. *Vida literária no Brasil – 1900*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.
- BROOKSHAW, David. *Raça & cor na literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- BUENO, André. *Formas da crise: estudos de literatura, cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: Graphia, 2002.
- BULHÕES, Maria Amélia; KERN, Maria Lúcia Bastos (Org.). *A Semana de 22 e a emergência da modernidade no Brasil*. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, 1992.
- CAMPOS, Haroldo de. Da Razão Antropofágica: Diálogo e Diferença na Cultura Brasileira. In: *Metalinguagem e outras metas: ensaios de teoria e crítica literária*. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 8ª ed. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Itatiaia, 1997.
- . *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 8ª ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000a.
- . *A Educação pela noite e outros ensaios*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 2000b.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- . *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- CÉSAR, Guilhermino (Org.). *Historiadores e críticos do romantismo – 1: a contribuição européia, crítica e história literária*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Edusp, 1978.
- COMPAGNON, Antoine. *Os cinco paradoxos da modernidade*. Tradução Cleonice P. B. Mourão, Consuelo F. Santiago e Eunice D. Galéry. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 7ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- COUTINHO, Afrânio. *Introdução à literatura no Brasil*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Distribuidora de Livros Escolares, 1968.
- . *A Tradição Afortunada (O Espírito de Nacionalidade na Crítica Brasileira)*. Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: Edusp, 1968.

- CUNHA, Euclides da. *Os sertões: campanha de Canudos*. (1902). 39^a ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves; Publifolha, 2000.
- DACANAL, José Hildebrando. *Dependência, Cultura e Literatura*. São Paulo: Ática, 1978.
- . *A literatura brasileira no século XX*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.
- DACANAL, José Hildebrando & GONZAGA, Sergius (Orgs.). *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.
- DACANAL, José Hildebrando; FISCHER, Luis Augusto; WEBER, João Hernesto. *O Romance Modernista*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1990.
- DANTAS, Vinicius. “Oswald de Andrade e a poesia”, *Novos Estudos CEBRAP*, n^o 30, jul. 1991.
- DECCA, Edgar Salvadori de; LEMAIRE, Ria (Org.). *Pelas margens: outros caminhos da história e da literatura*. Campinas: Ed. da Unicamp; Porto Alegre: Ed. da Universidade, 2000.
- FABRIS, Annateresa. *O futurismo paulista*. São Paulo: Perspectiva/Edusp, 1994.
- (Org.). *Modernidade e modernismo no Brasil*. Campinas: Mercado de Letras, 1994.
- FACIOLI, Valentim. Modernismo, vanguardas e surrealistas no Brasil. In: PONGE, Robert (Org.). *Surrealismo e Novo Mundo*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.
- FAORO, Raymundo. “A questão nacional: a modernização”, *Estudos Avançados*, 6 (14), 1992.
- FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- . “Estado, classe trabalhadora e burguesia industrial (1920-1945): uma revisão”, *Novos Estudos CEBRAP*, n^o 20, mar. 1988.
- FENELON, Déa Ribeiro. “A Revolução de 1930: Historiografia e Pesquisa”, *Estudos Íbero-Americanos*, vol. VII, n^o 1-2, jul. e dez. 1981.
- FISCHER, Luis Augusto. *Para fazer diferença*. Porto Alegre: Artes & Ofícios, 1998.
- . *Um passado pela frente: poesia gaúcha, ontem e hoje*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992.
- . *Parnasianismo brasileiro: entre ressonância e dissonância*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *RS: economia e conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- GUIBERNAU, Montserrat. *Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Tradução Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- HOBBSAWM, Eric J. *A era do capital 1848-1875*. Tradução Luciano Costa Neto. 5^a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- . *A Era dos Impérios 1875-1914*. Tradução Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. 7^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- . *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. Tradução Marcos Santarrita. 2^a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26^a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- . *Tentativas de Mitologia*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.
- IANNI, Octávio. *A idéia de Brasil moderno*. 2^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- JAHN, Dilamar Paulo. *A dança e o sentado: a recepção dos movimentos literários franceses de vanguarda na imprensa de Porto Alegre (1900-1937)*. Porto Alegre, UFRGS, 2002.
- JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Editora Ática, 1994.
- JOBIM, José Luis. História da Literatura. In: JOBIM, José Luis (Org.). *Palavras da Crítica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- KOTHE, Flávio R. *O cânone republicano I*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.
- . *O cânone republicano II*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.
- LAFETÁ, João Luiz. *1930: a crítica e o modernismo*. 2^a ed. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2000.
- LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. 6^a ed. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- LEITE, Lúcia C. Moraes. *Modernismo no Rio Grande do Sul: materiais para o seu estudo*. São Paulo: IEBI/USP, 1972.
- LIMA, Luiz Costa. *Dispersa demanda*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

- . “Literatura e nação: esboço de uma releitura”, *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, nº 3, 1996.
- LÖWY, Michael. *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. 14^a ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- MACHADO NETO, A. L. *Estrutura social da república das letras: sociologia da vida intelectual brasileira, 1870-1930*. São Paulo: Grijaldo, Edusp, 1973.
- MAESTRI, Mário. “Gilberto Freyre: Da *Casa-grande* ao *Sobrado*. Gênese e dissolução do Patriarcalismo Escravista no Brasil: algumas considerações”. Original mimeo.
- MARSON, Adalberto. “Sobre a ideologia do caráter nacional: uma revisão”, *Revista de História*, 42 (86), abr.-jun. 1971.
- MARTINS, Cyro. “Visão crítica do regionalismo”. In: *Sem rumo*. (1937). Porto Alegre: APLUB, 1988.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã: I – Feuerbach*. Tradução José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 11^a ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 9^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- MERQUIOR, José Guilherme. *Crítica 1964-1989*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- MICELI, Sérgio. *Poder, Sexo e Letras na República Velha*. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. *Prosa de Ficção (De 1870 a 1920)*. 2^a ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.
- MIRANDA, Wander Melo. “Nações literárias”, *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, nº 2, 19--.
- MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre: urbanização e modernidade: a construção social do espaço urbano*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.
- MORAES, Eduardo Jardim de. *A brasilidade modernista: sua dimensão filosófica*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. 9^a ed. São Paulo: Ática, 1998.
- (Org.). *Brasil em perspectiva*. 10^a ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 1978.

- NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro 1870-1920*. São Paulo: Annablume, 1998.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Obras incompletas*. Seleção de textos de Gérard Lebrun; tradução e notas de Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Os pensadores).
- . *Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Tradução Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PAZ, Octavio. *El laberinto de la soledad*. 2ª ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- PEDROSA, Célia. Nacionalismo Literário. In: JOBIM, José Luis (Org.). *Palavras da Crítica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *RS: economia & poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- . *Memória Porto Alegre: espaços e vivências*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS; Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1991.
- . *História do Rio Grande do Sul*. 9ª. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.
- . *A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- PIVA, Luiz Guilherme. *Ladrilheiros e semeadores: a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940)*. São Paulo: Departamento de Ciência Política da USP; Editora 34, 2000.
- PONGE, Robert (Org.). *Surrealismo e Novo Mundo*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.
- PRADO, Antonio Arnoni. *1922 – Itinerário de uma falsa vanguarda: os dissidentes, a Semana e o Integralismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. 44ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

- RAMOS, Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editorial Andes, 1957.
- RAYMOND, Marcel. *De Baudelaire ao surrealismo*. Tradução Fúlvia M. L. Moretto e Guacira Marcondes Machado. São Paulo: Edusp, 1997.
- REIS, Roberto. Cânon. In: JOBIM, José Luis (Org.). *Palavras da Crítica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- RISÉRIO, Antonio. *Textos e tribos: poéticas extraocidentais nos trópicos brasileiros*. Rio de Janeiro, Imago, 1993.
- RIVAS, Pierre. Paris como a capital literária da América Latina. In: CHIAPPINI, Ligia & AGUIAR, Flávio (Orgs.). *Literatura e história na América Latina*. São Paulo: Edusp, 2001.
- RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e Reforma no Brasil*. 2^a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- ROMANO, Ruggiero. Algunas consideraciones alrededor de nación, Estado (y libertad). In: BLANCARTE, Roberto (Org.). *Cultura e identidad nacional*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1994.
- ROMERO, Silvio. *História da Literatura Brasileira*. 5^a ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.
- . *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1901.
- . *Teoria, crítica e história literária*. Seleção e apresentação de Antonio Candido. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Edusp, 1978.
- RÜDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Editora da universidade/UFRGS, 1993.
- SANTIAGO, Silviano. *Uma literatura nos trópicos*. 2^a ed. São Paulo: Rocco, 2000.
- . *Vale quanto pesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- . *Nas malhas da letra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SCHÜLER, Donaldo. *A poesia no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- SCHÜLER, Fernando Luís; BORDINI, Maria da Glória (Orgs.). *Cultura e identidade regional*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

- SCHWARZ, Roberto. *A sereia e o desconfiado: ensaios críticos*. 2^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- . *Que horas são?: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- . *Seqüências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- . *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional, 1889-1930. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III, O Brasil Republicano, 1^o vol., Estrutura de poder e economia (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1975.
- SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 5^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- . *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. 2^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. 9^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- . *História da literatura brasileira*. 4^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- . *História da imprensa no Brasil*. 4^a ed. Rio de Janeiro: MAUAD, 1999.
- SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- TELES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda européia e modernismo brasileiro*. 8^a ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- TOLIPAN, Sérgio et alii. *Sete ensaios sobre o modernismo*. Rio de Janeiro: Funarte, 1983.
- VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: histórica cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- VIZENTINI, Paulo F. *A crise dos anos 20*. 2^a ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.
- WASSERMAN, Claudia. *História contemporânea da América Latina: 1900-1930*. 2^a ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

WEBER, João Hernesto. *Caminhos do romance brasileiro: de A moreninha a Os guaianãs*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.

----- . *A teoria da literatura brasileira e o “instinto de nacionalidade”: o paraíso está no fim?*. Porto Alegre: UFRGS/CPG-Letras, Tese de Doutorado, 1994.

ZILBERMAN, Regina. *A literatura no Rio Grande do Sul*. 3^a ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.